

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

EVERTON FARIA MEIRA

**AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO PSDB/ES**

VITÓRIA
2013

EVERTON FARIA MEIRA

AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO PSDB/ES

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Administração.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Prezotti Palassi
Co-Orientador: Prof. Dr. Fernando González Rey

VITÓRIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M514c Meira, Everton Faria, 1976-
As configurações subjetivas da participação política dos
dirigentes partidários no PSDB/ES / Everton Faria Meira. – 2013.
123 f. : il.

Orientadora: Márcia Prezotti Palassi.
Coorientador: Fernando Luis González Rey.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Partido da Social Democracia Brasileira. 2. Cidadania. 3.
Participação política. 4. Subjetividade. I. Palassi, Márcia Prezotti.
II. González Rey, Fernando Luís. III. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV.
Título.

CDU: 65

EVERTON FARIA MEIRA

**AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS
DIRIGENTES PARTIDÁRIOS NO PSDB/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Aprovada em de de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Doutora Márcia Prezotti Palassi
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Doutor Fernando Luis González Rey
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Co-orientador

Prof. Doutor Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Doutor Alfredo Rodrigues Leite da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Doutora Priscilla de Oliveira Martins
Universidade Federal do Espírito Santo
Suplente

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (**Aristóteles**, séc. IV a.C.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e aos meus amigos pelo apoio e pela paciência durante o período em que cursei este mestrado. Agradeço aos professores do PPGADM por cada aula. Cada uma delas foi fundamental para a construção desse saber sólido que nos é ofertado no Programa. Agradeço ao PSDB no Espírito Santo, em especial ao seu presidente, Dep. Fed. César Colnago, por abrir o partido para esta pesquisa. Agradeço ao Guilherme, ao Marcelo, ao Miguel e à Juliana pela paciência e boa vontade em participar deste trabalho. Os nomes são fictícios, mas a história que cada um ajudou a escrever neste trabalho é bem real.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Márcia Prezotti Palassi, minha orientadora, por me apresentar, de maneira tão gentil, à pesquisa científica. Agradeço ao Prof. Dr. Fernando González Rey, meu co-orientador, pela paciência e pela generosidade que lhe é peculiar. Por fim, agradeço a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para que eu chegasse até aqui, do faxineiro à moça da cantina, todos que participaram desta vitória em minha vida, o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

1. Introdução	p. 13
2. Referencial teórico	p. 20
2.1. O processo de participação	p. 21
2.2. O processo de participação política	p. 23
2.3. Tipos e níveis de participação política	p. 25
2.4. Os partidos políticos	p. 27
2.5. Por que participar de um partido político?	p. 31
2.6. As emoções e a subjetividade na participação política	p. 34
2.7. Os sentidos e as configurações subjetivas	p. 36
3. Metodologia	p. 45
3.1. A natureza da pesquisa	p. 45
3.2. O cenário da pesquisa e os procedimentos para a obtenção dos dados .	p. 47
3.3. Os participantes	p. 49
3.4. A análise e construção da informação	p. 51
4. O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB como cenário historicamente constituído da pesquisa.....	p. 55
4.1. Antecedentes da criação do PSDB	p. 55
4.2. A fundação do PSDB	p. 56
4.3. A estrutura partidária nacional e estadual	p. 58
4.4. O PSDB/ES e as eleições de 2012	p. 61
5. As configurações subjetivas da participação política dos dirigentes do PSDB/ES.....	p. 64
5.1. As configurações subjetivas da participação política dos dirigentes do PSDB/ES	p. 66
5.2. Fatores que inibem a participação política dos dirigentes	p. 68
5.3. Representações acerca da crise no PSDB e do papel do dirigente partidário	p. 70
5.4. O constrangimento de participar politicamente: a participação política de Guilherme no PSDB/ES	p. 75
5.5. A perda dos referenciais de esquerda e de direita: a participação política de Marcelo no PSDB/ES	p. 82
5.6. “Participo se eu for chamado”: a participação política de Miguel no PSDB/ES	p. 88
5.7. Sentir-se ou não dirigente: a participação política de Juliana no PSDB/ES	p. 92
6. Considerações finais	p. 97
7. Referências	p. 103
ANEXO A	p. 113
APÊNDICE I	p. 115
APÊNDICE II	p. 118
APÊNDICE III	p. 119
APÊNDICE IV	p. 120
APÊNDICE V	p. 122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Votação dos candidatos a presidente da república pelo PSDB no Espírito Santo no primeiro turno

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho institucional do PSDB

Figura 2 – Modelo teórico fundamentado em González Rey (2005) aplicado a esta pesquisa

LISTA DE SIGLAS

Arena – Aliança Renovadora Nacional
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CF/88 – Constituição Federal de 1988
Dem - Democratas
ITV – Instituto Teotônio Vilela
MUP – Movimento Unidade Progressista
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDB/ES – Partido da Social Democracia Brasileira no Espírito Santo
PT – Partido dos Trabalhadores
RS's – Representações sociais
TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

No PSDB as decisões são centralizadas em nível de executiva e existem membros do diretório estadual que não se sentem dirigentes partidários. Por isso entende-se que, em um contexto adverso, o PSDB possui particularidades relevantes para o estudo das configurações subjetivas da participação política dos seus dirigentes partidários. Este trabalho visa compreender estas configurações em quatro dirigentes do PSDB/ES. Adota a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia e Metodologia Qualitativas de González Rey para abordar a participação política aproximando os estudos organizacionais do campo de estudos da psicologia. Também foi feita pesquisa documental sobre o PSDB/ES e revisão de literatura sobre participação política nos partidos, abordando as principais mazelas do sistema político, o engajamento e a identificação partidária sob uma perspectiva diferenciada. A pesquisa foi realizada entre abril/2011 e março/2013 no município de Vitória. As informações foram produzidas pelo pesquisador a partir de conversações grupais, individuais, redação, questionário e observação participante. A produção da informação se deu a partir de indicadores e hipóteses que, longe de possuírem alguma significação estatística, adquiriam legitimidade na medida em que abriam novos campos de inteligibilidade sobre o modelo teórico em construção. As configurações subjetivas da participação política revelam: motivações, barreiras e constrangimentos dos dirigentes em assumir sua participação política; críticas e elogios ao PSDB em nível nacional e estadual; divergências entre interesses de grupos; distanciamento das decisões no partido e críticas ao Partido dos Trabalhadores – PT. Por fim, apontam-se sugestões para melhorar a relação entre dirigente-partido e a gestão no PSDB/ES, as contribuições deste estudo à literatura, limitações e questões para futuras pesquisas.

Palavras-chave: organizações, cidadania, participação política, subjetividade, PSDB/ES.

ABSTRACT

In PSDB decisions are centralized in the executive level and are members of the directorate who are not feel, themselves, party leaders. Therefore it is understood that in an adverse context, the PSDB has particularities relevant to the study of subjective configurations of political participation of their party leaders. This work aims to understand these settings into four leaders of the PSDB/ES. Adopts the Theory of Subjectivity and Epistemology/Methodology Qualitative of González Rey to approach political participation seeking approximating organizational studies field to studies of psychology. Was also made documentary research about the PSDB/ES and review of the literature on political participation in parties, approach the major ills of the political system, engagement and party identification under a different perspective. The survey was conducted between april/2011 to march/2013 in Vitória. The information was produced by the researcher from group conversations, individual writing, questionnaire and participant observation. The production of information occurred from indicators and assumptions that, far from having any statistical significance, acquired legitimacy in that it opened new fields of intelligibility on the theoretical model under construction. Settings subjective political participation reveals: motivations, barriers and constraints of the leaders to assume their political participation, criticism and praise the PSDB in national and state level; differences between interest groups; distancing of decisions in the party and critical about the Partido dos Trabalhadores – PT. Finally, indicate some suggestions to improve the relationship between leadership and management in-party PSDB/ES, the contributions of this study to the literature, limitations and issues for future research.

Keywords: organizations, citizenship, political participation, subjectivity, PSDB/ES.

1. Introdução

O meu interesse pelos partidos políticos começou na militância no movimento secundarista, quando ingressei no Partido Comunista do Brasil – PC do B. Este interesse acompanhou a minha trajetória pessoal e profissional até os dias de hoje, tendo grande influência na maneira como eu observo o mundo à minha volta. Foi justamente nessa militância que eu passei a dar maior importância à atividade coletiva dos sujeitos como elemento de transformação da sociedade. Mas a minha experiência pessoal não é a regra, já que diversos pesquisadores constataram que vivemos um momento no qual a política partidária é vista pela maioria das pessoas como um ambiente perverso e sujeito à manipulação (SABUCEDO, 1996; BORDENAVE, 2007; HAZAN; RAHAT, 2010; SLOAN, 2011; RUSSELL, 2007; TESTI, 2000; KONITZER, 2006). Assim, esta dissertação pretende contribuir com a discussão sobre a motivação para a participação política do dirigente partidário em um partido político por meio da compreensão das suas configurações subjetivas. Mas esta discussão exige que algumas definições sejam estabelecidas.

Todos os filiados ao PSDB/ES são considerados membros do partido. Neste trabalho, devemos considerar dirigentes partidários os membros do diretório estadual do PSDB/ES e suas instâncias superiores (Conselho de Ética e Conselho Fiscal), constantes no ANEXO A. Outras duas definições que se fazem necessárias são as definições de sentidos subjetivos e de configurações subjetivas. González Rey (2003) define o sentido subjetivo como a unidade entre o simbólico e o emocional, onde a emergência de um implica o outro sem se converter em sua causa. Complementarmente, Mourão e Martínez (2006) entendem o sentido subjetivo como uma unidade que constitui a subjetividade e que integra emoções, significados e aspectos simbólicos. Estes conceitos são discutidos mais a frente.

As configurações subjetivas (GONZALEZ REY, 2005) são os sentidos subjetivos integrados e emergindo no momento em que o sujeito desenvolve a sua atividade, sujeito este que, às vezes, sequer tem consciência destes sentidos. Vale ressaltar que o conceito configuração subjetiva não busca encontrar a configuração

subjetiva final de uma ação ou uma condição humana, mas evidenciar como a organização subjetiva de toda atividade humana é diferente e impossível de se padronizar, o que tem implicações profundas para a discussão do tema da motivação nas ciências humanas. O conceito de configuração subjetiva traz à tona o fato de que a atividade humana não pode ser padronizada ou prevista, já que está balizada por configurações que se organizam de modo diferenciado diante de situações que exigem alguma motivação. González Rey (2003) entende a subjetividade como um momento de tensão e de ruptura com as próprias configurações da subjetividade social que o constituíram. Em outra de suas obras ele afirma que

A subjetividade é um sistema complexo e, como tal, suas diferentes formas de expressão no sujeito e nos diferentes espaços sociais são sempre portadoras de sentidos subjetivos gerais do sistema que estão além do evento vivido, o do contexto em que se centra a representação consciente do sujeito em suas ações concretas. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 126)

Ele defende que as Representações Sociais - RS's aparecem como relativamente constantes mediante diferentes contextos e sujeitos de um grupo. Nas suas palavras

[...] as representações sociais são verdadeiras ontologias sociais e subjetivas para as pessoas que compartilham esses espaços e que situam nas RS elementos de sentido essenciais de suas histórias pessoais, o que as converte também em importantes configurações subjetivas dos sujeitos individuais. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 147)

O sujeito que González Rey (2003) se refere é, simultaneamente, uma singularidade e um ser social. Este sujeito está implicado na configuração plurideterminada da ação do outro, recuperando o seu caráter dialético e complexo. Para González Rey (2003, p. 70), a dialética entre o individual e o social, que persistiu por muito tempo na psicologia, permitiu a compreensão da condição singular do sujeito, “possível somente a partir da compreensão do caráter subjetivo da sua constituição psicológica”. Assim, é preciso substituir uma visão “mecanicista” que enxerga o sujeito, a cultura e a subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam. Esses elementos, mesmo sem serem iguais, se integram em momentos qualitativos do cotidiano.

A partir dessas definições, torna-se relevante explicar o motivo das pessoas participarem politicamente em um contexto adverso a tal participação, a partir da compreensão das configurações subjetivas da participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES, já que os processos intencionais e racionais não decidem o curso dessas configurações, podendo apenas significar alternativas ou mesmo rupturas no desenvolvimento das configurações subjetivas desta participação política.

A abordagem proposta destaca o papel dos sujeitos como produtores de configurações subjetivas que se organizam em suas diferentes atividades sociais, sendo a participação política um aspecto da vida política que pode estar associado a configurações subjetivas singulares entre quem participa ativamente num partido político, reafirmando o valor da teoria histórico-cultural ao analisar este aspecto do comportamento político. Considera a subjetividade numa condição ontológica, onde a ação e o cenário se integram à personalidade, conforme defende González Rey (2003b, p. 196):

Creio que seja essencial para a definição teórica do sujeito avançar na compreensão da complexidade de sua ação social, na heterogeneidade de espaços sociais nos quais se desenvolve, assim como compreender o caráter subjetivo dessas ações em suas diferentes formas de configuração subjetiva, nas quais os sentidos subjetivos de cada um dos cenários de ação social se integram estreitamente nas diferentes configurações subjetivas constitutivas da personalidade, em um processo no qual a autonomia funcional das configurações permite que estas se convertam no cenário real da produção de sentidos do sujeito nos diferentes âmbitos sociais de suas ações.

Neste trabalho, a participação política está unida aos sentidos subjetivos que constituem as diversas configurações subjetivas. Neste sentido, Dreier (1999) argumenta que os modos de participação variam em decorrência das posições particulares, das relações sociais, dos âmbitos de possibilidades e das preocupações pessoais que os diversos contextos encarnam para os sujeitos. Assim, a participação política é vista aqui como uma postura que varia de acordo com a forma com que cada um a assume, como uma necessidade subjetiva que se expressa pela forma como cada indivíduo é ligado à coletividade e se apresenta em espaços de ação e discurso para afirmarem-se enquanto parte.

No PSDB as decisões são centralizadas em nível de executiva e existem membros do diretório estadual que não se sentem dirigentes partidários, conforme será discutido mais adiante. Por isso entende-se que o PSDB possui particularidades relevantes para o estudo das configurações subjetivas da participação política dos seus dirigentes partidários em um contexto adverso a esta participação.

Cabe salientar ainda que dados disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo - TRE-ES demonstram que o PSDB/ES, desde a sua fundação, sempre esteve em coligações vitoriosas nas eleições para Governador do Estado, mas desde 2002 o desempenho eleitoral do candidato tucano a Presidência da República no Espírito Santo diminuiu, conforme demonstra a tabela 1, além de ter sofrido, em 2010, sua primeira derrota em uma eleição para Governador do Estado, com o candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas obtendo apenas 15% dos votos. A bancada do partido no Estado, até 2010, era composta por dois deputados federais e um deputado estadual, e no ano de 2012 era composta por apenas um deputado federal. Outras características são vinculadas ao partido, como a indiferença em relação aos movimentos sociais, o gerencialismo e o alinhamento com o projeto neoliberal mundial (ROMA, 2002; 2009), como veremos mais a frente.

Votos obtidos pelo candidato tucano a presidência da república no ES			
Eleição	Votos	Votos válidos	Percentual
1994	714.958	1.190.822	60,04%
1998	814.535	1.258.011	64,75%
2002	334.697	1.611.996	20,76%
2006	668.792	1.800.394	37,15%

Tabela 1 - Votação dos candidatos a presidente da república pelo PSDB no Espírito Santo no primeiro turno. Fonte: Dados disponíveis no *website* do Tribunal Superior Eleitoral.

Entre os dirigentes e militantes tucanos no Espírito Santo, existem constantes tentativas de estabelecer relações objetivas de causa e efeito para explicar essas derrotas. Mas estas relações, sozinhas, não são capazes de explicar as derrotas que o PSDB/ES vem sofrendo. A cultura e a história de vida do dirigente partidário são responsáveis por diferentes sentidos subjetivos em relação à sua participação

política. Estes sentidos influenciam a produção de diferentes representações, na medida em que o partido político, que por muito tempo esteve à frente da presidência da república e do governo do estado do Espírito Santo, encontra-se sem cargos expressivos em ambos os entes federativos. Estas representações que povoam a subjetividade social dos capixabas sobre o PSDB levam os membros do diretório do partido no Espírito Santo a produzirem diferentes sentidos subjetivos sobre a sua participação política. Assim, cabe a pergunta: quais as configurações subjetivas produzidas no processo de participação política dos membros do diretório do PSDB/ES?

A atividade partidária cotidiana provoca diferentes emoções nos membros do diretório e nos militantes do PSDB/ES, que somadas a um contexto democrático, bem como à história do dirigente partidário, produz os sentidos subjetivos que o mobilizam para a participação política no partido. Por outro lado, o distanciamento dos cargos de comando do poder executivo estadual e nacional, bem como a ocupação destes cargos pelos partidos concorrentes, gera um contexto geral adverso à participação no PSDB/ES. Neste caso, o contexto político em que o partido constrói sua atividade evoca emoções que somadas às representações sociais negativas da participação política nos partidos em geral (instrumento de grupos que almejam o poder, espaço de corruptos) produzem sentidos subjetivos que desmobilizam o sujeito para a participação política no partido, acarretando diferentes configurações subjetivas da participação.

As diferentes configurações subjetivas da participação política no PSDB/ES se unem às distintas representações sobre o partido já existentes na subjetividade social capixaba, principalmente nos diferentes contextos que seus membros exercem suas atividades cotidianas. Assim, das diferentes configurações subjetivas da participação política no PSDB/ES e de sua relação recursiva com a subjetividade social, podem surgir participações políticas que contribuem para aumentar ou para diminuir a distância entre o partido em estudo e a vitória no processo eleitoral, configurações que facilitam ou dificultam a participação política no partido em estudo, considerando as representações sobre o partido determinantes na identificação (BALBACHEVSKY, 1992) e no engajamento

partidário (PERROT, 1998; PROST, 1998), bem como para o comportamento dos dirigentes do partido.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é compreender as configurações subjetivas da participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES. Por isso se faz necessário atender os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender como o dirigente partidário enxerga a sua participação política no PSDB/ES;
2. Explicar as configurações subjetivas que se relacionam com as configurações subjetivas da participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES;
3. Compreender os processos subjetivos implicados na percepção dos dirigentes sobre o PSDB/ES;

Este trabalho visa contribuir com o partido estudado e com as pesquisas já realizadas sobre participação política, ao revelar novas zonas de sentido das configurações subjetivas da participação política do dirigente partidário do PSDB/ES, através da análise do cenário em que eles produzem sua subjetividade, histórias singulares e emoções produzidas nesta participação, apreendendo as mediações constitutivas, indo além das aparências e transpondo o nível puramente descritivo dos relatos dos sujeitos.

A relevância deste trabalho para os estudos organizacionais encontra-se nos elementos que questionam o valor heurístico das teorias que procuram prever o comportamento dos colaboradores dentro das organizações, já que este comportamento também é permeado por configurações subjetivas de outras áreas da vida do sujeito. Este trabalho divide-se em seis partes, sendo esta introdução a primeira. Na segunda parte é apresentado o referencial teórico que discute a Teoria da Subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2003, 2003b, 2005) e a participação política, na terceira parte são apresentados os procedimentos metodológicos adotados e na quarta parte é feita uma apresentação do PSDB com base em trabalhos acadêmicos que abordaram sua história e sua estrutura.

Na quinta parte do trabalho, os resultados da pesquisa são descritos e na sexta e última parte são feitas as considerações finais onde o problema e o objetivo dessa pesquisa são resgatados, bem como os seus principais resultados.

2. Referencial teórico

Muitos trabalhos sobre o que ocorre dentro dos partidos (MARTINS, 2011; BONELL, 2011; FRANKLAND; LUCKARDIE; RIHOUX, 2008; DELLA PORTA, 2003; NORRIS, 2011; MAYER, 2011) possuem como referência a obra de Michels (1949) e de Duverger (1963), originalmente escritas em 1911 e em 1951 respectivamente. Michels (1949) escreveu sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos. Para ele todas as organizações políticas, incluindo as mais democráticas em suas origens, tendem a converter-se em férreas oligarquias. Duverger (1963) foi quem consagrou o regime dos partidos ao estudar os sistemas eleitorais da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Para ele há uma clara distinção entre partido de massas e partido de quadros. Ele afirma que os partidos de quadros são os partidos que tomam suas decisões mais importantes em “*petit comité*” (pequenos comitês), e são mais antigos e tradicionais. Os partidos de massa surgiram com a expansão do sindicalismo e cresceram com a força da militância.

Os trabalhos mencionados no parágrafo anterior não possuem a preocupação de se aprofundar nos aspectos individuais dos sujeitos que atuam nos partidos. Os problemas pesquisados pelos autores citados diziam respeito à construção de sistemas políticos mais justos. Considerando a bibliografia utilizada nesta dissertação, foi a partir de Sabucedo (1996) que passou a haver uma maior preocupação com os aspectos individuais da participação política ao considerar a intenção do sujeito como uma variável que a define. A partir desta intencionalidade, temos um sujeito que produz a sua participação política em um processo que não é linear, já que para que ela ocorra é necessário mobilizar uma série de recursos subjetivos. Com base neste entendimento é necessário discutir conceitos fundamentais para compreender as configurações subjetivas da participação política do dirigente partidário: o processo de participação e de participação política, os tipos e níveis de participação política, os partidos políticos, os motivos da participação política, as emoções, os sentidos e as configurações subjetivas.

2.1. O processo de participação

Para discutir participação política, faz-se necessário, em primeiro lugar, definir o que é participação. Participar é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Assim Bordenave (2007) define a participação que, para ele, justifica-se por si mesma e não por seus resultados. Trata-se de um processo de desenvolvimento de consciência crítica e de aquisição de poder que leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo, e que não só pode levar à solução de conflitos, mas também pode gerar conflitos. Ela não deve ser tomada como uma panaceia que resolve todos os problemas, afinal ela não é indispensável em todas as ocasiões. Ela pode e deve ser um instrumento de reforço dos canais democráticos de representação, e não a eterna devolução ao povo dos problemas da própria comunidade. O autor faz uma crítica às sociedades modernas:

O fato de nossa sociedade estar estratificada em classes sociais superpostas e com interesses às vezes antagônicos nos leva à pergunta se uma estrutura como a nossa favorece a participação, admitindo-se que só se participa realmente quando se está entre iguais (BORDENAVE, 2007, p. 40).

Depreende-se que a qualidade da democracia (ou mesmo a existência de um modelo de estado autoritário e centralizado) não é suficiente para garantir a qualidade da participação política, ou mesmo a sua inviabilidade. A qualidade da participação, segundo Bordenave (2007), aumenta quando as pessoas conhecem a sua própria realidade. Para ele, a participação é um conteúdo que, apesar de poder ser aprendido, não é passível de ser transmitido. Trata-se de uma mentalidade e um comportamento com ela coerente, e não de uma “destreza” adquirida por treinamento, pois para ele a participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Segundo Bordenave (2007, p. 73), “parece que só se aprende a participar, participando”. De tal afirmação, depreende-se que a democracia está sendo aperfeiçoada no Brasil com o fim do regime militar, na medida em que as pessoas vão aprendendo a participar através da práxis grupal.

O debate sobre a participação no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 – CF/88 tornou-se tão relevante nas revistas e eventos

científicos, que em um mapeamento feito por Palassi e Silveira (2009) foram encontrados 165 artigos discutindo o tema. Os artigos levantados foram publicados nas principais revistas e eventos científicos nacionais entre os anos de 1997 e 2008, e o mapeamento deixa claro que, após a promulgação da CF/88, os governantes passaram a incorporar em seu discurso o planejamento participativo e a descentralização como os principais instrumentos de participação política da sociedade. Após a atualização do mapeamento até o ano de 2011, com a busca de artigos que discutiam o tema nas mesmas revistas e eventos que os pesquisados por Palassi e Silveira (2009), foram encontrados 28 artigos que discutiam mais detidamente tais instrumentos.

O tema teve posição periférica no debate democrático brasileiro ao longo do século XX, segundo Iasulaitis e Silva (2006). Alegava-se que tal modo de deliberação era incompatível com o perfil dos governos. Assim, qualquer possibilidade de democratização política era inviável, já que não se discutia o avanço da democracia, mas a sua conquista. Com a vitória das lutas pela redemocratização na segunda metade da década de 1980, a participação e a descentralização passaram a figurar nos discursos dos governantes em vários níveis, e muitas experiências passaram a ser colocadas em prática no sentido de aproximar Estado e Sociedade Civil.

Os artigos apresentam diferentes definições para a participação: processo no qual as diversas camadas da sociedade tomam parte no planejamento e na gestão da construção de um futuro desejável (BRACERAS; BRACERAS, 2003), forma aberta de intervir na realidade (SILVA; OLIVEIRA, 2004), intervenção num processo decisório qualquer (MEDEIROS; BORGES, 2007), “a ação empreendida pelo cidadão no compartilhamento do poder com agentes públicos visando à tomada de decisão relacionada com a comunidade”, (SALM; MENEGASSO, 2009, p. 4).

As distintas visões de participação dão origem a distintas abordagens possíveis sobre a participação política, e esta participação pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas. Montero (2004) e González (1998), por exemplo, focam o

seu trabalho na participação comunitária. Avritzer (2007), Milani (2009) e Blatrix (2002) focam na participação social. Verba e Nie (1987), Sabucedo (1996) e Dallari (1985) focam na participação política. Tais abordagens não são estanques entre si, mas neste trabalho são examinadas mais detidamente as questões inerentes à participação política.

2.2. O processo de participação política

A produção acadêmica sobre a participação política nos partidos políticos salienta principalmente a abordagem sociológica que dá destaque a aspectos econômicos, locais, étnicos e estruturais (LUNA, 2010; MADRID, 2011; RUSSELL, 2007), a abordagem psicossociológica que destaca a consciência política e o processo de identificação partidária (BALBACHEVSKY, 1992; ARAÚJO, 2005; CASTRO, 2008; CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2010; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011), e a abordagem racional onde o comportamento político, através de suas “variáveis”, pode ser medido e previsto (JIMÉNEZ, 2009; GOMES, 2005; BAQUERO; GONZALEZ, 2011).

As distintas abordagens da participação política nos oferecem diferentes definições que passamos a listar a seguir. Uma das referências mais utilizadas na discussão sobre a participação política é o trabalho de Verba e Nie (1987, p. 2, tradução livre), onde “a participação política refere-se às atividades de cidadãos privados que são mais ou menos diretamente destinadas a influenciar a seleção de pessoal de governo e/ou as ações que eles tomam”. Bordenave (2007, p. 56) a vê como “a luta das classes populares para que as classes dirigentes cumpram seu dever”, enquanto a intencionalidade é o motivo da participação política para Conge (1988), e os resultados explicam as suas consequências. Ao discutir mais detidamente a participação política, Sabucedo (1996, p. 89) a define como:

[...] aquelas ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos ou grupos com o objetivo de apoiar ou questionar qualquer dos distintos elementos que configuram o âmbito do político: tomada de decisões, autoridades e estruturas.

Dallari (1985) argumenta que a participação política real é aquela que assegura a todos e a cada um a possibilidade de influir nas decisões políticas. As diferentes formas de participação e maneiras de intervir na política, além das muitas perspectivas de onde ela pode ser observada, dificultam consideravelmente a busca de um conceito universal de participação política. Sani (1998, p. 888) argumenta que a expressão participação política “reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais”. Outro autor que discute o tema é Bobbio (2000), que se refere aos gregos do período clássico como um exemplo de não separação entre cidadania e democracia, já que era dever do cidadão grego participar da política. Assim, a democracia direta faz referência à participação política dos cidadãos gregos nos espaços públicos.

Como é possível perceber, não existe um conceito universal que consiga definir a participação política em todas as suas manifestações, e nem é a intenção deste capítulo encontrar tal definição. A intenção é demonstrar a existência de um grande número de definições e de possibilidades de participação política, trazendo à tona temas ligados ao objeto deste estudo. Neste trabalho a participação política é um processo subjetivo que implica configurações diversas da subjetividade humana, não apenas restritas à política, já que a própria política é uma produção subjetiva. Dada a sua natureza, a participação política é aqui estudada a partir de uma perspectiva cuja base epistemológica proposta por González Rey (2003; 2003b; 2004; 2005) permite novos acessos ao aspecto empírico da realidade estudada através de uma aproximação qualitativa no campo da psicologia. Por assumir o caráter complexo do seu objeto de estudo, esta base epistemológica permite ainda a interação criativa entre a psicologia e os estudos organizacionais, onde o sistema complexo denominado subjetividade adquire valor heurístico para a administração.

Para uma melhor compreensão e visualização do processo de participação, e que são úteis para a compreensão do processo de participação política, alguns autores (VERBA; NIE, 1987; SANI, 1998; BORDENAVE, 2007; SALM; MENEGASSO, 2009) propõem uma classificação por níveis ou por tipos, mas os

aspectos individuais tornam a participação um processo singular em cada sujeito, conforme se discute a seguir.

2.3. Tipos e níveis de participação e de participação política

A participação pode ser separada em níveis ou em tipos. A separação em níveis (SANI, 1998; BORDENAVE, 2007) discute o desenvolvimento do processo de participação nas pessoas e apresentam uma hierarquia. Para Bordenave (2007), os níveis de participação são: formulação da doutrina e da política da instituição, determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias, elaboração de planos, programas e projetos, alocação de recursos e administração de operações, execução das ações e avaliação de resultados. O autor afirma que a participação ainda pode ser espontânea, imposta, voluntária, dirigida (ou manipulada) e concedida. Nesta linha, Sani (1998) destaca o processo de aprendizagem como determinante para a construção da participação. Em função da não linearidade do processo de aprendizagem da participação, as pessoas acabam participando em diferentes níveis: *a presença* caracterizada por um comportamento passivo ou receptivo, *a ativação* onde o indivíduo desenvolve uma série de atividades que lhe foram imputadas por delegação permanente, e *a participação* na qual o indivíduo participa da tomada das decisões políticas.

Apesar da contribuição para a construção de representações sobre o desenvolvimento da participação em cada sujeito, aspectos individuais como necessidade, motivos e personalidade poderiam ser inseridos neste debate. Estes aspectos individuais estão diretamente implicados não só no processo de participação política, mas no contexto da realização de qualquer ação. A necessidade, por exemplo, está relacionada para González Rey (2003, p. 245) com qualquer atividade, já que “[...] toda atividade ou relação implica o surgimento de um conjunto de necessidades para ter sentido para o sujeito”. Assim, a relação entre aspectos individuais e a participação política dá a esta participação um caráter singular, levando cada sujeito a produzir diferentes tipos de participação em cada momento de sua vida, não havendo nenhuma separação estanque. Destaca-se aqui o caráter fluido com que o processo de participação se

desenvolve em cada um, levando militantes da base do partido político a postos de direção em um processo que pode levar décadas.

A separação em tipos (VERBA; NIE, 1987; SALM; MENEGASSO, 2009) foca as diferentes participações encontradas na sociedade e não apresentam uma hierarquia entre elas. Verba e Nie (1987), por exemplo, diferenciam a participação política convencional da participação política não convencional. Salm e Menegasso (2009) destacam diferentes tipos de participação: manipulativa, passiva, por consulta, por incentivo, funcional, interativa e automobilização. Sabucedo e Arce (1991) realizaram um estudo que buscou identificar as principais modalidades de atividade política, através de entrevistas que foram analisadas por meio de escalamento multidimensional. Os resultados apontam para quatro modalidades de participação política que se distinguem claramente entre si: persuasão eleitoral, participação convencional, participação violenta e participação direta pacífica.

Em outro momento de sua produção científica, Sabucedo (1996) reviu sua posição e passou a criticar a classificação das ações políticas em categorias. Sua crítica fundamentou-se em três razões: 1) tais classificações introduzem valorações que nada tem a ver com um enfoque científico do problema; 2) uma separação do tipo convencional/não convencional está sujeita a condicionantes sociais que não são estáveis; 3) agrupa em uma mesma categoria ações muito distintas entre si (como manifestações ilegais e luta armada, por exemplo). Esta crítica vale para outras diferenciações como formas ativas ou passivas, condutas agressivas ou não agressivas, objetos estruturais e não estruturais, ações dirigidas ou voluntárias, dentre outras, que estão sujeitas a diversos condicionantes sociais que não são estáveis. Essas diferenciações agrupam em uma mesma categoria ações muito distintas entre si, podendo uma ação ser considerada convencional hoje em dia e não convencional no momento seguinte.

Ao discutir a separação de atitudes entre diferentes funções psíquicas, Vigotski (1933/2004) argumenta que tal separação não procede porque tais funções estão integradas no cérebro humano. Entende-se aqui que a avaliação dos indivíduos

sobre os distintos elementos do sistema político depende do conhecimento construído sobre eles, e os sentimentos e emoções produzidos em estreita relação com o conhecimento e a avaliação que se faz. Inclui-se ainda, memória, vontade e outras funções psíquicas determinantes na formação das atitudes. Por isso, na medida em que a participação política se dá de forma mais comprometida, mobilizando um conjunto de emoções e de representações, pressupõe-se um maior nível de politização das pessoas, bem como um aumento do vínculo entre o sujeito que participa no partido político e seus pares. Assim, dada a sua importância no contexto deste trabalho, faz-se necessário definir os partidos.

2.4. Os partidos políticos

Segundo Araújo (2005), os partidos são instituições relativamente recentes que só conquistaram maior importância a partir da segunda metade do século XIX, e não são instituições fixas e imutáveis, pois se adequam aos imperativos do contexto a que se vinculam. De acordo com Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007, p. 389), “os partidos políticos são uma condição necessária, embora não suficiente, para o funcionamento do regime democrático”. Nesta linha, Ibañez e Iñiguez (1996) argumentam que a sua função em um sistema político competitivo é contribuir para formar a opinião pública, configurar a cultura política, selecionar os candidatos ao poder, enquadrar os eleitos, canalizar e fomentar as demandas e agregar os interesses.

No princípio, os partidos se constituíram como representação de distintas forças sociais e de conjuntos de interesses sociais particulares, mas seu funcionamento vem sendo marcado cada vez mais pela necessidade de participar com êxito das diferentes disputas eleitorais que dão ritmo à vida política da sociedade (IBÁÑEZ; IÑIGUEZ, 1996, p. 347, tradução nossa).

Ibañez e Iñiguez (1996) chamam a atenção para a eleitorização das formações políticas. Trata-se do fenômeno em que o governante alega ter como prioridade o seu eleitorado e não a sua base partidária. Tal fenômeno permitiu o surgimento dos *catch-all parties* (partidos engloba tudo).

[...] desde a sua preocupação por ampliar e diversificar sua base eleitoral cobrem um espectro político tão amplo e flutuante que torna difícil definir seu núcleo ideológico, a não ser em termos de simples vontade de exercer as funções de governo. É o fenômeno dos partidos de eleitores, mais do que de militantes, nos quais os parlamentares exercem um controle quase absoluto sobre a estrutura partidária (IBAÑEZ; IÑIGUEZ, 1996, p. 347, tradução nossa).

Para Ibañez e Iñiguez (1996), a legitimidade democrática não é a única forma de legitimidade política, mas a ideologia democrática vigente é tal que impede toda a reflexão sobre os limites históricos da instituição democrática. A Teoria Democrática considera os partidos políticos fundamentais para a participação na democracia. Para Walzer (1983) os partidos políticos contribuem para a “política do coletivo” e favorecem o debate, bem como a deliberação. Para o autor, os partidos promovem o respeito próprio dos cidadãos.

Um consenso mínimo quanto às regras da disputa democrática é pré-requisito para que ela aconteça sem que a ordem democrática seja destruída. Souza Junior (2002) afirma que as sociedades em conflito, nas quais não existe tal consenso espontaneamente, precisam de mecanismos institucionais para controlar tais conflitos e permitir a pacificação e a união daquele meio social.

A experiência histórica das sociedades apaziguadas revela que todas elas, em seu passado, registraram divisões graves na Comunidade, como a guerra civil. O caminho para um *consensus* social foi sempre aberto pelo *consensus* político. Este, criando instituições legítimas e adequadas, capazes administrar legal e pacificamente os conflitos, por meio da conciliação e da negociação políticas e competição regulada pelo poder, foi gradualmente pacificando a sociedade [...] (SOUZA JUNIOR, 2002, p. 81).

Os estudos de Panebianco (2005) e de Katz e Mair (1994) defendem como variáveis analíticas para o acesso ao poder as práticas organizacionais, as regras internas, a formação da coalizão dominante e o processo de seleção dos candidatos. Para os autores, quanto maior o controle dos dirigentes maior será a vitalidade da organização partidária. Para Panebianco (2005), o sucesso da estabilidade da organização partidária está na distribuição, pelos dirigentes, de incentivos coletivos e seletivos para os seus membros. Tais incentivos, chamados pelo autor de “zonas de incerteza”, são a competência para organizar o partido internamente, as relações de representação, a comunicação, o controle das regras, as fontes de financiamento e de recrutamento.

Para Araújo (2005), os partidos são veículos tradicionais de acesso aos cargos eletivos e para Whitely e Seyd (2002) partidos vigorosos são fundamentais para o funcionamento eficaz da democracia.

Testi (2000) defende os partidos políticos argumentando que eles são necessários para promover a participação democrática de todos os cidadãos.

Russell (2007) vê o gerencialismo, considerado em seu trabalho como o uso de práticas de gestão do setor privado no serviço público, como um elemento que dificulta a participação das pessoas nos partidos. O maior controle do poder central destes partidos políticos possui consequências sobre a sua capacidade de envolver o público. No entanto, a participação das pessoas não é condição necessária para a vitória eleitoral dos partidos, já que existem vários casos de sucessos eleitorais sem a devida base social, e nestes casos o gerencialismo é útil para dar maior celeridade e capilaridade aos processos de tomada de decisão, por exemplo. Nesta linha, Konitzer (2006) argumentou que este mesmo gerencialismo que levou o Partido Rússia Unida à vitória nas eleições de 2004 na Federação Russa, e não o fato dele ser um partido de massas o que, para o autor, o Partido Rússia Unida definitivamente não é.

A produção acadêmica brasileira sobre o funcionamento dos partidos nos apresenta um distanciamento entre o que os partidos políticos se propõem a ser e aquilo que eles são. Um exemplo é o de Braga (2008, p. 455), que privilegia as dinâmicas internas dos partidos para investigar o papel da organização na produção e no controle da representação política. Para ela, o partido político se diferencia das demais organizações por atuar em uma arena específica, além de trazer à tona “[...] elementos que enriquecem a polêmica sobre a debilidade partidária segundo o exame de como as organizações realmente funcionam, e não a partir de premissas normativas e institucionais”.

Um exemplo dessa debilidade partidária citada por Braga (2008) é o surgimento de personalidades atuando à margem dos partidos, que leva muitos estudiosos a

falarem de uma crise de representação (MANIN, 1997; BRAGA, 2008) ou a fazerem um diagnóstico bastante crítico sobre a construção de partidos que cumpram melhor sua função na atual democracia (LAMOUNIER, 1992, 1994; MENEGUELLO, 1994; LIMA Jr, 1993). Tais estudos destacam o individualismo e o caráter personalista da organização partidária brasileira por caracterizarem tais organizações como frágeis. Sloam (2011), ao discutir a participação política dos jovens do Reino Unido nos partidos, argumenta que o sistema político é que está alienado, e que os jovens possuem agenda e mecanismos próprios de participação política. Martins (2005) afirma que os partidos são aparelhos de usurpação de um poder do qual se apropriam para instrumentalizá-lo, de modo a garantir sua autoperpetuação político-eleitoral. Em suas palavras

Voluntariamente submetidos ao funcionamento da famosa “lei de ferro das oligarquias”, [os partidos] encontram-se literalmente despovoados. A maioria nunca teve um corpo de militantes, e os que algum dia possuíram um mínimo de militância organizada foram perdendo de vista os seus quadros [...] (MARTINS, 2011, p. 20-21).

O autor atribui a culpa pela falta de participação política ao regime em vigor e faz uma crítica ao modo como as campanhas eleitorais foram profissionalizadas. Em suas palavras

Ao contrário do que poderíamos esperar — na qualidade de cidadãos que supostamente vivem numa república democrática —, o regime em vigor promove no seio da população elevadas taxas de absenteísmo político e ideológico. O que fazer para camuflar a ausência do povo — esse vazio inexplicável e imperdoável? Como quem não tem cão, caça com gato, o regime abriu espaço para o ersatz [palavra alemã cujo significado literal é “substituto”] representado pela participação política terceirizada. [...] Por exemplo: as campanhas eleitorais, assim como a propaganda partidária entre as eleições, foram entregues a “pessoas estranhas ao serviço” — na base, milhares de biscateiros que sacodem bandeiras a dez reais por dia; na cúpula, “marqueteiros” que, entre uma briga de galo e outra, comandam a fala dos candidatos e repetem na esfera pública o que aprenderam a fazer nas empresas de publicidade comercial: pirotecnia e publicidade enganosa (MARTINS, 2005, p. 22).

Outro crítico é Jehá (2009) que, ao escrever sobre a simbiose parasitária do sistema partidário brasileiro dá destaque a uma série de patologias partidárias: amorfismo, multiplicação dos partidos, oligarquização das decisões partidárias, a cooptação dos partidos e as alianças com o governo, a infidelidade partidária, a

indisciplina partidária, a colonização das estruturas do Estado, a fragmentação dos partidos e o corporativismo.

Assim, as características dos partidos políticos trazidas à tona nas abordagens aqui apresentadas, tais como o culto à personalidade, a oligarquização das decisões políticas, o individualismo, dentre outras, não são capazes de explicar a participação política. Outros dois fatores explicativos ainda precisam ser debatidos: o engajamento e a identificação partidária.

2.5. Por que participar de um partido político?

Uma democracia que se assenta nas virtudes dos cidadãos para ter legitimidade ou mesmo um bom desempenho teve as suas dificuldades listadas por Habermas (1995). O autor faz coro aos críticos dos modelos participativos que partem do princípio de que as pessoas estão ávidas para participar. Os modelos participativos que se referem à participação política nos partidos políticos levam em conta dois importantes elementos para o debate: o engajamento e a identificação partidária.

O engajamento possui três distintas origens, para Perrot (1998), que podem ser combinadas: a origem feudal, a origem militar e a origem religiosa. O engajamento, segundo Perrot (1998, p. 5, tradução nossa), “é o ato voluntário de um indivíduo que se liga, e muitas vezes de forma solene e pública. O desengajamento, então, é visto como um perjuro, uma deserção e traição”. Para ela, o sujeito engajado tem que ser engajado politicamente nas lutas pela garantia das liberdades democráticas, pelos direitos dos cidadãos, contra as ditaduras, pela reunião ou separação dos territórios de uma nação, em defesa da classe operária, ou em defesa dos oprimidos, dentre outras.

Esse sentimento de uma responsabilidade pela infelicidade do mundo torna urgente “fazer alguma coisa”, supõe uma representação da sociedade como uma soma de relações interdependentes sobre a qual é possível agir (PERROT, 1998, p.6, tradução nossa).

Para Prost (1998), o engajamento político só foi possível no século XX por conta das barreiras ao direito de associação e de expressão que só então declinam. Define ainda o engajamento através de quatro características: é voluntário, possui consequências duradouras, envolve uma promessa ou alguma coisa e é um compromisso público.

A literatura brasileira enriquece o debate sobre os fatores explicativos da participação nos partidos políticos com o trabalho de Balbachevsky (1992) e o de Carreirão e Kinzo (2004), que relacionam a preferência partidária com a decisão eleitoral no Brasil. Para Balbachevsky (1992, p. 137), “a identificação partidária representa um compromisso estável do eleitor com o sistema político-partidário” e a existência de uma base eleitoral para o partido depende da sua capacidade de vincular à sua imagem um pacote significativo de demandas que sejam próximas ao cidadão e que polarizem de alguma forma o eleitorado.

Diante do exposto, conclui-se que o engajamento e a identificação partidária estão contidos na participação política, e que a participação política está contida na participação, já que o engajamento e a identificação partidária não são capazes de explicar a participação política em todas as situações em que ela se manifesta e a participação política não compreende todas as manifestações da participação. Conclui-se ainda que as pessoas engajadas ou que se identificam com algum partido contribuem mais para o estabelecimento de novas relações entre a sociedade civil e a esfera pública.

Estas novas relações possibilitam uma conduta ativa dos cidadãos nas ações e nas decisões na comunidade, bem como nos assuntos de interesse coletivo. Para Medeiros e Borges (2007), a participação é fundamental para o exercício da cidadania, já que é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos a oportunidade de deliberar sobre o futuro da sociedade. A participação política promove outros benefícios tais como a socialização e a geração de conhecimento e a relação entre prática e teoria (MEDEIROS; BORGES, 2007), a alteração da qualidade da negociação entre governantes e governados, a construção de um compromisso entre governo e cidadãos (FADUL; MAC-ALLISTER, 2006), a

criação de redes sociais (COSTA; FERREIRA, 2010), a criação de uma consciência de pertencimento e empoderamento nas pessoas e grupos (GATTAL; ALVES, 2008; VALLE, 2008), a melhoria da qualidade da democracia (IASULAITIS; SILVA, 2006), traz para a política os interessados em reorganizar os espaços e superar as desigualdades (PAIVA, 2010). Dallari (1985) destaca duas consequências da participação política.

O fato de existir a necessidade de viver em sociedade tem consequências muito sérias. Uma delas é que os problemas de cada pessoa devem ser resolvidos sem esquecer os interesses dos demais integrantes da mesma sociedade. [...] Outra consequência da participação política é o aparecimento de problemas e de interesses fundamentais que não são apenas de um indivíduo, mas que são de um grupo de indivíduos ou até mesmo de toda a sociedade (DALLARI, 1985, p. 18-19).

Os autores não são uníssonos em destacar os efeitos benéficos do processo de participação política. Segall (2005), por exemplo, questiona o cultivo da cooperação e da solidariedade como consequências dos modelos participativos. Ele chama a atenção para o fato de que não há uma relação entre capacidades, oportunidades e disposição para a cooperação, e que as habilidades cívicas que os cidadãos passam a possuir não são, na maioria das vezes, usadas para conquistar o ideal coletivo. Para eles, há uma diferença entre a aquisição de repertório e de estratégias e a aquisição de sentimentos solidários.

Braga e Pimentel Jr. (2011, p. 290) também argumentam, em relação à sua pesquisa, que “os dados apresentados nos modelos de regressão logística denotam que os partidos não são tão irrelevantes para a democracia quanto grande parte da literatura sobre o tema defende”. Elster (1998) admite que a participação proporciona a educação dos cidadãos, mas essa educação proporcionada pela participação não é mais do que uma consequência, isto é, um subproduto das relações mantidas entre as instituições de governo e a esfera civil na democracia. Em outras palavras, para Elster (1998), além da educação que é importante, mas é apenas um pressuposto para o real confronto de ideias que se dá no âmbito das arenas políticas, existem outras questões a serem mediadas e resolvidas pelos diversos processos que a democracia envolve. Ou seja, a educação é importante, mas não pode ser tão enfatizada a ponto de se tornar o objetivo de um regime democrático.

Entre as questões a serem mediadas pelos processos que a democracia envolve, neste trabalho, estão as emoções e as subjetividades dos sujeitos, que passaremos a discutir a seguir.

2.6. As emoções e a subjetividade na participação política

A ideia de que as emoções são capazes de redefinir um comportamento político já existia na Grécia Antiga, onde a retórica aristotélica era carregada de paixões, de excessos¹. O amor e o ódio foram temas recorrentes na obra de Maquiavel (2009) e a adoração às lideranças políticas, bem como o carisma, também apareciam na obra de Weber (1978). Esta emocionalidade tem sido pouco abordada na literatura atual sobre a participação política, por ser uma manifestação altamente personalizada do sujeito, e esse é justamente um dos aspectos que evidenciam as tendências autoritárias e domesticadoras das instituições sociais que não toleram manifestações altamente personalizadas na abordagem da participação política. A negligência aos aspectos emocionais pode ocasionar problemas como o descrito por Serpa (1999) que, ao propor uma intervenção urbanística no bairro Plataforma em Salvador, narrou a experiência de uma reunião para definir pontos do planejamento participativo do bairro. Foi observado que conflitos latentes entre vizinhos originaram uma prática de retaliação à reunião. Daí a importância do que o autor chamou de “redes submersas”.

Segundo Gonçalves (2008, p. 56), “é necessário considerar fatores psicológicos e pessoais de cada sujeito, fatores emocionais e subjetivos”. Assim, por exemplo, quando Verba (2003), Bordenave (2007) e Gonçalves (2008) dão à família o status de agente fundamental de socialização política, ficam subentendidos os inúmeros processos emocionais envolvidos no espaço de interação familiar do sujeito. O envolvimento emocional do sujeito naquilo que ele está participando é que fará com que ele se sinta responsável pela sua participação, e que

¹ Aristóteles, na obra "Retórica", argumenta que o apelo à audiência acontece em três frentes: logos, pathos e ethos. O Pathos é uma palavra grega que significa paixão, excesso, catástrofe, passagem, passividade, sofrimento e assujeitamento.

promoverá a sua espontaneidade neste processo. Assim, a emocionalidade se integra a formas simbólicas no espaço delimitado da experiência.

O sentido subjetivo é a integração de uma emocionalidade de origens diversas que se integra a formas simbólicas na delimitação de um espaço da experiência do sujeito. No sentido subjetivo integra-se tanto a diversidade do social quanto a do próprio sujeito em todas suas dimensões, incluindo a corporal. As emoções associadas à condição de vida do sujeito se integram em sua produção de sentido (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 127).

Penso *et al.* (2008) concordam com esse entendimento, já que apresentam a emoção como o resultado da convergência e da confrontação dos sentidos que são constituídos na subjetividade de cada um, gerada pelo sujeito a partir das suas relações interpessoais. Outro elemento que se liga aos aspectos subjetivos da participação política, além das emoções, é a identificação partidária. Para Balbachevsky (1992), trata-se do reconhecimento de um dos elementos da identidade subjetiva do cidadão. No entanto, o compartilhamento de códigos dentro de um mesmo espaço social nas suas diversas práticas sociais possui relação direta com os fenômenos da subjetividade social, na medida em que tais códigos se naturalizam na relação entre as pessoas, ou seja, quando os aspectos que definem a nossa identidade são compartilhados no dia a dia, tais códigos passam a fazer parte de nossa subjetividade. A partir daí, conforme nos ensina González Rey (2005), a identidade passa a nos integrar emocionalmente nos espaços sociais.

Recuperar o sujeito que aprende implica integrar a subjetividade como aspecto importante desse processo, pois o sujeito aprende como sistema, e não só como intelecto. O sentido subjetivo, na forma como temos desenvolvido essa categoria, representa um sistema simbólico-emocional em constante desenvolvimento, no qual cada um desses aspectos se evoca de forma recíproca, sem que um seja a causa do outro, provocando constantes e imprevisíveis desdobramentos que levam a novas configurações de sentido subjetivo (GONZÁLEZ REY, 2006, pp. 33-34).

Desse modo, a identificação partidária é o caráter parcial e deformado de inúmeros processos subjetivos, dentro do conjunto de elementos que se expressa através de uma escolha consciente. Nas palavras de González Rey (2004)

As posições racionais do ser humano são, na realidade, produções de sentido, na medida em que se organizam sobre a base dos interesses e necessidades

relacionados aos contextos desde os quais atua, e a partir de suas histórias nesses contextos. Isso situa no centro da potencialidade mobilizadora da razão uma emocionalidade comprometida com uma história e com uns valores que não são iguais para cada nação, grupo social, família ou pessoa que se situam em culturas diferentes (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 130).

González Rey (2004) argumenta que as pessoas não são apenas um bloco de indivíduos, já que produzem ideias em uma relação de complexidade. De tal afirmação, depreende-se que a inclusão em um grupo social acontece em um processo dialético, em um espaço-simbólico emocional, relacional, que só produz sentidos em um marco cultural onde a inclusão se configura. Este trabalho entende que processos subjetivos contribuem na mobilização do sujeito para assumir a responsabilidade sobre a sua participação, e a envolver-se emocionalmente neste processo, subvertendo assim a lógica da discussão sobre a participação política, que se pauta predominantemente em fatores psicológicos e sociológicos coletivos e sociais, sem considerar o sujeito como produtor de sentidos que se configuram levando-o a esta participação. Assim, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre tais processos subjetivos.

2.7. Os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas

Para dar conta de um conceito de subjetividade que respeite a relação complexa, dialética, recursiva e contraditória entre o sujeito, a subjetividade e a sociedade, buscamos a definição de subjetividade de González Rey (2005, p. IX), que a vê como um sistema “complexo e plurideterminado” que sofre influências da complexa rede de relações sociais. Para o autor

A subjetividade está organizada por processos e configurações que se interpenetram permanentemente, que estão em um constante desenvolvimento e muito vinculados à inserção simultânea do sujeito em outro sistema igualmente complexo, que é a sociedade, dentro da qual o sujeito tem que seguir as congruências e contradições de desenvolver-se através de sistemas diversos [...] (GONZÁLEZ REY, 2003b, p. 107, tradução nossa).

A compreensão de uma relação complexa entre sujeito, subjetividade e sociedade converge com o argumento de Morin (2005, p. 36), de que “é preciso reconhecer fenômenos, como liberdade ou criatividade, inexplicáveis fora do quadro complexo que é o único a permitir a sua presença”. O pensamento simplificador

não consegue explicar a conjunção entre o uno (o individual) e o múltiplo (a sociedade), já que ou unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem explicar a unidade. O pensamento simplificador gerou uma distorção em torno da significação do termo “subjetivo”. González Rey (2004) argumenta que a distorção sobre o termo foi gerada na perspectiva da cognição social, e decorre da justaposição entre a experiência subjetiva interna e o mundo objetivo externo. Nas palavras de González Rey (2004, p. 125), “a subjetividade não é o oposto do objetivo, é uma qualidade da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente”.

Pela via do pensamento complexo de Morin (2005), é possível compreender os sentidos subjetivos, que não aparecem diretamente nas respostas das pessoas, nem nas representações que as sustentam. Eles aparecem apenas dispersos na produção total da pessoa e só podem ser captados em seu caráter processual. É por isso que necessitamos da interpretação para produzir inteligibilidade sobre eles. Para González Rey (2003b, p. 60),

O status de um sentido subjetivo que se expressa em um processo de significação é sempre o seu caráter parcial e deformado dentro do conjunto de elementos que se expressa em uma construção consciente do sujeito.

González Rey (2004) reafirma o caráter do sentido subjetivo. Em suas palavras

A relação entre diferentes formas de realidade e a produção de sentidos é indireta, complexa, oculta. Por isso tem de ser construída no processo de produção de conhecimento, construção que adquire valor somente dentro da delimitação teórica que definimos como subjetividade e que não é, nem mais nem menos, que uma delimitação no mesmo sentido em que as práticas discursivas o são (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 136).

O autor argumenta que são os sentidos subjetivos que delimitam a especificidade do psíquico em todas as atividades humanas. Para ele

[...] a subjetividade se produz de forma simultânea em todos os espaços da vida social do homem. Isso faz com que o sujeito, subjetivamente constituído ao longo de sua história, desenvolva processos de subjetivação em cada uma de suas atividades atuais e que os sentidos subjetivos produzidos em cada uma dessas atividades constituam subjetivamente as outras, em um processo permanente de integração, organização e mudança que tem de ser captado em seu caráter processual. (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 127).

Outra definição de sentido subjetivo que converge com a proposta de González Rey (2004) é a definição de Mourão e Martínez (2006), onde o sentido subjetivo é uma unidade que constitui a subjetividade e que integra emoções, significados e aspectos simbólicos. Para captar os sentidos subjetivos, González Rey (2005) privilegia o sistema conversacional, processo ativo onde o pesquisador precisa envolver o sujeito pesquisado, e onde a produção de um conteúdo suscetível de ser significado não é a sua finalidade. A ideia é a busca, sobretudo, de uma expressão compromissada do sujeito que fala.

A ruptura com a epistemologia estímulo-resposta faz com que reivindicemos, em nossa metodologia, os sistemas conversacionais, os quais permitem ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para integrar-se em uma dinâmica de conversação que toma diferentes formas e que é responsável pela produção de um tecido de informação o qual implique, com naturalidade e autenticidade, os participantes (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 45).

A busca desta implicação do participante da pesquisa permitiu que Jacobina e Costa (2007) realizassem sua análise a partir de indicadores que aparecem na relação entre os instrumentos (indicadores estes contidos na expressão espontânea dos participantes) e nos processos (formais e informais) que representem alguma dimensão de sentido presente no estudo. Eles apresentam ainda uma definição destes indicadores utilizados.

Os indicadores podem ser definidos como elementos ou conjunto de elementos que adquirem significação através da interpretação do pesquisador, são categorias produzidas no processo de construção do conhecimento que se constituem em instrumentos para a definição de zonas de sentidos sobre o problema estudado. As zonas de sentidos são construídas no diálogo com os dados e são uma referência dos processos construtivos do pesquisador (JACOBINA; COSTA, 2007, p. 103).

Sobre tais indicadores, Mourão e Martínez (2006) afirmam que na pesquisa qualitativa é essencial produzi-los em função da informação obtida através dos instrumentos. Essa informação se articula com a informação obtida através de outros instrumentos, a partir dos indicadores relevantes. Assim, indicadores definem as informações relevantes, e vice-versa, numa relação dialógica e recursiva onde a produção de ideias do pesquisador estará sempre presente. A expressão “modelos teóricos” utilizada neste trabalho consiste na articulação de

indicadores de sentidos subjetivos com as representações dos sujeitos da pesquisa, dando origem a modelos de significação úteis na criação de novas zonas de sentido para o problema estudado. Assim, o modelo teórico não busca esgotar o problema estudado, mas abrir novas zonas de inteligibilidade que permitam uma aproximação diferenciada a ele. González Rey (2005) ensina que o processo de construção da teoria é um processo vivo, onde o pesquisador é o núcleo gerador de pensamento e parte inseparável do curso da pesquisa. Para ele

[...] o pesquisador é teórico em sua própria organização subjetiva enquanto sujeito da pesquisa, ao carregar um repertório de representações e de sentidos subjetivos que, com frequência inconscientes, expressam uma memória teórica, enquanto princípio de valor heurístico para a construção da experiência (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 35).

Freitas (2008) argumenta que na epistemologia qualitativa a subjetividade é adotada em uma perspectiva dialógica, dialética e complexa. A subjetividade se expressa em um sistema complexo em constante avanço, constituindo o sujeito e sendo constituída por ele, dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que desenvolve suas ações.

O ser humano humaniza-se nas relações interpessoais, nos espaços sociais; portanto, esses espaços, onde subjetividades individuais se entrelaçam, constituem-se *locus* de complexidade, de produção de emocionalidades, significados e sentidos, daí a denominação subjetividade social. Da dialética subjetividade individual-subjetividade social compreende-se o movimento de produção subjetiva, ou seja, como a interatividade produz emoções, constitui comportamentos, momentos e processos de desenvolvimento humano e produção de sentidos. Cada caso envolve uma história singular de produção de relações, sentidos subjetivos e desenvolvimento; por isso os estudos de caso são privilegiados (FREITAS, 2008, p. 51).

Assim, o qualitativo não é definido pelos instrumentos, já que o instrumento mais importante é o próprio pesquisador e a qualidade da interação entre pesquisador, sujeitos e contexto. Freitas (2008, p. 51) argumenta que o trabalho do pesquisador é identificar as “informações de sentido”, que seriam os indicadores na terminologia utilizada por González Rey (2005), que aparecem nas palavras, diálogos, escritos, ações, decisões, atitudes, gestos, inclusive (e, por vezes, principalmente) em momentos informais e imprevistos.

Na pesquisa qualitativa, segundo Cupolillo e Freitas (2007), é a relação entre o pesquisador, os participantes e o contexto que norteia os próximos passos para a construção-interpretação e só os momentos que produziram sentido serão apresentados a partir dos indicadores. Assim, o valor da informação, na pesquisa qualitativa, não é dado pelo caráter do instrumento que o produz, mas pelo momento da aplicação das ideias e das reflexões do pesquisador. Neubern (2009) alerta que o processo de construção da realidade não conduz a aceitar qualquer interpretação do sujeito. Existem critérios de legitimação da informação que consideram o papel ativo da realidade, trazendo novas questões à tona. A realidade construída não é passiva. Ela dialoga com o pensamento do pesquisador e, muitas vezes, entra em conflito com este pensamento. Em suas palavras

Suas interpretações [do pesquisador] não visam [...] uma correspondência direta e linear com o universo empírico, mas uma construção que permita oferecer diferentes possibilidades explicativas sobre o problema estudado, sem a exigência de um consenso entre pesquisadores distintos (NEUBERN, 2009, p. 203).

Outra relação possível de ser feita é entre o conceito de sentidos subjetivos e a ideia de imaginário de Castoriadis (1982), onde o imaginário é uma das dimensões que constituem a psique, e que não pode ser reduzido a outros processos sociais como o discurso e como a linguagem. Castoriadis (1982) critica o deslocamento laciano da organização imaginária para a organização simbólica do inconsciente. Em suas palavras

A relação simbólica [...] retorna, ou melhor, permanece desde o início lá onde surgiu: no vínculo rígido [...] entre o significante e o significado, o símbolo e a coisa, ou seja, no imaginário efetivo. Se dissemos que o simbólico pressupõe o imaginário radical e nele se apoia, isso não significa que o simbólico seja, globalmente, apenas o imaginário efetivo em seu conteúdo. O simbólico comporta, quase sempre, um componente 'racional-real': o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para o agir. Mas este componente é tecido inextricavelmente com o componente imaginário efetivo [...] (CASTORIADIS, 1982, p. 155).

Assim, o imaginário está em contínua mudança dependendo das condições histórico-culturais. Tal abordagem é fundamental para superar uma visão especulativa da subjetividade que nega a sua mais importante qualidade: sua capacidade de gerar imaginação, que acaba por gerar novas formas de vida, que

geram novas imaginações. A capacidade generativa, em termos imaginários, é definida por González Rey (2005) como a capacidade de gerar novos sentidos subjetivos.

González Rey (2003b) argumenta que a experiência social está inscrita em sistemas de necessidades que possuem um caráter histórico e representam sínteses complexas da história social da pessoa. Assim, a subjetividade social se apresenta nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade e nas diferentes representações sociais dos espaços que vivemos e está transpassada pelas produções de sentido e pelos discursos que configuram a nossa subjetividade.

Cada uma das formas de expressão da subjetividade social expressa a síntese, em nível simbólico e de sentido subjetivo, do conjunto de aspectos objetivos, macro e micro, que se articulam no funcionamento social. Esses são os mesmos elementos que se articulam na formação da subjetividade individual, com a diferença que os processos de sentido nesse nível estão constituídos, de maneira diferenciada, pelos aspectos singulares da história das pessoas concretas. É isso que define, em termos subjetivos, o caráter diferenciado de um mesmo comportamento em duas sociedades distintas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 24).

A consequência da produção de sentidos subjetivos é a naturalização dos espaços e dos fenômenos socialmente constituídos. Estamos emocionalmente integrados aos espaços sociais pela nossa identidade. Se não conseguimos desenvolver a identidade em novos espaços, nos sentiremos inadaptados. É importante para a saúde humana a capacidade de produzir novos sentidos subjetivos nos novos contextos em que vivemos e que nos permitem estender a nossa identidade. Quando um fenômeno da subjetividade social se institucionaliza, segundo González Rey (2005), ele se naturaliza e passa a ser realidade que se antecipa e que se impõem às pessoas envolvidas na vida social. Para González Rey (2004), no momento em que o sujeito se enxerga frente ao social, o que o torna único é de ordem subjetiva. Em suas palavras

A ação do sujeito individual é um momento do sentido produzido por qualquer evento ou processo social sobre o sujeito. Portanto, o sujeito se especifica em sua condição de forma permanente frente ao social atual e essa especificidade é de ordem subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 128-129).

Scoz e Martínez (2009) argumentam que a gênese de uma representação está subordinada a múltiplos mecanismos de caráter social. Em suas palavras

[...] a separação entre os conhecimentos gerados social e individualmente é extraordinariamente frágil, pois em cada momento social de gênese de uma representação aparece um conjunto de sujeitos individuais, cujas criações, contradições e ações são centrais na constituição do núcleo figurativo de um sistema representacional, ao qual ficam subordinados por múltiplos mecanismos de caráter social depois que a representação se apropria do espaço social em que foi engendrada (SCOZ; MARTÍNEZ, 2009, p. 433).

Assim, conclui-se que novos sentidos subjetivos para a participação estão sujeitos a mecanismos de caráter social, o que reforça o papel do contexto na geração de novas subjetividades para a participação política nos partidos. Em relação aos fenômenos da naturalização dos espaços e da integração das identidades nos partidos políticos geram muito mais do que uma identificação partidária, na medida em que a organização partidária é produtora de novas subjetividades. Tais fenômenos produzem sentidos subjetivos que são capazes de estimular a participação política quando cada um se sente responsável pelos rumos da organização. Estes sentidos subjetivos podem apresentar formas estáveis e funcionalmente autônomas de organização individual, que são as configurações subjetivas (GONZÁLEZ REY, 2003; 2005), conceito que passamos a discorrer.

As configurações subjetivas são elementos de sentido integrados e emergindo no momento em que o sujeito desenvolve a sua atividade, sujeito este que, às vezes, sequer tem consciência delas. Dessa forma, na medida em que os cenários se integram às configurações subjetivas, eles acabam se tornando os cenários reais da produção de sentidos modo que as configurações subjetivas, segundo González Rey (2005), também podem ser definidas como os sentidos subjetivos dos eventos e processos do sujeito, e revelam detalhes do cenário em que o sujeito constitui a sua subjetividade, bem como os processos sociais e as contradições deste cenário.

A proposta de uma configuração subjetiva é uma representação teórica capaz de nos fornecer visibilidade sobre processos que, até hoje, haviam sido desconsiderados pela psicologia, permitindo uma construção que acompanha o caráter contextual, processual e dinâmico da subjetividade e, ao mesmo tempo, suas formas de organização, a história dessas formas de organização e sua

constante tensão e compromisso com os contextos e campos de ação atuais da pessoa (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 137).

Toda ação do sujeito é uma configuração subjetiva plurideterminada que constitui histórias e sínteses em suas configurações subjetivas, impedindo que ele seja reduzido ao seu contexto imediato. São as configurações subjetivas que constituem a personalidade do sujeito, sem perder sua característica de sistema autônomo constituído historicamente pelo sujeito concreto e nas condições concretas em que ele atua no momento. Depreende-se daí o conceito de motivação, que para González Rey (2003) são sistemas de necessidades que foram configurados de modo relativamente estável na personalidade. Com isso, a motivação é a integração de diferentes sentidos subjetivos que definem novos sentidos associados ao funcionamento integral da configuração.

As Representações Sociais são configurações subjetivas que se organizam de diferentes maneiras nos cenários em que o homem constitui sua ação, mas também constituem estes cenários. Segundo González Rey (2003, p. 143), “As RS estão, de forma simultânea, configuradas em ambos os níveis de produção subjetiva”, tanto nas configurações subjetivas da subjetividade social quanto nas configurações subjetivas da subjetividade individual.

[...] a questão do caráter ontológico das RS se esclarece como ontologia dialético-dialógica. Assim, as representações sociais são verdadeiras ontologias sociais e subjetivas para as pessoas que compartilham esses espaços e que situam nas RS elementos de sentido essenciais de suas histórias pessoais, o que as converte também em importantes configurações subjetivas dos sujeitos individuais (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 147).

É importante ainda frisar que a política, para González Rey (2004), não é social. Ela se ergue acima da sociedade, justamente por criar normas e definir rumos. A política é uma instituição que marca formas de produção de sentido nos cenários sociais, e recursivamente é socialmente formada. Como já foi dito, as formas convencionais ou não convencionais de participação política descritas por Sabucedo (1996), são definidas através dos sentidos subjetivos que expressam o momento atual dessas sociedades. Para González Rey (2004), o político é uma forma organizada de subjetividade social que não varia de forma imediata diante dos eventos sociais presentes. Assim, não basta um sistema eleitoral ou uma

estrutura partidária justa e equânime, já que os elementos subjetivos são fundamentais para garantir uma participação política comprometida.

Assim, este trabalho se dedica a compreender como se configura a subjetividade da participação política do dirigente partidário no PSDB/ES para criar novas zonas de sentido (GONZÁLEZ REY, 2005) que expliquem a sua participação política, transcendendo o entendimento de que a estrutura é suficiente para explicá-la. Dentre as metodologias possíveis para a compreensão de como esses sentidos se configuram, a metodologia proposta por González Rey (2005) encontra-se em consonância com a sua produção acadêmica aqui descrita (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2004), onde são lançadas as bases epistemológicas para uma compreensão ontológica da subjetividade. Passaremos a descrever a seguir uma metodologia baseada nesta proposta (GONZÁLEZ REY, 2005), que permita compreender a configuração subjetiva do dirigente partidário no PSDB/ES.

3. Metodologia

Na metodologia proposta por González Rey (2005) e adotada neste trabalho, a expressão dos sujeitos não se dá pela pressão de uma exigência instrumental externa a ela, mas pelo seu envolvimento emocional com o tema da pesquisa, razão pela qual se justifica o uso das expressões “conversa individual” e “conversa em grupo”. Faz-se necessário estabelecer esta distinção já que os instrumentos para realizar a pesquisa são utilizados apenas para provocar a expressão espontânea dos sujeitos, perseguindo a expressão livre e aberta do outro em sua condição de sujeito. Cabe ainda ressaltar que, para o autor, não existem “dados em si”, pois eles surgem no significado construído pelo pesquisador sobre um sistema complexo de informação que está longe de se expressar na forma de dados.

Na metodologia proposta por González Rey (2005), o pensamento do pesquisador é a única via legítima de produção de modelos de inteligibilidade. Não é possível aplicar aos trechos de informação um conjunto de conhecimentos preestabelecidos para significá-los tais como categorias preestabelecidas ou *a priori*. Nesta metodologia o pesquisador constrói os resultados progressivamente, de acordo com a sua reflexão teórica. Tais resultados aparecem na forma de um modelo teórico, que neste trabalho consiste nas diferentes configurações subjetivas que diferenciam de forma singular os posicionamentos de cada um dos sujeitos estudados. O modelo teórico apresentado aqui é composto por indicadores de sentidos subjetivos e por representações que, articulados, nos dá acesso a novas zonas de inteligibilidade sobre o objeto em estudo. Em seguida, é discutida a natureza da pesquisa, a criação do cenário, os participantes, os procedimentos para a obtenção dos dados e os procedimentos para a análise e a construção da informação.

3.1. A natureza da pesquisa

Esta pesquisa apoia-se numa alternativa epistemológica que privilegia a ação, a flexibilidade e o pensamento criativo do pesquisador em sua construção teórica,

considerando a necessidade exposta nos objetivos do presente estudo. As configurações subjetivas não aparecem claramente nos discursos e não há um conhecimento aprofundado sobre elas, razão pela qual se justifica o uso de uma metodologia qualitativa de pesquisa, fundamentada na Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2005). Trata-se de uma metodologia ancorada em uma epistemologia que enxerga a ciência como uma construção humana e que contribui para superar a ilusão da busca por validade, legitimidade e objetividade da ciência positiva que reduz e empobrece o conhecimento. A teoria da subjetividade sob uma perspectiva histórico-cultural, proposta por González Rey (2003, 2003b, e 2005), favorece a representação da psique humana como um processo subjetivo onde a condição singular do sujeito está presente na sua atividade cotidiana. Para este autor a teoria possui uma função central na Pesquisa Qualitativa. Em suas palavras

Na pesquisa qualitativa, a qual se apoia nos princípios da Epistemologia Qualitativa, discutidos anteriormente, a teoria mostra-se como um sistema aberto que, conjuntamente com as representações teóricas mais gerais assumidas pelo pesquisador desde um marco teórico estabelecido, integra localmente tanto as ideias desse pesquisador como o momento empírico particular caracterizador do momento atual de uma pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 30).

A Epistemologia Qualitativa possui três fundamentos: o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, a legitimação do singular como fonte de produção do conhecimento e o entendimento da pesquisa nas ciências antropológicas como um processo de comunicação e diálogo. O *caráter construtivo-interpretativo do conhecimento* está ligado a uma construção. A Epistemologia Qualitativa enxerga o conhecimento como uma produção, e não como uma apropriação linear:

A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, as quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo da realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 5)

Reconhece-se assim que não temos acesso ilimitado e direto ao sistema do real. Tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas práticas. Assim, a coleta empírica de dados precisa estar constantemente mediada por reflexões

epistemológicas, como o número de participantes da pesquisa por exemplo. A *legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico* está profundamente relacionada a uma nova compreensão do valor teórico da subjetividade no estudo do homem:

A informação única que o caso singular nos reporta não tem outra via de legitimidade que não seja sua pertinência e seu aporte ao sistema teórico que está sendo produzido na pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 12)

A pesquisa exige a implicação intelectual do pesquisador, em um processo de constante tensão com o momento empírico, sempre buscando a expressão espontânea e singular dos sujeitos envolvidos. Essa busca pela expressão espontânea e singular dos sujeitos envolvidos está ainda relacionada a uma compreensão da *pesquisa, nas ciências antropológicas, como um processo de comunicação, um processo dialógico*:

A comunicação será a via em que os participantes de uma pesquisa se converterão em sujeitos, implicando-se no problema pesquisado a partir de seus interesses, desejos e contradições. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 14)

Busca-se expressão das pessoas por causa de uma necessidade pessoal que se desenvolverá, crescentemente, no espaço da pesquisa por meio das relações constituídas neste processo através do cenário de pesquisa definido a seguir.

3.2. O cenário da pesquisa e os procedimentos para a obtenção dos dados

González Rey (2003b) argumenta que o cenário da pesquisa é o espaço social que caracteriza o desenvolvimento da pesquisa e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes. Em outra de suas obras ele volta a discutir o conceito de cenário de pesquisa.

A pessoa que participa da pesquisa não se expressará por causa da pressão de uma exigência instrumental externa a ela, mas por causa de uma necessidade pessoal que se desenvolverá, crescentemente, no próprio espaço da pesquisa, por meio dos diferentes sistemas de relação constituídos nesse processo. A pessoa consegue o nível necessário de implicações para expressar-se em toda sua riqueza e complexidade se inserida em espaços capazes de implica-las através da produção de sentidos subjetivos. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 15)

A imersão no campo de pesquisa se deu a partir de abril de 2011 (com a vivência do pesquisador no contexto onde se deu o trabalho), e se estendeu até março de 2013 com a conclusão deste relatório. O cenário foi criado através do envio, por e-mail a todos os membros do diretório do PSDB/ES (ANEXO A), de informações sobre a pesquisa que está sendo desenvolvida, de um questionário com perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE I) e uma redação (APÊNDICE II) em setembro de 2012. Este foi considerado o primeiro momento empírico do trabalho.

As redações e os questionários dos quatro respondentes foram analisados (foram enviados setenta e cinco questionários) e os indicadores das configurações subjetivas da participação política no partido em estudo foram levantados e agrupados em categorias. O baixo número de respondentes se deu porque o pesquisador não fez conversas individuais pedindo aos membros do diretório que respondessem o questionário. Quem respondeu o fez espontaneamente. Tal fato não constituiu empecilho para o avanço do trabalho, já que a epistemologia qualitativa percebe o sujeito integrado ao contexto, razão pela qual se justifica estudar o partido em tela a partir da perspectiva singular. O questionário e a redação contribuíram para a criação do cenário da pesquisa por trazer ao debate temas polêmicos que mobilizaram um conjunto de representações e sentidos dos sujeitos que as responderam. No entanto, o termo de compromisso só pôde ser assinado pelos sujeitos quando houve a conversa individual.

Nesta conversa, considerada o segundo momento empírico do trabalho, é que foi falado para cada um sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa, sobre as suas etapas e sobre a necessidade de cada um ir até o fim do trabalho. Em função do pouco conteúdo gerado pela redação feita pelos sujeitos, foi dada a cada um neste momento da pesquisa a oportunidade de falar abertamente sobre como se deu a sua filiação ao PSDB, contextualizado com a sua história de vida e profissional.

A partir daí foram feitas três reuniões com o grupo de pesquisa. Todas ocorreram na varanda da Padaria Panier, no bairro Praia do Canto em Vitória. O local foi escolhido por ser próximo à residência de todos os sujeitos, por possuir mesas

espaçosas e por não existir nenhuma restrição para que venham à tona as emoções dos sujeitos que relatam sua participação política nas conversas em grupo. A primeira conversa em grupo, considerada o terceiro momento empírico do trabalho, aconteceu na primeira semana de dezembro de 2012. A conversa foi orientada pelos indicadores obtidos nos momentos empíricos anteriores (APÊNDICE IV). A análise da expressão espontânea dos sujeitos naquele momento da pesquisa foi fundamental para a elaboração das primeiras hipóteses deste trabalho e dos momentos empíricos seguintes.

O quarto momento empírico, também uma conversa em grupo, aconteceu na terceira semana de dezembro de 2012. Algumas hipóteses formuladas foram inseridas pelo pesquisador neste momento (APÊNDICE V) de modo a permitir a análise e a expressão espontânea dos envolvidos na pesquisa sem, no entanto, descaracterizar a conversa em grupo. A hipótese na metodologia proposta por González Rey (2005) e utilizada nesta pesquisa, longe de possuir alguma significação estatística, constitui a base de um modelo hipotético em andamento. Em suas palavras:

O pesquisador atua no processo de interpretação definindo certos elementos e formas de expressão da pessoa como significativos para abrir hipóteses, que no curso da informação estudada vão se transformando em afirmações teóricas fundamentadas por novas evidências ou vão dando passo para outras hipóteses. (MORI; GONZÁLEZ REY, 2011, p. 102)

O quinto momento empírico, também uma conversa em grupo, aconteceu na terceira semana de janeiro de 2013. Nesta etapa os sujeitos tomaram conhecimento das hipóteses formuladas até então com a leitura das configurações descritas. Com a expressão espontânea dos sujeitos sobre as hipóteses formuladas, foi possível legitimá-las ou não.

3.3. Os participantes

O número de participantes da pesquisa está em consonância com a legitimação do singular como fonte de produção de conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2005), onde o tamanho do grupo a ser analisado não é fundamental, mas as exigências de informação para a construção do modelo teórico da pesquisa. Para isso foram

escolhidos os membros do diretório do PSDB/ES que responderam o questionário durante a criação do cenário de pesquisa. A escolha dos sujeitos através deste critério permitiu a continuidade do trabalho a partir de indicadores de sentidos subjetivos e representações da participação política na primeira etapa da pesquisa.

Foram consideradas dirigentes do PSDB/ES as 75 pessoas constantes no Anexo A, entre membros titulares, suplentes do diretório e conselhos com seus respectivos suplentes. Desse universo, quatro pessoas se propuseram voluntariamente, e sem nenhuma pressão ou conversa anterior sobre o assunto, a responder o questionário e a participarem como sujeitos da pesquisa. O critério utilizado foi o interesse em participar da pesquisa, já que foram os únicos que responderam o questionário inicial e a redação constantes no Anexo I e II deste trabalho.

Foram três homens e uma mulher, sendo os homens com idade entre 58 e 67 anos, e a mulher com 24 anos. Dois homens são filiados há doze anos, o outro há dezoito anos e a mulher é filiada há três anos. Os três homens foram criados no meio urbano, enquanto a mulher tem sua origem no interior do Espírito Santo. Apesar de suas distintas histórias de vida, todos alegam ter se filiado ao partido por causa do programa partidário e pela admiração por figuras ilustres como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Ao privilegiar o interesse pela pesquisa como critério definidor dos sujeitos, tem-se por objetivo conciliar os sujeitos com a metodologia utilizada, neste caso a metodologia qualitativa, bem como conciliar com os objetivos deste trabalho. Os nomes utilizados (Guilherme, Marcelo, Miguel e Juliana) são fictícios para preservar a identidade dos sujeitos conforme compromisso assumido pelo pesquisador no termo assinado pelos sujeitos, constante no APÊNDICE III. As distintas histórias profissionais e de vida dos sujeitos, bem como as diferentes representações sobre sua participação política no PSDB, contribuíram

significativamente para que os diálogos fossem muito espontâneos e fornecessem os dados necessários para que a informação fosse construída.

3.4. A análise e construção da informação

González Rey (2005) fornece algumas pistas sobre onde encontrar as configurações subjetivas: na comparação de diferentes significados que possam ser atribuídos a distintos elementos de uma mesma construção, no nível diferenciado de elaboração no tratamento de determinado tema e na forma como se utiliza a temporalidade, mesmo quando produzidos através de diferentes instrumentos. Dessa forma, o valor de um indicador está na possibilidade dele ser enriquecido com informações que surgem nos novos momentos empíricos, através da análise das expressões e das emoções dos sujeitos (GONZÁLEZ REY, 2005). Através do uso de instrumentos escritos e não escritos, o presente trabalho buscou identificar os indicadores dos sentidos subjetivos e as representações da participação política no PSDB/ES.

A partir dos questionários com perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE I) e das redações (APÊNDICE II) que foram devolvidas, foram lidos na íntegra e analisados. Então, os possíveis indicadores das configurações subjetivas presentes nestes instrumentos foram organizados, em um processo de permanente tensão entre o momento teórico do pesquisador e a complexidade do momento empírico, em categorias para a produção de informação, conforme a Figura 2.

Para González Rey (2005, p. 07), “a categoria tem um caráter especulativo que, em seu momento atual, tem como fundamento somente a construção teórica de quem a defende”. Ele não concorda com qualquer tipo de categoria pré-estabelecida, no entanto, partindo do referencial teórico foi possível encontrar categorias que nortearam outros estudos tais como: indicadores da identificação partidária (BALBACHEVSKY, 1992; CARREIRÃO; KINZO, 2004), indicadores de pertencimento (GATTAI; ALVES, 2008; VALLE, 2008) e indicadores da importância da família (VERBA, 2003; BORDENAVE, 2007; GONÇALVES, 2008), mas tais

indicadores foram modificados no curso da pesquisa adquirindo um caráter mais singular nos sujeitos em estudo, ou em alguns casos foram totalmente descartados.

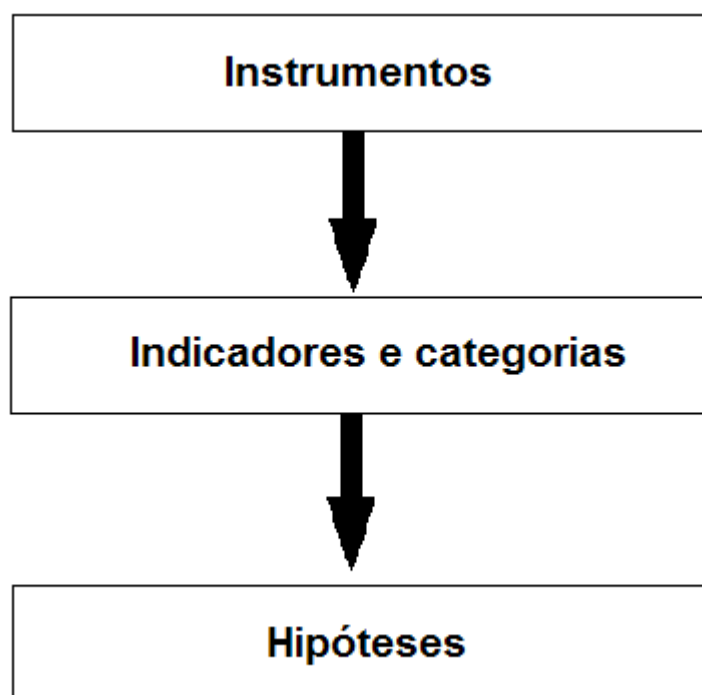


Figura 2 – modelo teórico fundamentado em González Rey (2005) aplicado a esta pesquisa

As conversações individuais foram gravadas, houve um diário de campo (GONZÁLEZ REY, 2005), onde foram anotadas observações sobre o comportamento, os gestos e outras manifestações não verbais que se converteram em dados quando relacionados a outros dados oriundos dos demais instrumentos. Os dados produzidos através da conversa individual foram incluídos nas categorias que foram criadas para abrigar os dados produzidos pelos dois primeiros instrumentos. Tal procedimento se repetiu após cada um dos três momentos de conversa em grupo. Quando apareciam indicadores que não cabiam nas categorias já existentes, novas categorias eram criadas. Alguns dados também foram rearranjados entre categorias existentes, ao longo da pesquisa, de modo a facilitar a criação das hipóteses do modelo teórico da participação política do dirigente do PSDB/ES. As informações foram produzidas através do uso de instrumentos escritos e não escritos para a expressão do sujeito.

Os instrumentos escritos foram o diário de campo, a redação (APÊNDICE II) e o questionário com perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE I). Os dados do diário de campo e resultados das observações feitas adquiriram significado quando foram relacionados a dados obtidos através de outros instrumentos. O objetivo da parte de perguntas abertas do questionário com perguntas abertas e fechadas (APÊNDICE I), além da redação (APÊNDICE II), foi buscar na expressão escrita do sujeito a expressão da sua elaboração pessoal sobre os temas propostos, além de elementos do contexto em que o sujeito produz seus sentidos subjetivos. O questionário com perguntas abertas (APÊNDICE I) foi desenvolvido para obter do sujeito o maior número possível de informações que fossem complementares na expressão da informação sobre o estudado, considerando que suas respostas no questionário com perguntas abertas e na redação estavam mediadas pelas representações e pelas pressões do contexto. Para González Rey (2005), as redações estão relacionadas à categoria de elaboração pessoal, sendo um elemento definidor de um nível de organização da personalidade.

As informações obtidas pela parte do questionário com perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE I) que possui perguntas fechadas serviram para subsidiar a pesquisa com dados para a descrição dos sujeitos, além de poderem adquirir outros significados no curso da pesquisa através de sua relação com informações obtidas através de outros instrumentos. Os instrumentos não escritos foram a conversa individual e a conversa grupal. A conversa permitiu ao pesquisador sair das perguntas do tradicional modelo de estimular o sujeito e aguardar a sua resposta, vindo a se integrar em uma dinâmica que criou o que González Rey (2005, p. 45) chama de “tecido de informação” para implicar os participantes. Assim, nas conversações obteve-se a expressão das necessidades e dos interesses dos sujeitos ao participarem politicamente do PSDB/ES.

Com base em tais indicadores, e em suas representações, foram construídas categorias e hipóteses do modelo teórico das configurações subjetivas da participação política do dirigente do PSDB/ES com base nos resultados dos

momentos empíricos, conforme a Figura 2. É preciso ter em conta que, neste tipo de pesquisa, as informações não foram visíveis diretamente através da expressão dos sujeitos, o que exigiu do pesquisador um caráter ativo na construção do modelo teórico. O objeto do pesquisador é a organização subjetiva presente em qualquer modelo de comportamento ou expressão humana.

Os indicadores criados foram comparados e revisados permanentemente, a cada novo momento empírico realizado. As hipóteses foram confrontadas com outros indicadores oriundos do mesmo instrumento ou de outros, que foram se confirmando ou não em um processo construtivo-interpretativo de conhecimento. Essa é a fonte de onde foram geradas as interpretações do pesquisador sobre as configurações subjetivas. Assim, foram construídos modelos teóricos como requisito de aproveitamento da informação empírica e não explícita na aparência do dado isolado e, também, como resultado de uma intenção dirigida à produção da teoria. As configurações subjetivas não foram observadas em respostas pontuais, induzidas por uma lógica, uma sensibilidade ou uma experiência diferente da vivida. Elas foram observadas ao longo da pesquisa e da vivência do pesquisador com o sujeito, já que não aparecem de forma imediata em nenhum instrumento isolado. A sua construção passou por uma permanente tensão com o momento empírico que caracterizou a produção do conhecimento e a busca por configurações subjetivas que apresentem formas mais estáveis de organização.

A linguagem constitui e é constituída pelas configurações subjetivas que participaram na definição de seu sentido em um contexto concreto. Assim, a narrativa é considerada por González Rey (2003) uma via privilegiada para conhecer as configurações e os processos de sentido subjetivo, de forma que tais configurações foram sentidos subjetivos que apresentaram formas estáveis e funcionalmente autônomas de organização individual, tendo sido encontradas em relatos abertos, cheios de emoção e da experiência produzida pelos sujeitos. A inteligibilidade produzida pelo pensamento converte-se assim em possibilidades de estabelecer novas práticas nas relações entre o pesquisador e a realidade estudada, realidade que passamos a descrever a seguir com uma caracterização do PSDB.

4. O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB como cenário historicamente constituído da pesquisa

Para descrever alguns dos problemas que o PSDB enfrenta tanto no âmbito local quanto no âmbito nacional, esta caracterização foi dividida em quatro partes: a primeira parte articula algumas polêmicas sobre os fatos que antecederam a criação do PSDB, a segunda parte discute questões relevantes sobre a fundação do partido, a terceira parte debate a literatura sobre a estrutura partidária do PSDB e a quarta parte analisa a participação do partido nas eleições municipais de 2012 no Espírito Santo.

4.1. Antecedentes da criação do PSDB

O primeiro fato relevante sobre a criação do PSDB é de 1969 quando um grupo de professores foi desligado da Universidade de São Paulo – USP. Entre os professores estavam José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Antônio Kandir, Juarez Brandão Lopes, Danielle Ardaillon, Francisco Weffort, dentre outros nomes que mais tarde viriam a fazer parte do grupo político que ocupou importantes cargos do governo federal durante a gestão do partido na presidência da república (1995-2002). Este grupo organizou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP com o intuito de continuar o trabalho intelectual que haviam começado na academia. Sobre o CEBRAP, Lahuerta (2001) argumenta:

A despeito de todas as restrições — financeiras e políticas — o CEBRAP vai se impondo como um espaço institucional novo onde se mantinha um estilo coletivo e rigoroso de trabalho intelectual, ainda que não se pudesse dedicar à formação de estudantes e pesquisadores. Nesse sentido, o CEBRAP acabou funcionando muito mais como um ponto de referência para o pensamento de oposição do que como um pólo de formação de quadros intelectuais (LAHUERTA, 2001, p. 62).

No final dos anos 70, Fernando Henrique Cardoso focava sua análise na construção de um sistema partidário que superasse a importância do tema “classes sociais” e a sua identidade, enquanto Weffort focava sua análise na organização autônoma dos trabalhadores. Esta divisão no CEBRAP foi fundamental para a criação tanto do PSDB quanto do Partido dos Trabalhadores

(PT), e para formar o que Lahuerta chamou de visão “uspiana” e “modo paulista de enxergar o país”, que consiste em romper com a ideia de estado paternalista, populista e autoritário.

Em 1987, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento não era mais a instituição que havia sido fundada em junho de 1969 para abrigar intelectuais cassados pela ditadura militar, criando um ambiente em que pudessem continuar a desenvolver seu trabalho e a criar perspectivas críticas para o país. A política já levava importantes quadros da instituição — como um de seus fundadores, o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso — e não parecia existir muitos intelectuais à altura daqueles que se viram forçados a deixar a casa: pesquisadores que combinassem sofisticação teórica e engajamento político, formação acadêmica de qualidade e vontade de contribuir para um país mais igualitário (NAVES, 2006, p. II).

Segundo Christiano (2003), no Encontro “PMDB: Programa e Compromisso” surgiu o documento “Unidade progressista para avançar na constituinte e continuar a luta do PMDB”, conduzido pelo então senador Fernando Henrique Cardoso e que deu origem a Movimento Unidade Progressista – MUP dentro do partido. O documento estimulava as forças populares a participarem de um projeto nacional, reafirmava o papel do Partido da Mobilização Democrática Brasileira – PMDB na transição democrática e chamava a atenção da sociedade para o processo constituinte que “forças retrógradas” desejavam controlar. Este movimento não focava sua atuação no recrutamento de militantes junto às camadas mais populares, ou mesmo nos movimentos sociais. Seu foco era atrair quadros partidários, principalmente deputados e senadores como foi observado a seguir.

4.2. A fundação do PSDB

Segundo o *website* do PSDB, o partido foi criado em 1988 por políticos (ao todo, oito senadores e trinta e sete deputados federais), a partir de uma divisão interna do Partido da Mobilização Democrática Brasileira – PMDB. Fundadores do PSDB já faziam parte do MUP na época da constituinte. Em setembro de 1992, com o *impeachment* de Fernando Collor e a posse de seu vice, Itamar Franco, o então Senador Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério das Relações Exteriores e em seguida o Ministério da Fazenda. Foi como Ministro da Fazenda que Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Real em 1993, que deu a

visibilidade necessária para o lançamento de sua candidatura à Presidência da República em 1994.

Roma (2002), que discute a criação do PSDB, contraria o que ele chama de “dois consensos”: a de que a criação do partido ocorreu por razões ideológicas e a de que o MUP era contra o casuísmo do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney, apoiado pelo PMDB. Para Roma (2002, p. 71-72), a criação do PSDB “teria relação mais com objetivos pragmático-eleitorais do que com objetivos ideológicos”, e quanto à sua evolução, o autor busca demonstrar que “a aliança com o PFL nas disputas eleitorais e na arena legislativa pode ser explicada mais por motivos ideológicos do que por motivos pragmáticos”. A análise de Roma (2002) explora um terceiro ponto que é o peso do modelo de organização partidária:

[...] a facilidade que o partido teve em estabelecer alianças com maior potencial eleitoral e de governo com partidos de direita se deve ao desenho institucional de sua organização, que confere autonomia aos diretórios quando ocorrem disputas locais e centraliza a coordenação estratégica nas disputas nacionais (ROMA, 2002, p. 72).

Para Roma (2006), esses elementos associados ao desgaste nacional do PMDB, causaram a abertura de um nicho no mercado de eleitores que se identificavam com o campo de centro-direita, mas que, naquele momento, discordavam do governo de José Sarney. Existem outros estudos que discorrem sobre o PSDB: sobre a disputa eleitoral em que o PSDB se envolve (VEIGA; SOUZA; CERVI, 2007; NEVES, 2010; VEIGA, 2007), comparando o PSDB a outros partidos (MARQUES, 2005; REIS, 2009; LIMONGI; MESQUITA, 2008; RANINCHESKI; CORDEIRO, 2008), e avaliações da gestão do PSDB à frente do Governo Federal ou de outros governos (PERSSON, 2010; ANTUNES, 2004; COUTO; ABRÚCIO, 2003). No entanto tais temas não fazem parte do centro da análise deste capítulo, que é voltado para uma análise da estrutura do PSDB e seu funcionamento no Espírito Santo, tema discutido a seguir.

4.3. A estrutura partidária nacional e estadual

Há uma lacuna no que se refere à produção científica sobre as organizações partidárias no Espírito Santo, não tendo sido possível encontrar teses ou dissertações sobre o tema, mas ao discorrer sobre a sua própria história, o website do PSDB-ES evidencia a presença da assinatura de dois capixabas na ata de fundação do partido: Rose de Freitas e José Ignácio Ferreira, ambos já fora do partido. Sobre a estrutura de direção, o artigo 81 do seu estatuto estabelece as seguintes atribuições ao diretório regional:

- I - eleger a sua Comissão Executiva, bem como o Conselho Fiscal Estadual;
- II - deliberar sobre propostas de sanções a serem aplicadas aos filiados que atuem no nível estadual, ouvido o Conselho de Ética e Disciplina respectivo;
- III - julgar em grau de recurso decisões de sua Comissão Executiva ou de seus Diretórios Municipais;
- IV - intervir nos Diretórios Municipais, decidir sobre sua dissolução ou destituição de suas Comissões Executivas, nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- V - estabelecer normas e diretrizes para escolha de candidatos e formação de coligações para as eleições municipais;
- VI - deliberar, respeitados os princípios programáticos e as deliberações dos órgãos superiores, sobre propostas de alianças político-administrativas ou apoio a candidatos ao governo do Estado;
- VII - traçar, consoante as diretrizes dos órgãos superiores, a linha político-parlamentar a ser seguida pelos representantes do Partido na Assembléia Legislativa e os titulares de funções públicas;
- VIII - aprovar a realização de eleições prévias para escolha de candidatos a cargos majoritários, estabelecendo as normas para a sua realização;
- IX - baixar resolução disciplinando a organização e funcionamento dos Núcleos de Base, do Secretariado Estadual e a contribuição financeira dos filiados. (PSDB)

Em nível nacional existe uma farta produção acadêmica sobre a estrutura do PSDB, e uma das polêmicas sobre sua estrutura diz respeito à maneira como o partido foi constituído. Seu programa partidário argumenta que a grande novidade no Brasil é o cidadão informado e que almeja a participação. O argumento reforça a tese de Bordenave (2007), onde a participação é aperfeiçoada pela prática. No programa do PSDB consta a seguinte passagem:

A grande novidade política do Brasil nestes vinte anos é a entrada em cena de um personagem: o cidadão informado. Este não quer soluções apenas. Quer participação. Por convictos que estejamos da pertinência das nossas propostas, devemos reconhecer que a interlocução do PSDB com a sociedade ficou aquém do que propunham nossos fundadores e do que se mostra necessário. Nossos canais de diálogo com diferentes setores da sociedade e com os cidadãos em geral são injustificadamente estreitos. (PSDB, 2007, p. 22).

Nesta passagem de seu programa, o PSDB reconhece a dificuldade de seus membros em encontrarem inserção nos movimentos sociais. A autocrítica continua:

Temas que afetam intensamente o cotidiano das pessoas e animam movimentos sociais, como as questões de gênero e raça, drogas e violência, os direitos das minorias, repercutem pouco dentro do nosso partido. Ficamos desatentos à riqueza de manifestações culturais do povo brasileiro, com sua imensa capacidade de afirmar valores e identidades e gerar coesão social. Que atenção demos, por exemplo, aos movimentos (sobretudo musicais) dos jovens na periferia das grandes cidades? Muito pouca, até agora. O momento em que nos dedicamos a renovar ideias deve ser também a oportunidade de reconhecer essa deficiência e tratar de corrigi-la em nossa organização e nas nossas práticas partidárias (PSDB, 2007, p. 22-23).

Entretanto, ao estudar a estrutura do PSDB, Roma (2006) encontrou uma estrutura delineada de tal maneira que os filiados não obstaculizam a atuação dos parlamentares e dirigentes em sua estratégia para a conquista do poder. O PSDB, segundo Roma (2006, p. 163) é um partido constituído sob seus líderes, “com falta de participação dos demais membros do partido”.

A estrutura de decisão do PSDB se concentra nos dirigentes, na medida em que as decisões importantes são tomadas exclusivamente pelos dirigentes de cada instância regional do partido. Não existem meios eficazes que permitam a seus militantes influenciar, ou mesmo impedir a adoção de alguma estratégia política. Por outro lado, a estrutura de decisão não é hierárquica, porque as decisões tomadas em cada instância não têm a interferência da instância imediatamente superior (ROMA, 2006, p. 164).

A estrutura partidária em debate, de acordo com dados coletados em *websites* (Rádio PSDB; PSDB; PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; PORTAL SENADORES), em outubro de 2011 era de 1,4 milhões de filiados em todo o país. O PSDB governava oito estados e possuía em seus quadros 52 deputados federais e 10 senadores.

O PSDB admite como filiado todo brasileiro eleitor no pleno gozo de seus direitos políticos, e que se comprometa formalmente a cumprir o programa e o estatuto do partido. Possui duas linhas fundamentais de estrutura e ação: a estrutura vertical dos órgãos da hierarquia partidária (zonal, municipal, estadual e nacional); e a estrutura de articulação com a sociedade (juventude, mulheres, sindicalistas, dentre outros). Seus órgãos nacional, estaduais, municipais e zonais dividem-se

em órgãos de deliberação (as convenções); órgãos de direção e ação partidária (os diretórios e suas respectivas comissões políticas); órgãos de ação parlamentar (as respectivas bancadas); órgãos de atuação partidária na sociedade (núcleos de base e secretariados); órgãos de disciplina e fidelidade partidária (os conselhos de ética e disciplina); órgãos de fiscalização financeira (os conselhos fiscais); e órgãos de cooperação (os conselhos políticos e o Instituto Teotônio Vilela – ITV). Mayer (2011) ilustra seu trabalho com o desenho institucional do PSDB constante na figura 1.

FIGURA 1 – DESENHO INSTITUCIONAL (PSDB)

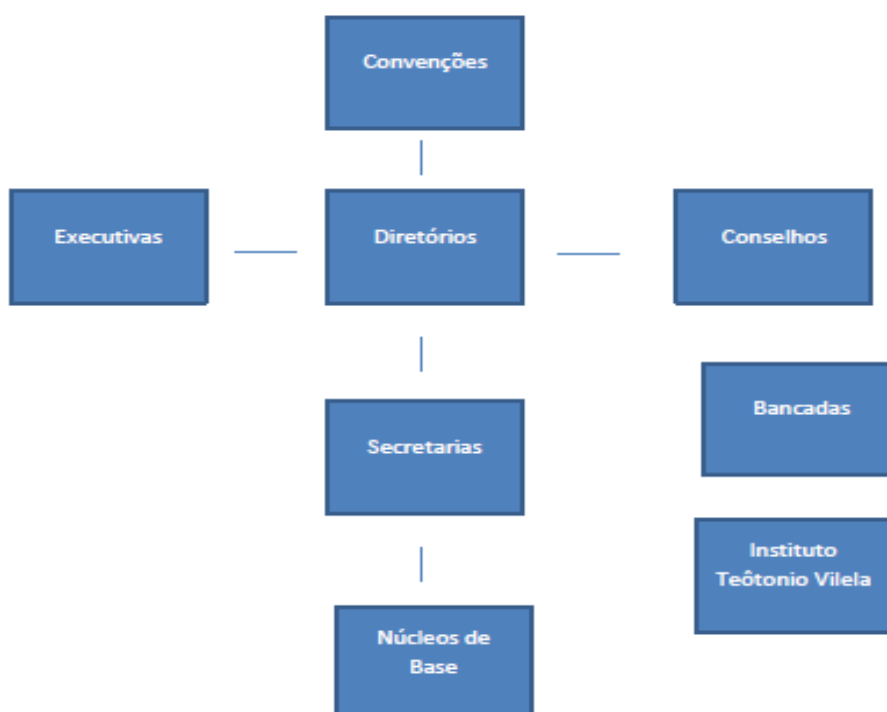


Figura 1 – Desenho institucional do PSDB

Fonte: Mayer, 2011, p. 46

De acordo com Mayer (2011), a estrutura do PSDB é simples por causa da proximidade entre os seus membros fundadores e a estrutura governamental, uma estrutura construída de cima para baixo justamente por não haverem laços prévios com a sociedade civil organizada. A importância dos dirigentes do PSDB aparece novamente no trabalho de Kerbauy e Assumpção (2009) onde são articulados os padrões relacionais, os resultados eleitorais e a ocupação de

cargos no Diretório Estadual do PSDB de São Paulo para explicar o capital político que circula no interior do partido, e que lhe dá organicidade e capilaridade.

A análise do desempenho eleitoral do PSDB-SP corroborou o argumento de que os mecanismos institucionais e a estrutura relacional são fatores importantes tanto para a explicação do funcionamento organizacional do partido político, como também para revelar aspectos referentes à relação entre organização partidária e o voto (KERBAUY; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 239).

O resultado da pesquisa discute o papel do partido político no âmbito eleitoral, concluindo que elementos organizacionais interferem neste processo, já que são os dirigentes partidários que concorrem aos grandes cargos e já que o PSDB no estado possui resultados expressivos apenas nos municípios de pequeno e grande porte (com menos de 10.000 e com mais de 200.000 eleitores). No Espírito Santo, o desempenho do PSDB possui particularidades que passamos a descrever.

4.4. O PSDB/ES e as eleições de 2012

Em relação ao processo eleitoral de 2012 no estado do Espírito Santo, pode-se afirmar que foi um momento de produção de novas subjetividades e de mobilização de emoções constituindo novas formas de participação política, razão pela qual discorro sobre o desempenho do PSDB na eleição de 2012 no estado do Espírito Santo, com base em informações disponíveis no *website* do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, processo que aconteceu paralelamente ao desenvolvimento desta pesquisa. Admite-se que as eleições municipais no Brasil possuem a particularidade de serem divididas em dois turnos nas capitais e nos municípios com mais de 200 mil eleitores. O segundo turno das eleições acontece vinte e um dias após o primeiro turno e é disputado pelos dois candidatos mais votados. No Espírito Santo existem apenas quatro municípios com mais de 200 mil eleitores: a capital Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha.

O PSDB, durante o processo eleitoral de 2012, possuía dez prefeitos, perfazendo um total de 141.139 eleitores nestes municípios. Com o resultado das eleições, a partir de janeiro de 2013 o partido passou a ter seis prefeitos no Estado,

perfazendo um total de 83.218 eleitores. Vale dizer ainda que o número de vereadores também caiu de 62 para 57. Em relação aos maiores colégios eleitorais do Estado, o partido disputou espaço lançando candidatos a prefeito ou a vice-prefeito em três destes quatro colégios eleitorais.

Dos municípios com mais de 200 mil eleitores do estado do Espírito Santo, o único município que o partido não lançou candidato a prefeito e nem a vice foi o município da Serra. Vale citar que o partido não obteve nenhum voto para Vereador (nem na legenda) neste colégio eleitoral e ainda apoiou o candidato Sérgio Vidigal do Partido Democrático Trabalhista – PDT (que obteve 37,56% dos votos) sendo derrotado ainda no primeiro turno por Audifax do Partido Socialista Brasileiro – PSB (que obteve 61,39%).

No primeiro turno de Cariacica, o partido indicou o candidato à vice na chapa de Marcelo Santos do Partido da Mobilização Democrática Brasileira – PMDB, que em agosto/2012 aparecia com 27% das intenções de voto, 9,5% à frente do segundo colocado na disputa pela prefeitura, segundo a pesquisa do Instituto Futura que foi publicada no Jornal A Gazeta do dia 05.ago.2012 e que está disponível no *website* G1. Ainda acreditava-se, nesta época, que a disputa seria contra a candidata do PT, Deputada Estadual Lúcia Dornelas, já que seu partido administrou a cidade no ciclo de oito anos (eleição e reeleição) que se encerrava ali. Houve uma reviravolta, e a derrota neste caso foi para o Partido Popular Socialista – PPS que obteve 45,18% dos votos contra 23,49% do candidato apoiado pelo PSDB. No segundo turno em Cariacica, o candidato Marcelo Santos, apoiado pelo PSDB, obteve apenas 14,57% dos votos contra 85,43% dos votos obtidos pelo candidato Juninho (PPS), este se tornando o campeão de votos (proporcionalmente) no segundo turno das eleições municipais brasileiras.

Já no primeiro turno de Vila Velha, o candidato a prefeito Max Filho (PSDB) aparecia com 29,2% das intenções de voto, tecnicamente empatado com o então prefeito Neucimar Fraga do Partido da República – PR, que aparecia com 31,3%, na pesquisa da Futura publicada no *website* Gazeta *On Line* de 28.jul.2012. No entanto, foi o candidato Rodney Miranda filiado ao Partido Democratas – Dem,

que estava com apenas 19,3% das intenções de voto naquele mês, quem se sagrou vitorioso no referido pleito, obtendo no primeiro turno 37,62% dos votos. O segundo turno de Vila Velha foi disputado entre Rodney Miranda (Dem) e o prefeito Neucimar Fraga (PR), que obteve 35,30% dos votos. Max Filho ficou fora do segundo turno, obtendo apenas 24,29%. Esta foi uma significativa derrota para o partido no Estado. Apesar disso, foi em Vila Velha que no segundo turno, o candidato vencedor Rodney Miranda (DEM), recebeu o apoio do PSDB, apesar da postura de neutralidade do candidato Max Filho naquele importante momento.

Na capital do Estado, em Vitória, o PSDB sofreu outra significativa derrota. O candidato a prefeito da capital, o ex-prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas, aparecia com 46% das intenções de voto, segundo pesquisa do Ibope publicada em 19.ago.2012 no *website* Terra, seguido por Luciano Rezende (PPS) com 20% das intenções de voto. Houve uma reviravolta e o candidato do PPS terminou o primeiro turno com 39,14% dos votos, enquanto o candidato do PSDB obteve apenas 36,69% dos votos. Em Vitória, o candidato Luciano Rezende (PPS) derrotou Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) por 52,73% dos votos contra 47,27%.

Com base em tais informações é possível afirmar que não houve uma reversão no quadro de encolhimento do PSDB/ES com as eleições municipais 2012, quadro de encolhimento este que já foi descrito na introdução do presente trabalho, e que reafirma a importância de compreender tal problema por meio da análise das configurações subjetivas do dirigente do partido neste cenário adverso à participação. Como já foi dito, as estruturas partidárias e eleitorais não são suficientes para explicar o fenômeno da participação política em todas as suas manifestações, razão pela qual, dentro da mesma estrutura partidária é possível encontrar pessoas com diferentes sentidos para a participação política, a partir de determinadas configurações subjetivas que se relacionam com aquela estrutura e a envolvem. Tais configurações e as suas implicações para a participação política são o foco deste trabalho e serão abordados na investigação empírica descrita a seguir.

5. As configurações subjetivas da participação política do dirigente do PSDB/ES

Para uma compreensão da participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES, faz-se necessário compreender como o dirigente partidário enxerga essa participação. Também se faz necessário explicar as configurações subjetivas de outras áreas da vida do sujeito que se relacionam com as da participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES. Por fim, faz-se necessário compreender os processos subjetivos implicados na percepção dos sujeitos sobre o papel do dirigente, de modo a captar aquilo que torna cada sujeito único na condução do PSDB/ES. Para avançar na criação de momentos de inteligibilidade sobre a participação política dos sujeitos pesquisados, foram construídos modelos teóricos que estiveram em constante confrontação com os momentos empíricos ao longo da pesquisa.

A progressiva construção desses modelos através da reflexão teórica não tem o objetivo de esgotar, mas avançar na significação dos sistemas complexos abordados. Para caracterizar cada um dos sujeitos são destacados inicialmente trechos de informação relevantes que foram levantados ainda no primeiro momento empírico, provenientes dos questionários aplicados, os quais permitiram a criação dos primeiros indicadores das configurações subjetivas dos dirigentes. Trata-se de respostas mediadas pelas representações de cada um dos sujeitos que emergiam na medida em que as perguntas mobilizavam cargas subjetivas que muitas vezes tinham origem em outras áreas da vida de cada um.

Sobre questões de cunho pessoal foi perguntado aos dirigentes do PSDB/ES sobre o tempo de filiação. Marcelo está filiado há mais tempo (entre 16 e 20 anos), seguido por Guilherme e Miguel (entre 12 e 16 anos) e por Juliana (entre 04 e 08 anos). Ao final do questionário também foi perguntado sobre como cada participante enxerga os seus filhos. Juliana, que não tem filhos, não respondeu a pergunta. Marcelo os considera bons e encaminhados, Miguel os considera éticos e Guilherme simplesmente os avalia muito bem.

Quando perguntados sobre os cargos comissionados que já exerceram, Juliana responde que nunca exerceu cargo comissionado, enquanto Marcelo, Guilherme e Miguel já exerceram cargos comissionados no serviço público municipal e estadual. Sobre os referenciais de esquerda e de direita, tanto Marcelo quanto Guilherme e Miguel entendem que no Brasil esses referenciais não são claros, enquanto Juliana entende que teoricamente esses referenciais são claros, enquanto na prática não o são.

Também foi perguntado aos participantes da pesquisa se o PSDB é um partido de massas ou um partido de quadros. Para Marcelo, Miguel e Juliana o PSDB é um partido de quadros, enquanto para Guilherme, o Brasil não tem nem um e nem outro. Sobre como cada um avalia o eleitor tucano, Guilherme o considera informado, Miguel o considera difuso, Juliana o considera fiel e Marcelo não respondeu a pergunta.

Sobre as ideias inovadoras na política brasileira, Guilherme não vê nada de inovador, enquanto Marcelo destaca os investimentos em educação, Miguel destaca o retorno ao bom e velho conceito de democracia e Juliana destaca as políticas voltadas à sustentabilidade, o combate à homofobia e ao racismo. Sobre as ideias do PSDB, se elas são inovadoras ou não, Marcelo e Guilherme acham que não são, enquanto Miguel entende que as de alguns líderes, como Luiz Paulo Vellozo Lucas, são inovadoras. Juliana acha que todas as ideias são inovadoras.

Há uma pergunta que começa com a crítica de que o PSDB instrumentaliza o poder para garantir sua perpetuação política e eleitoral. Marcelo e Miguel veem o PT dessa forma, Guilherme simplesmente discorda da crítica e Juliana discorda por causa de fatos que se perpetuaram, como o Plano Real, por exemplo. Ao serem questionados sobre como avaliam o PT, partido que polarizou com o PSDB nas eleições presidenciais dos últimos 20 anos, Juliana não responde a pergunta, enquanto Miguel remonta a crítica da instrumentalização do poder para garantir sua perpetuação política e eleitoral. Marcelo vê o PT como a causa de grandes problemas para o Brasil e Guilherme os chama de “um grupo de petralhas que querem uma república sindical e totalitária no Brasil”.

Ao questionar os participantes sobre o impacto do fracasso do governo de José Inácio Ferreira (1999/2003) sobre o PSDB, percebe-se mais claramente a diferença de postura frente a um estímulo que causa certo desconforto. Marcelo assume uma postura de defesa do ex-governador, já que ele próprio era do PSDB nesta época, chegando a culpar a confiança que o ex-governador depositou na família e nos amigos pelo fracasso de seu governo. Para Marcelo, este fracasso é responsável pela criação de uma “unanimidade bonapartista” na política capixaba e esta unanimidade não exclui o PSDB.

Guilherme, que não tinha contato com o ex-governador dentro do PSDB quando se filiou (sua filiação ao partido se deu pela via de outro grupo político), considera que José Inácio foi líder há muito tempo e que isto é indiferente. Miguel, que sentiu mais de perto os efeitos da derrota de Paulo Hartung na convenção partidária de 1998 (que acabou lançando José Inácio Ferreira como candidato a governador) acha que a imagem do ex-governador atrapalha o partido, pois este devia ter sido expulso ainda na época daquela convenção. Juliana optou por não responder, já que em 1998 ela tinha apenas nove anos de idade.

Também foi perguntado sobre a visão de cada um a respeito do futuro do Espírito Santo. Marcelo não vê perspectiva de grandes mudanças por causa do interesse dos grandes grupos econômicos que continuam prevalecendo. Guilherme e Miguel são mais otimistas e enxergam um futuro mais promissor por razões econômicas e políticas.

5.1. As configurações subjetivas do processo de participação política e outras áreas das vidas dos dirigentes

Antes de avançar no trabalho algumas considerações são necessárias para a sua melhor compreensão, as quais dizem respeito à crise nos partidos políticos, às mudanças na forma de participar politicamente e à admiração por figuras ilustres do partido. Tais configurações foram compartilhadas por todos os participantes da pesquisa, sendo que um relato influenciava sobremaneira a reação do outro ao

gerar concordância ou discordância. Assim, os relatos se deram em torno de alguns eixos que marcavam as expressões de cada um.

Em relação ao fato de que as configurações subjetivas da participação política dos dirigentes do PSDB/ES que participaram da pesquisa influenciam configurações subjetivas de outras áreas de suas vidas: no caso de Guilherme, por exemplo, o fato de o sistema político em geral estar em crise acaba levando-o a acreditar que os políticos são mal vistos. Depreende-se, a partir daí, um processo de geração de diferentes sentidos que vão se configurar na forma como ele lida com os amigos, sempre evitando conversar sobre política para não sofrer constrangimentos. Os relatos de Guilherme deixam claro que as escolhas de suas viagens e dos livros que ele lê são balizadas por sua participação política, já que sua motivação para aprender mais sobre política ajuda a definir o seu caráter ativo frente à construção da sua participação.

Para Marcelo, a forma como ele encara a idade é diretamente influenciada por sua participação política. Ele participa de redes sociais, lê *blogs*, posiciona-se em diversos grupos de discussão, o que é citado por ele de forma enfática como um diferencial em relação aos que estão em sua faixa etária. O jeito moderno de Marcelo participar politicamente, através do computador, é um indicador do seu caráter ativo frente às mudanças que vêm ocorrendo na forma de participar politicamente, um diferencial dos amigos da sua idade e acaba influenciando na maneira como ele lida com ela.

A decepção que Miguel teve com os políticos, ao ser exonerado de um cargo público que ocupou afetou a sua maneira de participar politicamente. Soma-se a isto a crise de credibilidade que os partidos políticos atravessam no mundo inteiro. Trata-se de um dirigente que sente um grande constrangimento em assumir-se como político e que evoca, toda hora, o seu perfil técnico, como se este fosse uma antítese daquele. No entanto, a boa disposição de Miguel em participar da pesquisa e as emoções manifestadas nos momentos empíricos são evidências de que participar é uma demanda subjetiva que carece de emoções para que se realize.

A admiração de Juliana por figuras históricas do partido tem relação com grandes feitos do passado: urbanização do noroeste da Ilha de Vitória no nível local e o controle da inflação no nível nacional. No entanto, a forte influência cristã leva Juliana a uma tolerância aos interesses dos grupos dentro do partido que para ela “é feito por homens”, portanto erros e distorções de conduta fazem parte do cotidiano partidário. Todos esses elementos possuem relações recursivas entre si, além de serem compartilhados pelos participantes da pesquisa que quase sempre se identificam com as analogias, história e comparações feitas pelos colegas. Alguns destes elementos, inclusive, criavam dificuldades para a construção da participação política dos dirigentes do PSDB/ES.

Depreende-se que a maneira como cada sujeito constrói sua participação política influencia outros aspectos de suas vidas, criando novas formas de cotidiano, formas estas que podem ser compartilhadas através das distintas representações sociais que são construídas, além do compartilhamento de elementos da subjetividade social. Por conta do momento difícil que o PSDB está atravessando, já descrito na introdução deste trabalho e no capítulo 4, torna-se relevante entender os fatores que inibem a participação política dos dirigentes no PSDB/ES, o que passa a ser analisado no item a seguir.

5.2. Fatores que inibem a participação política dos dirigentes no PSDB/ES

Nos relatos compartilhados pelos dirigentes do PSDB/ES foi possível observar que a centralização das decisões do partido, a crise que os partidos políticos em geral atravessam e as pressões de interesses de grupos são os fatores que inibem a sua participação política. No caso da centralização das decisões do partido, Marcelo admite o seu afastamento por discordar dessas decisões. No caso das pressões dos interesses de grupos, Juliana argumenta que o Conselho de Ética é acionado apenas quando interessa à Executiva Regional do partido. No caso da crise dos partidos, Miguel e Guilherme chegam a sentir um constrangimento em conversar sobre o PSDB com amigos ou com a família.

Ao centralizar as decisões na Executiva Regional do PSDB/ES, garante-se o controle das decisões pelo grupo hegemônico no partido, que passa a ser um instrumento nas mãos daqueles que o controlam. Assim, aqueles que não se sentem parte do processo decisório deixam de se sentir dirigentes partidários como no caso de Miguel ou simplesmente se afastam, como no caso de Marcelo. Essa centralização acaba por gerar um distanciamento entre os dirigentes que fazem parte da executiva e que, portanto, participam das decisões mais importantes e os membros do diretório regional.

As pressões de interesses de grupos caracterizam uma noção de alteridade dentro da direção do partido. Uma noção de que existe um “nós” e de que existe um “eles” e que estes grupos estão organizados e disputando o controle do partido. Depreende-se que as disputas internas no PSDB/ES marcam profundamente a forma como cada dirigente constrói a sua participação política, aproximando uns (os que fazem parte do grupo dirigente) e afastando outros (os que não fazem parte do grupo dirigente).

A debilidade partidária pesquisada por Braga (2008), a crise de representação (MANIN, 1997; BRAGA 2008) e os partidos políticos que não cumprem com suas funções (LAMOUNIER, 1992, 1994; MENEGUELLO, 1994; LIMA Jr, 1993) são elementos relacionados ao individualismo e ao caráter personalista dos partidos brasileiros e que acabam tornando estas organizações mais frágeis. Essa fragilidade, somada às notícias de corrupção, clientelismo e outros vícios presente às margens das organizações partidárias, acaba por construir uma visão negativa da política e dos políticos de um modo geral. Essa visão negativa é capaz de inibir o dirigente partidário de falar sobre a política que defende para evitar o constrangimento que acompanha essa visão negativa. Tal comportamento pode se repetir na presença da família ou mesmo dos amigos e marca profundamente o seu cotidiano dentro e fora do PSDB/ES.

Mas a construção da participação política está suscetível a influências de representações que são únicas em cada sujeito, levando-os a comportamentos mais ou menos participativos. Dois exemplos de influências únicas em cada

dirigente dizem respeito às representações construídas sobre a crise que o PSDB atravessa no Espírito Santo e ao papel do dirigente partidário. São representações construídas de modo diferenciado em cada sujeito e que são capazes de produzir comportamentos diferenciados conforme descritos a seguir.

5.3. Representações acerca da crise no PSDB e do papel do dirigente partidário

Sobre a crise que o PSDB está atravessando no Espírito Santo, detalhada no tópico anterior, foi perguntado ainda no primeiro momento empírico (o questionário) sobre a causa deste momento ruim. Marcelo atribui ao ex-governador Paulo Hartung a culpa pelo momento que o partido vive, já que este usou o PSDB. Guilherme entende que o momento ruim vivido pelo partido possui relação com a derrota de Luiz Paulo Vellozo Lucas na eleição para Governador do Estado em 2010, enquanto Miguel culpa os políticos sem afinidade com o programa do PSDB. Mais a frente, na primeira conversa em grupo, Miguel falou desse processo de infiltração no partido:

Embora eu sempre soubesse que era assim, mas eu acreditei que o PSDB tinha esse projeto como eu te falei que eu entrei, né? Mas lamentavelmente, também por uma questão de poder, né? o PSDB se deixou infiltrar aí por... bom, a gente teve o caso da Yeda Crusius lá no Rio Grande do Sul que foi bastante emblemático, né? E também quando o partido começa a defender coisas que não deveria defender, como... se houve o mensalão lá em Minas Gerais, se começou lá, o partido deveria ser o primeiro a colocar o dedo na cara, né? Entendeu? Agora não... não bota o dedo na ferida... começa a querer defender... ahhh pelo amor de Deus... aí não funciona. Ou seja... o discurso é um e a prática é outra.

Guilherme atribui a crise no PSDB/ES ao momento que os partidos atravessam, mais especificamente o partido que o povo brasileiro mais recentemente depositou sua esperança por um futuro melhor, o PT. Na primeira conversa em grupo ele disse:

Porque o PT tá a 11 anos no poder... tá essa bagunça. Aí ele arrasta sobre os outros partidos a descrença sobre a política. E nós não temos educação e ninguém lê política... E ninguém sabe que a solução das coisas passa pela política... No Brasil faltam muitas reformas estruturantes, mas a principal é a política. Ela é a que multiplica tudo.

Mais a frente, na mesma conversa em grupo, ele afirmou:

Você acha que o PT entra na periferia, no sindicato, sem levar vantagem? O sindicato do comércio, que o Coser foi presidente e agora é o Jacks, comerciários... sabe como ele faz pra ganhar dinheiro por fora? Seguro de vida e plano de saúde... é só corrupção... qualquer compra eles faturam... o PT faz isso...

Na terceira conversa em grupo, Guilherme volta a argumentar que a crise no sistema político é responsável pelo momento ruim que o PSDB está atravessando no Espírito Santo. Para ele, o sistema político serve para atender interesses clientelistas dos líderes políticos:

[...] hoje no Brasil você tem no contexto nacional uma unidade, uma apatia... Aqui, por exemplo, o PSDB está minguando. Você olha, ele tá minguando. Você vê esse negócio do Kassab, é uma vergonha. O cara com um discurso: 'eu não sou nem de esquerda e nem de direita... o meu lado é esse aqui'... só faltou falar isso. Quero o cargo tal, quero cargo... e o pessoal aplaude... Por que?

E estes interesses clientelistas são responsáveis pela assunção de pessoas despreparadas para cargos públicos que possuem grandes responsabilidades, levando a uma queda na qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado. Segundo Guilherme, “você não tem a cultura de produzir nada. Só que as instituições públicas estão sendo destruídas. E aí o Serviço Público tá indo para o fundo do poço, saúde, educação, segurança”. Os efeitos dessa crise generalizada no sistema político brasileiro levam Guilherme a uma descrença no PSDB como um partido ético e honesto.

Na terceira conversa em grupo, Guilherme afirma que “Luiz Paulo perdeu a eleição e ele tá cagando e andando... foi embora... ficou só a dívida”. Outro aspecto das representações de Guilherme sobre o PSDB tem relação com a falta de projetos viáveis no partido. Segundo ele, “nós temos que dizer pra sociedade que nós temos um projeto. E qual é o projeto que nós temos de alternativa... então antes de nós termos projeto, nós temos que ter candidato”. Observa-se neste trecho de informação a postura de Guilherme em relação ao processo político, ao privilegiar a formação de candidaturas em detrimento da construção de um projeto alternativo ao estado de coisas estabelecido. Para ele, a falta de uma candidatura do PSDB definida no momento da pesquisa é a própria crise do

partido. Uma crise que vai além da falta de candidatura, mas que possui relação com a própria identidade partidária.

Ele enxerga, por exemplo, o PSDB como um partido que possui rejeição em países com orientação socialista, apesar do PSDB ser de orientação socialdemocrata. Um trecho de informação relevante neste contexto diz respeito à conversa entre ele e seu guia na última viagem que fez a Cuba. Na segunda conversa em grupo ele relatou:

Bom, aí eu cheguei lá, ele disse: 'aqui o senhor só pode andar... o senhor é diplomata?', eu disse 'não'... 'o senhor é de alguma entidade ligada ao partido?', eu disse 'não'... Se eu falasse que era do PSDB, eles iam me mandar de volta.

As representações de Juliana sobre o PSDB tem relação direta com o seu campo de atuação: a juventude do partido. Na primeira conversa em grupo ela manifesta o seu repúdio a uma prática comum na juventude do PSDB: “[...] a pessoa utiliza a juventude pra poder ter influência nas decisões dentro do partido”. Suas queixas em relação à juventude do PSDB/ES, contexto onde ela constrói sua participação política, continuaram mais à frente, ainda neste mesma conversa:

A juventude tem a presidente, não é ativa. É a vice, aí o presidente saiu, a vice assumiu. Ela foi e chamou, convocou a eleição, a presidente de Vitória, ele foi e impugnou a eleição. Tava a maioria da juventude lá pra votar. Simplesmente ele usou o site do *filiaweb* pra filiar um monte de gente que nunca participou.

Para Marcelo, a crise no PSDB que ele afirma na terceira conversa em grupo acontece por causa da perda dos referenciais de esquerda e de direita, e da dificuldade do PSDB em fazer oposição. Sobre esta dificuldade em fazer oposição ele afirmou que:

[...] o próprio Fernando Henrique e o lado de Minas Gerais são cautelosos em futucar problemas de corrupção no governo. Só tem o Álvaro Dias batendo pesado. Ou o pessoal tá com medo de que o PT possa fazer com eles o que fizeram lá com o Demóstenes, que eles viviam falando que é bandido, ou realmente é conciliador demais e não ligaram pra fazer oposição, ou sei lá o quê que tem, eu sei que você não tem no contexto nacional um conjunto de forças que se aglutinem com a bandeira que derrubaria o PT, que é um serviço público de péssima qualidade, de corrupção, de condenação.

As distintas representações sobre a crise que o PSDB atravessa influenciam a maneira como cada um enxerga o papel do dirigente partidário. Neste ponto, quando questionados sobre a nota que dariam à participação política no PSDB/ES ainda no primeiro momento empírico, Juliana foi quem atribuiu a maior nota (nota dez), seguida por Guilherme (nota oito), por Miguel (nota sete) e por Marcelo (nota cinco). Tais notas acompanham o sentimento de responsabilidade de cada um sobre o seu papel como dirigente partidário. Juliana justificou sua nota 10 com as seguintes palavras:

Porque pratico a política no meu dia a dia. Levo a ideologia social democrata em qualquer lugar que eu vá, participo das reuniões, das ações políticas de debate da minha cidade, do meu Estado e do meu país. E o mais importante, não é em troca de cargo público, me dedico pela causa, pois acredito que o PSDB tem a melhor gestão e melhor atuação.

Marcelo defende que o papel do dirigente partidário não é o de defender os interesses de determinado grupo, mas o de defender os interesses de Estado. Na primeira conversa em grupo ele já afirmou:

Eu não concordo com esse negócio de hegemonia de gente que em vez de se preocupar com os problemas de Estado, estão se preocupando com grupos políticos ou grupos empresariais e econômicos que tão nadando de braçada, com mansões e com dinheiro, enquanto a população não tem uma prestação de serviços daquilo que ela paga.

O fato de Miguel não se considerar um político, mas um técnico pode influenciá-lo na construção de representações de um dirigente partidário gentil, dedicado e correto, qualidades de um gerente de banco. Ainda na primeira conversa em grupo ele afirmou a sua honestidade como uma qualidade importante do dirigente:

E moro lá na Rua do Vintém, e continuo morando lá, não tenho faxineira, não tenho isso, não tenho aquilo... por que? Honesto como fui a vida inteira... agora, você é honesto com as coisas, vai trabalhar com um grupo de pessoas que não tem interesse, vamos dizer assim, não tem interesse realmente no Estado, na nação, como diz o Marcelo, aí você se desencanta, sai fora, fala “não... to fora!”.

Já Guilherme entende que o papel do dirigente tem uma relação direta com a coragem em defender o projeto do partido, como quando ele assume que tem coragem de ser candidato a algum cargo público para defender o projeto partidário. A insistência em continuar lutando por um mundo mais justo, apesar

das resistências que existem a qualquer tipo de mudança, também é uma qualidade desejável para o dirigente partidário, conforme ele afirma na terceira conversa em grupo: “uma pessoa sem o sentimento da importância que a política é, era pra ter desistido... as pessoas desistem por menos que isso”. Para ele o perfil ideal do dirigente é o perfil do ideólogo. Na primeira conversa em grupo ele disse:

[...] nós temos que ter dentro do partido é ideólogos... nós estamos no PSDB, nós não discutimos o estatuto do partido e a maior parte nem lê... um político faz coisa errada e ninguém aciona... porque pra acionar o Conselho de Ética, ela é presidente e eu já fui... você tem que ser pela executiva.

As pessoas ideológicas são muito importantes para que o partido se reproduza enquanto ideia. Na conversa individual, Guilherme dizia que, como dirigente do partido, busca ser o mais ideológico possível. Para ele, sua maior missão no PSDB é fazer com que as pessoas se engajem politicamente. Ao narrar sobre um conhecido que se filiou voluntariamente ao partido ele disse:

Esses caras tem que pegar a laço. Ele veio você sabe por quê? Porque ele conseguiu perceber que só a política é a transformação, mas o político desinteressado... é legítimo a Juliana, que ta na política, querer alçar um cargo... Mas isso é uma construção. Eu posso sentar hoje e ser candidato amanhã... eu não to aqui pra arranjar emprego como muitos fazem.

Mas é na terceira conversa em grupo que Guilherme deixa suas representações, sobre o papel do dirigente partidário, mais claras ao se referir a si mesmo. Segundo ele:

[...] as pessoas tem referência de mim assim: um cara sério, um cara correto, um cara que tem uma postura ética, uma postura partidária, entendeu? É assim: ame-o ou deixe-o! Então eu tenho o cara que gosta de mim porque eu sou de um jeito e tem o cara que não gosta... o negócio é que tem mais que gostam do que os que não gostam! Mas eu faço esses amigos meus... eu não insisto em conversar sobre política. Converso sobre tudo. Aí quando eles começam a reclamar eu digo: ‘por que que você tá discutindo política? Você acha que é aqui que você vai resolver? Esse país de corrupto... por que você não entra num partido pra mudar, cara?’

As diferentes representações sobre a crise que o PSDB atravessa no Espírito Santo e sobre o papel do dirigente do partido influenciam diretamente a maneira como cada dirigente constrói a sua participação política. Neste item buscou-se compreender alguns dos processos subjetivos implicados na percepção dos

dirigentes sobre a construção dessa participação, mais especificamente sobre o papel do dirigente partidário e sobre o momento que o PSDB atravessa hoje. Tais configurações, somadas às suas representações, constituem os modelos teóricos construídos neste trabalho. Dessa forma, foi possível observar que os dirigentes não possuem uma única visão do momento que o partido atravessa, muito menos do seu papel como dirigente partidário.

Vale ressaltar que as distintas visões sofrem influências diversas do contexto onde cada um constrói a sua participação no partido, levando Juliana a uma compreensão do seu papel de dirigente junto à juventude do partido, por exemplo. Questiona-se assim o valor heurístico das teorias que buscam conteúdos universais para a motivação, principalmente a motivação para a participação política. Além dos temas já abordados (a crise no PSDB, como cada um enxerga o papel do líder político) outros trechos relevantes de informação foram levantados e é justamente a forma como cada sujeito da pesquisa constrói sua participação que passa a ser descrito neste trabalho a partir de agora na forma de modelos teóricos.

Diante do exposto, entende-se que o assunto do terceiro objetivo específico deste trabalho (processos subjetivos implicados na percepção dos dirigentes sobre o seu trabalho) possui relação direta com as representações que constroem de si, com indicadores dos sentidos subjetivos dessa participação e do contexto onde cada um constrói sua vivência partidária. Convém salientar que os modelos teóricos construídos não buscam encontrar uma configuração subjetiva final de uma ação ou condição humana, mas trazer à tona o fato de que a atividade humana não pode ser padronizada ou prevista, pois está balizada por configurações dinâmicas que se organizam de modo diferenciado diante de situações que exigem alguma motivação.

5.4. O constrangimento de participar politicamente: a participação política de Guilherme no PSDB/ES

Guilherme tem 58 anos, é casado e tem dois filhos. Possui mestrado, atua profissionalmente na área de serviços e está filiado ao PSDB há 12 anos. Alega ter se filiado por causa do programa partidário e lamenta ter pouco tempo para militar no partido. Afirma-se como voluntário em entidades filantrópicas e enxerga o eleitor tucano como um sujeito bem informado. Possui uma representação positiva do neoliberalismo e entende que ser neoliberal é “[...] respeitar a livre iniciativa de mercado, a liberdade de imprensa e a independência dos poderes da República”. Guilherme evoca suas lembranças de infância junto à família para remontar as origens de sua participação política, o que fornece um bom indicador da importância de sua família para a construção de sua participação. Isso se torna evidente quando na primeira conversa individual ele afirmou que:

[...] desde pequeno eu tinha uma relação muito grande com um tio meu, chamado FCR, conhecido como Chichico [nome fictício], e ele foi prefeito de Pindorama [nome fictício] nos idos da revolução. Ele era um socialista que dava muita atenção aos seus filhos e sobrinhos.

A referência do tio volta a aparecer na conversa individual, mais a frente, quando ele afirmou que a sua aproximação da política “[...] se deu por uma vertente de criança, adolescente, que se apaixonou pela política por um tio extremamente politizado, extremamente consciente”. Percebe-se a importância do tio na construção de sua participação, mas a memória da sua experiência com o tio combina-se com o esforço de transcender esta referência (do tio) e a tentativa de superá-lo com a antítese de suas crenças. Mais a frente, ainda na primeira conversa em grupo, ao ser questionado sobre o tio comunista e ele ser tucano, sua resposta baseou-se no fato de que não existem comunistas no século XXI: “as pessoas evoluem, meu querido”. A família não deixa de ser importante na construção de sua participação ao longo das conversas. Mais a frente, na mesma conversa, ele afirmou:

Mudando de Pindorama [nome fictício], vendo a luta do meu pai que começou na fiscalização de renda, e crescendo, sempre estudando, sempre interagindo, eu mudei pra Vila Velha e lá existia um movimento político no colégio que eu estudava [...]

O lugar importante da família na construção de sua participação, bem como o seu esforço pessoal em transcender os ensinamentos do tio ao longo dos argumentos

que Guilherme foi apresentando, encontra-se num contexto de defesa da posição política que ele assume hoje. Ele falou do tio logo no começo de seu relato consciente sobre os motivos de sua participação e volta a falar do tio para justificar sua presença no PSDB na primeira conversa em grupo.

Além da família, a educação também assume um lugar importante para a participação política de Guilherme. Para ele, a cidadania diz respeito ao comportamento do sujeito na sociedade e a educação tem lugar na construção de um comportamento participativo. Na primeira conversa em grupo ele disse: “por não ter formação, nós deixamos de ter educação para tudo. Quando eu falo em educação, quando o cara é letrado, estudado, tem conhecimento, ele adquire conhecimento para a cidadania”. Em outro momento desta mesma conversa, ele volta a falar sobre a relação entre a participação e a educação:

Aí quando você vai pra política, se o país não tem formação, poucos estudam, poucos tem conhecimento, no país pouca gente lê. Como é que é o comportamento disso na sociedade? Aí você mora num prédio que reclama de tudo... aí tem reunião do condomínio você não participa. Aí você mora num prédio, reclama da associação de moradores, você não participa.

Na terceira conversa em grupo, Guilherme volta a fazer referência entre a educação e a construção de sua participação política no PSDB. Quando falávamos do livro de Juanita Castro ele disse: “Eu leio esses livros desses caras todos, pra saber... até porque eu fui lá... eu fui a Cuba pra saber”. No final desta mesma conversa ele voltou a afirmar:

Você acha que eu peguei o avião e que eu fui à Cuba à toa? Eu ia ao México, pra praia com a minha mulher [...] Eu não fui lá fazer política... fui aprender. Olha, eu li todos os livros do Fidel, tudo o que se falou sobre Fidel, eu li todos os livros sobre Che Guevara... todos os livros... todos os melhores livros de Che Guevara, aliás um mexicano... eu li essas coisas... isso tudo me interessa pra formação política.

Os trechos de informação transcritos acima nos dão pistas de que Guilherme considera a educação como um pilar fundamental na construção da sua participação política no PSDB. Contraditoriamente, Guilherme não participou do movimento estudantil e experimentou poucas discussões políticas na juventude, por conta da pesada carga de estudos. Apesar de entender que a educação é fundamental para a participação, ele descreveu assim a sua passagem pela

Escola de Engenharia: “[...] fiz Engenharia, não era politizado porque o curso de Engenharia Elétrica é muito pesado e a gente se dedicava. Mas eu tinha alguns amigos que tinham uma visão política, que conversavam alguma coisa”.

A relação entre a educação e a participação é assunto recorrente nos argumentos apresentados por Guilherme ao longo de seu relato consciente. Em manifestações como “porque o Brasil não tem educação, a sociedade não tem conhecimento e a classe media é omissa [...]” ou mesmo “é isso aqui: nós temos que pegar o dinheiro e investir na educação”, e ainda “então a revolução vai se dar dentro da escola, porque só a educação vai levar o Brasil a ter consciência disso... a revolução se dá pela educação” é possível observar como o tema sempre volta à tona. No entanto, a crítica de Elster (1998), de que a educação não deve ser tão enfatizada a ponto de se tornar o objetivo de um regime democrático, ganha corpo quando se problematiza a posição assumida por Guilherme neste ponto. A pouca importância dada aos itens que Guilherme deixou de mencionar (o esporte, a cultura, a mobilidade, dentre outros) constituem o *locus* dessa crítica trazida para o debate em tela.

Também foi possível observar que Guilherme possui uma representação negativa dos jovens dentro e fora do PSDB. Como sua esposa é comerciante, na primeira conversa em grupo ele falou de sua experiência da seguinte forma: “[...] eu trabalho com jovens, eles entram, chega em novembro eles arranjam confusão pra ir embora, pra viver de seguro desemprego na praia. São vários casos que eu tenho”. Em outro momento dessa mesma conversa ele novamente manifestou sua descrença: “eu quando vi vocês da juventude... eu olhei o Beltrano [nome fictício de um dirigente da juventude do PSDB] assim, eu falei ‘Pô, esse menino... pô, é o vírus [da participação]’... aí você vai ver que tem outros interesses por trás”. Mais a frente ele disse: “os jovens internos do partido virou um negócio... é pra nego arranjar cargo no partido, é pra nego não sei o quê lá”.

Na segunda conversa em grupo essa representação negativa dos jovens voltou a aparecer no momento em que ele criticou os estudantes universitários que, no passado, foram protagonistas de grandes momentos da construção da

democracia no Brasil. Mas hoje “[...] as universidades negro nem vai lá, nem vai à aula, quer passar e pronto. Não tem DCE, não tem mais nada... acabou”. Na terceira conversa em grupo ele defendeu sua posição em relação aos jovens:

[...] não é incoerente falar dos jovens da forma que eu falo hoje porque no passado eles se envolveram muito, depois criou um hiato. Desapareceram, alguns se engajaram politicamente e fizeram parte do jogo e hoje eles precisam retornar. Hoje a juventude é alienada.

Essa representação negativa dos jovens pode justificar a sua meta de reativar o Instituto Teotônio Vilela – ITV, responsável pela formação política dos militantes do PSDB e com isso atrair os jovens através de debates, como quando na primeira conversa em grupo ele afirmou: “Quando eu falar que nós vamos criar um núcleo de discussão política no Estado, o ITV vai ter um órgão que vai demandar formação política, vai criar, trazer pessoas pra fazer palestra, fazer um núcleo universitário”.

Outro ponto que mereceu destaque nos relatos que dizem respeito à sua história de vida e às suas experiências refere-se à maneira como Guilherme trata o seu grupo de amigos: como um grupo de pessoas distantes da atividade política. Em suas palavras: “A gente não discute política... lá eu tenho advogado... ninguém quer discutir política. Futebol, filme, viagens... então não tem jeito”. Em outro momento ele desabafou:

Conversa com dez amigos seus... Faz esse teste: fulano, fulano, estamos lá no PSDB, cara, vamos lá discutir política... Não vem ninguém... aí na hora que sai alguma coisa na mesa, ele discute e diz “cacete”... olha assim... chama o cara... chama o cara... ninguém quer, bicho. Nego quer saber se a cerveja ta gelada... que dia que vai ser o churrasquinho...

Por conta do distanciamento dos amigos, Guilherme sente um constrangimento ao falar com eles de suas atividades políticas, como se pode perceber no seu relato durante a primeira conversa em grupo:

Porque eu não levo vantagem... porque eu não fui pro governo... porque eu nunca ocupei um cargo que eu não fosse convidado... eu nunca botei um currículo pedindo emprego... eu posso falar isso. Eu tenho amigos de testemunha... eu nunca pedi. Mas na política as pessoas acham que todo mundo é sem vergonha...

Na conversa individual, Guilherme fez outra referência ao tio que o influenciou e estabeleceu uma clara diferença entre eles: “mas a minha visão e o meu compromisso com a política é a política partidária. Não me interessa, ou até hoje não me interessou, a política eleitoral”. Além de ser tucano, diferentemente de seu tio, Guilherme também busca superar esta referência desprezando a política eleitoral. Esse constrangimento, manifestado no desprezo pela política eleitoral, voltou a se manifestar em diversos momentos das conversas em grupo. Em um momento da primeira conversa em grupo ele afirmou:

Uai, você acha que eu já não ouvi? ‘Pô... você ainda ta na política? Você ta levando quanto? Onde você ta agora?’... eu ouço, cara... as pessoas que me conhecem bem me falam isso... sabem quem eu sou... eu falo pra todo mundo: ‘eu não dependo disso pra viver’... nunca dependi... eu nunca dependi de cargo político.

Esse constrangimento de participar do partido político vem acompanhado de uma decepção com a política em geral. Já no questionário, ao ser perguntado sobre o que ele considera uma ideia inovadora na política brasileira de hoje, ele já afirmava que não existem tais ideias. Na segunda conversa em grupo essa decepção voltou a aparecer personificada na figura de dois vereadores da capital:

Dois exemplos de caras novos na política que eu pensei que podiam fazer a diferença: Fulano e Cicrano. Sabe esse cara que passou aqui [refere-se a José Carlos Gratz, ex-presidente da Assembleia Legislativa que responde em liberdade a diversos processos, e que tinha acabado de passar por ali], ajudou o Fulano... teve X mil votos... principalmente gente do morro que vende o voto por dinheiro... Cicrano, um cara da oposição... partido de esquerda... quando ele entrou, ele fez o quê? Nada!

Sua decepção com dois jovens vereadores da capital reforçam as representações negativas da política que povoam sua subjetividade, bem como o contexto em que ele constrói a sua participação. Guilherme continuou seu desabafo ao se referir a um desses vereadores: “então, bicho, até na classe política... presidente de partido, um cara novo... mas ele é o quê? Porque tá no PSD, qualquer partido de direita, ele é o mais conservador dos conservadores... então não tem solução pra nada”.

As representações negativas sobre a política partidária que povoam a subjetividade de Guilherme estão ligadas às representações negativas que já existem na subjetividade social sobre os partidos políticos, e já foram tratadas em diversos estudos (SABUCEDO, 1996; BORDENAVE, 2007; HAZAN; RAHAT, 2010; SLOAN, 2011; RUSSELL, 2007; TESTI, 2000; KONITZER, 2006) conforme citado na introdução deste trabalho. É possível observar que o tal constrangimento em participar politicamente do partido contradiz-se com a disposição que ele possui para participar. Na primeira conversa em grupo ele disse: “eu falei outro dia dentro do partido: ‘Ó, se o PSDB não tiver candidato a senador, eu vou ser’. Brincando... mas tenho coragem de ser pra ir lá defender um projeto de mudança”.

Em outro momento da primeira conversa em grupo ele afirmou: “você sabe que se eu fosse novo hoje eu seria candidato a alguma coisa”. Essa disposição em participar é acompanhada por uma esperança na política. Para ele, conforme expressado na segunda conversa em grupo, “[...] a sociedade nasce através da política... a transformação só ocorre através da política”. Em outro momento da segunda conversa em grupo ele voltou a afirmar: “eu só acredito na mudança desse país através da política desde que a sociedade se indigne com alguma coisa”. Neste trecho de informação foi possível observar que a crença de Guilherme na política está condicionada à mobilização da sociedade. Na conversa individual, Guilherme desabafou:

Eu procuro ser uma pessoa ideológica... eu não tomo partido por outra razão que não seja ideológica... E hoje, a minha maior missão dentro do partido é fazer com que as pessoas se engajem para que o país possa ter a reforma estruturante que precisa, principalmente a política, porque sem a reforma política a gente não terá as outras reformas que o país tanto precisa. A política é um instrumento de transformação e eu participo dessa forma... e eu te digo, apesar de parecer estranho, eu não sou o único. Existem várias pessoas que estão na política por esse ideal de transformação, e eu me incluo entre elas.

Na terceira conversa em grupo, após descrever para Guilherme as hipóteses de algumas configurações subjetivas de sua participação política, mais especificamente sobre sua crise em assumir publicamente a sua participação política e evitar conversar com os amigos sobre a política, Guilherme voltou a mostrar sua disposição em ser candidato. Ele disse:

[...] a transformação da sociedade se dá através da política... e o cidadão não pode passar por essa vida sem deixar uma contribuição... tem pessoas que ajudam os pobres, tem pessoas que vai lá, sei lá, contribuem financeiramente, faz alguma, alguma... é maçom... outros tem outras instituições... eu acho que a minha contribuição enquanto, só pra concluir, enquanto cidadão para o futuro é a participação na política. [...] esse negócio de ser senador... eu to tão indignado com a forma que o PSDB... eu falei isso brincando, mas não é brincando não... O PSOL faz isso... Gustavo de Biase faz isso, um punhado de político faz isso: tem a vontade de botar a cara pra vender razões ideológicas.

Diante do que foi exposto sobre Guilherme até aqui é possível constatar que neste momento da sua vida os seus relatos oscilaram entre: buscar a referência da família e querer superar essa mesma referência; entre entender a educação como um facilitador para a participação política e, em outro extremo, em entender a educação formal (o grande volume de disciplinas e conteúdos de um curso de engenharia) como um fator que criou dificuldades para que esta participação política fosse construída nos tempo da faculdade; entre não confiar nos jovens e depositar neles a esperança de um futuro; entre envergonhar-se de sua participação e assumi-la publicamente.

A importância da educação para Guilherme e as suas viagens para aprender sobre a política constituem indicadores do seu caráter ativo frente à construção da sua participação política no PSDB. Sua disposição para assumir a militância política é uma clara expressão dos sentidos dominantes da sua configuração subjetiva atual: acreditar na mudança, querer aprender, acreditar nos jovens e até dispor-se a ser candidato. Ainda que o momento atual seja pouco propício a isto por conta de suas experiências vividas, constrangimentos, decepções com os jovens e crise nos partidos e exija que Guilherme encontre alternativas no curso de sua experiência para que continue a construir a sua participação política no PSDB.

5.5. A perda dos referenciais de esquerda e de direita: a participação política de Marcelo no PSDB/ES

Marcelo é casado e pai de três filhos. Considera-se branco, possui curso superior completo, é aposentado, mas ainda atua profissionalmente na área de serviços.

Sua idade foi omitida para dificultar a sua identificação, mas do grupo era ele que tinha a idade mais avançada. Ele está filiado ao PSDB há dezoito anos e alega ter se filiado ao partido por se identificar com o programa partidário. Possui uma representação positiva do ex-presidente tucano Fernando Henrique Cardoso, a quem considera “o único estadista brasileiro depois de Getúlio Vargas”. A desilusão pela política partidária é constante nos relatos de Marcelo. Sua crítica manifesta-se, muitas vezes, contra o sistema político como um todo, como se pode observar em uma de suas manifestações na conversação individual:

[...] partido político no Brasil é muito mais uma força conduzida por uma liderança do que por ideias, por valores, e isso me gerou, de certa forma, uma desilusão porque se você quer lutar por transformações para melhor numa democracia, o caminho é o partido político. E se o partido político na verdade é um instrumento de interesse de uma pessoa ou de um grupo, você não está defendendo o interesse de construir nada, a não ser favorecer esse grupo.

Sua desilusão pela política partidária também pode ser percebida no questionário escrito: “Não existe esquerda e direita no Brasil. O que existe é fisiologismo partidário e a busca de benefícios através do poder”. Alguns momentos da primeira conversa em grupo evidenciaram a sua desilusão pela política partidária: “[...] a cultura na política, ela está muito mais para o grupo do que para as coisas de Estado”, ou ainda “[...] as eleições são feitas com dinheiro e com mentira”. Na segunda conversa em grupo Marcelo foi mais crítico em relação aos partidos políticos brasileiros. Ele perguntou: “Qual o projeto de mudança pra transformar esse num país realmente de futuro? Qual o partido que tem? Nenhum...”. Na terceira conversa em grupo, quando discutíamos sobre uma entrevista dada pelo Marcola, líder da facção criminosa paulista Primeiro Comando da Capital – PCC, Marcelo expôs a sua insatisfação com a falta de bons projetos da elite política brasileira:

[...] a criminalidade no Brasil tem como fundamento isso aqui... vamos atacar isso aqui... cadê? Não tem. Os problemas da saúde no Brasil tem como fundamento isso aqui... qual o tratamento? Não tem. Você sabe por que não tem, meu filho? Porque basicamente o Marcola definiu qual o problema que nós vamos resolver a situação. Tem que botar gente séria com dinheiro... tem dinheiro... mas não tem gente séria.

Essa insatisfação com a elite política brasileira não faz distinção entre orientações políticas diversas, fato que já se manifestava na segunda conversa em grupo quando ele disse:

E aí você vê que o PSDB governou com a força política que estava alinhada dentro da Arena [refere-se à Aliança Renovadora Nacional, partido político que deu sustentação ao regime militar no Brasil entre 1965 e 1980] com os militares e agora o PT tá governando com a força política que estava dentro da Arena e aí você vê que os caras aceitam se juntar com os corruptos, não tem coragem de acusar os caras de serem corruptos.

Essa desilusão construída ao longo de sua passagem pelo PSDB não deixa de se estender ao próprio partido. Um claro exemplo aconteceu durante a conversação grupal, quando conversávamos sobre as eleições dos diretórios municipais do PSDB marcadas para março de 2013. Em certo momento, foi mencionado que a exemplo do que já havia acontecido no passado, existia a possibilidade do Diretório Regional decidir não realizar as eleições em determinados municípios, de acordo com critérios políticos que serão estabelecidos pelo próprio Diretório Regional. Sobre isto, Marcelo afirmou com tom de indignação:

Você tem o projeto de grandes grupos econômicos e projeto de grupos políticos. Que eles são... ele tá falando aqui do complementar. Por quê que às vezes não vai haver uma eleição para o PSDB? Porque ele tem que atender o grupo político majoritário que tá lutando... Aí o quê que isso gera? O afastamento de pessoas que pensam como eu.

Destaca-se aqui a importância metodológica da expressão espontânea e aberta do sujeito para que a sua produção seja carregada de sentidos subjetivos. Neste trecho de informação Marcelo admite a existência de grupos políticos em luta dentro do partido e assume o seu afastamento como uma consequência dessa luta. No questionário, a decepção de Marcelo com o PSDB voltou a aparecer no momento em que ele atribuiu nota cinco à sua participação política no partido. Ele alega ter dado essa nota: “Por entender que o PSDB deixou de fazer oposição após ter saído do governo, tanto no Brasil quanto no ES, e a oposição tanto no campo das ideias quanto no combate a corrupção”. Em outro momento do questionário ele afirmou: “[...] o PSDB não conseguiu definir com clareza para os brasileiros a sua verdadeira face, talvez por não ter”, e ainda “O PSDB no Espírito

Santo foi usado por Hartung [refere-se ao ex-governador Paulo Hartung] e depois amassado e jogado no lixo”.

Da mesma forma que sua admiração por alguns políticos foi manifestada em diversos momentos da conversa, nos relatos de todos os sujeitos da pesquisa, este trecho de informação demonstra a rejeição de Marcelo ao ex-governador Paulo Hartung. Este rejeição aparece compondo a sua produção diferenciada, uma parte daquilo que o torna único ao relatar sua participação na política partidária. Na segunda conversa em grupo o nome do ex-governador voltou a aparecer:

Pra mim, Everton, a eleição do Luiz Paulo [candidato do PSDB a prefeito de Vitória na eleição de 2012] foi o ponto definitivo pra eu saber quem é essa turma. Gosto do Luiz Paulo, gosto do Emanuel [vereador e presidente do PSDB de Vitória], gosto deles todos como pessoa, seremos sempre amigos, mas politicamente... [...] acabou, acabou. Por que? Porque os caras são subservientes a Paulo, e Paulo é o cara que é executivo desses grandes grupos econômicos, companheiro.

Apesar desse conjunto de relatos manifestados através de diversos instrumentos e em distintos momentos serem uma demonstração clara da insatisfação de Marcelo, não só com o PSDB, mas com todo o sistema político, é possível perceber que o sujeito reconhece a importância dos partidos políticos e tem esperança que eles melhorem. Na conversação individual, por exemplo, ele afirmou: “[...] o partido é importante, mas eu não tenho participado porque muitas das atitudes que o PSDB tomou ultimamente eu discordo e quando você discorda, e você é minoria você se afasta”.

Como já foi citado neste trabalho, González Rey (2004) afirma que a inclusão do sujeito em um grupo social acontece em um processo dialético, em um espaço-simbólico emocional, relacional, que só produz sentidos em um marco cultural onde a inclusão se configura. É possível perceber tal processo no relato de Marcelo quando na segunda conversa em grupo ele explicou o motivo dele ainda não ter se desvinculado do PSDB. Em suas palavras: “Eu não vou sair do PSDB porque pra alguns companheiros podem entender até como uma afronta [...]”. Neste trecho é possível perceber como as relações pessoais criam o espaço simbólico, relacional e emocional que no caso específico de Marcelo o impede de

deixar o partido. Em outro momento, ainda na primeira conversa em grupo, Marcelo admite, com a voz levemente embargada, ainda depositar parte de suas esperanças nos partidos políticos e mostra como eles deveriam funcionar:

Eu gostaria de estar num partido que 'ó, eu tenho um projeto pra mudar isso aqui. Eu quero mudar a justiça'... qual o projeto que eu tenho? 'eu quero mudar a polícia'... qual o projeto que eu tenho? 'eu quero mudar a saúde'... qual o projeto que eu tenho? Não tem. Você pode ver que não tem esse discurso.

Outro elemento que torna Marcelo único nesta pesquisa é que ele sempre recorre com saudosismo a exemplos ou ilustrações vinculadas ao regime militar dentro qual ele viveu boa parte de sua vida. Ele disse com saudosismo na conversação grupal: “no passado [...] você tinha um projeto de Brasil”. Esse saudosismo voltou a aparecer na terceira conversa em grupo quando ele disse:

[...] se estava ruim com os militares, e francamente pra estar ruim, tinha que estar ruim na área social, porque na parte de controle cresceu muito, na parte de investimento, eles endividaram o Brasil, a tal dívida externa, mas fizeram 101, 262, aqui na nossa região, Itaipu, CST, não sei o que... Ou seja, os caras pelo menos deixaram alguma coisa aí, né... a Ponte Rio Niterói... O nosso problema então seria o problema social... acaba a revolução, nós fizemos o investimento... mas agora vamos investir na área social, porque os militares não o fizeram.

Nessa mesma conversa em grupo, quando conversávamos sobre as obras realizadas pelo governo do PT no nordeste (onde o grupo admitia um grande número de boas intervenções públicas, mas com fins eleitoreiros), Marcelo traçou uma ligação entre essas boas intervenções e a ações realizadas pelos militares:

[...] construir em Pernambuco é diferente de construir no Espírito Santo... porque lá o problema da seca, do sol e do calor é uma coisa diferenciada... o exército foi fazer os troços, levou tudo isso em consideração, fez e não trincou nada. Os outros caras fizeram aquelas de araque, para enganar... tá tudo destruído.

Em diversos momentos de seus depoimentos, Marcelo preocupa-se em evidenciar sua indignação com o tratamento pessoal dispensado pelos políticos ao tratar o interesse público. Uma evidência dessa afirmação pôde ser observada na segunda conversa em grupo quando ele criticou as indicações políticas para cargos públicos. Ele afirmou que hoje “você não tem a cultura de produzir nada. Só que as instituições públicas estão sendo destruídas. E aí o Serviço Público tá

indo para o fundo do poço, saúde, educação, segurança”. Sua crítica ao sistema político, quando ele contrapôs os interesses de grupo aos interesses de Estado, também conduz a uma reflexão sobre este comportamento.

No entanto, as referências positivas que aparecem nos relatos de Marcelo ao se referir ao regime militar não são constantes, já que elas vêm acompanhadas de um estigma negativo. Esse estigma foi manifestado, na primeira conversa em grupo, no momento em que ele disse que “[...] o pessoal da esquerda só vive chamando militar de torturador... é como se fosse uma coisa generalizada e não é”, ou ainda quando ele disse que “[...] aqui você lê os jornais, o Estadão, Folha, os caras estão botando a culpa na polícia, quer dizer, o cara... tão matando os pobres coitados, os PM barra pesada eles não matam não”. Na segunda conversa em grupo, o assunto voltou à tona: “outro dia um cara tava escrevendo no *facebook* um negócio de militar torturador e eu falei com ele: cara, você veja bem, o governo militar terminou tem 30 anos. [...] Esse pessoal que era coronel, já morreu tudo. Quem foi torturado já morreu tudo”.

Também foi possível observar nos relatos de Marcelo a derrocada, para ele, dos referenciais de esquerda e de direita que marcaram a maneira em que ele percebeu a política ao longo de sua história. Além da sua afirmação no questionário, em que foi dito que “não existe esquerda e direita no Brasil”, quando conversávamos em grupo sobre como os partidos deveriam agir ele voltou a afirmar que “[...] esse negócio de ser de esquerda ou ser de direita, isso o mundo já passou a régua nisso”. Na segunda conversa em grupo o assunto voltou à tona:

Agora porque que nós estamos com dificuldade de fazer oposição... por causa de duas palavrinhas: esquerda e direita. Nem existe mais. O americano e o russo se mantiveram na hegemonia do mundo de 45 até quase 90 [refere-se ao período da Guerra Fria entre 1945 e 1988], quase 50 anos, com esse discurso de esquerda e direita. Hoje o PSDB tá com dificuldade de tomar uma posição de oposição exatamente por causa desse discurso de esquerda, porque se você disser que você é contra os caras aí, você tem que dizer que você é contra a esquerda, né...

Ao relatar sobre a sua participação política no PSDB, neste momento de sua vida e do partido, as posições assumidas por Marcelo oscilam entre a decepção e a esperança nos partidos políticos e no sistema político; entre significações

positivas e negativas do regime militar no Brasil e pela perda dos referenciais de esquerda e de direita que norteou a forma como ele enxergou a política ao longo de sua vida. Muito raramente estes sentidos não predominam em seus relatos. É interessante perceber a maneira como Marcelo encara a idade, o que é um indicador do seu caráter ativo frente às mudanças que ocorrem, já que ele pratica atividade física (pilates), lê *blogs*, participa de redes sociais e de grupos de discussão. A sua experiência profissional, em toda a sua complexidade, assume a forma de outra configuração subjetiva que o conduz a assumir certos posicionamentos no cotidiano de sua participação política. Conforme nos ensina González Rey (2011), o nosso posicionamento nas questões do cotidiano são momentos de uma configuração subjetiva que de forma simultânea toma formas em diferentes áreas da vida.

5.6. “Participo se eu for chamado”: a participação política de Miguel no PSDB/ES

Miguel tem 62 anos, é divorciado e pai de dois filhos. Considera-se branco, possui curso superior completo, é aposentado, mas ainda atua profissionalmente no setor de serviços e está filiado no PSDB há doze anos. Ele admira figuras ilustres do PSDB como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Paulo Vellozo Lucas, cujos modelos administrativos motivaram sua filiação ao partido.

É interessante como Miguel se considera um técnico e como ele trata este viés técnico como a antítese de um viés político que ele alega não possuir. Na conversa individual Miguel já dava sinais desta separação quando disse: “[...] toda a minha história de vida, sob o ponto de vista econômico, foi construída basicamente no mercado privado, na área de administração e finanças”. Ou ainda: “[...] por todos esses motivos somados, acabei ingressando no PSDB... primeiro como mero militante mesmo e depois também como funcionário compondo o corpo técnico de autarquias governamentais”.

Seus sentidos são povoados por representações do mercado e da iniciativa privada onde ele construiu sua carreira. Em um momento da segunda

conversação grupal ele chamou a atenção para o fato de que “[...] a política tá sendo feita há muito tempo sob o ponto de vista econômico com erros abissais”. Foi justamente na conversação grupal que apareceu a diferenciação entre o seu perfil de trabalho e aquilo que Miguel considera a atividade política em si. Na primeira conversa em grupo ele afirmou: “[...] eu sei lidar com pessoas... sabe? Isso aí porque eu fui gerente de banco um monte de anos... mas não fazer política no sentido de ah, eu quero ser”. Neste caso, para Miguel a atividade política remete a um “querer ser” que é incompatível com a sua história e as suas práticas. Outra diferença entre o seu perfil de trabalho e a atividade política também foi estabelecida quando ele foi questionado sobre a sua carreira ascendente no serviço público. Tal carreira demonstra habilidades políticas que ele negou possuir. Então ele se explicou:

[...] em certos momentos as coisas se confundem... Ou seja, se você trata as pessoas de maneira absolutamente respeitosa, delicada, como elas merecem... independente de que classe econômica elas pertençam ou não, isso aí pode ser considerado uma certa forma de política... Agora, não é intencional! É cultural, é educativo... é formação de base. Entendeu? Quer dizer... eu fiz política só por esse motivo. Porque eu sempre fui assim gentil, dedicado, correto e tal...

Tal diferenciação entre o seu perfil de trabalho e a atividade política, com a conseqüente valorização do seu próprio perfil de trabalho, dá a entender que Miguel possui uma representação negativa da atividade política que pode ser percebida em diversos momentos da pesquisa. No questionário ele afirmou: “[...] os partidos políticos viraram uma geléia onde qualquer um pode se filiar, independente de seu credo político”. Ao ser questionado a respeito da terceirização de militância, ele respondeu que tal terceirização “[...] é reflexo do desencanto da população com os partidos e políticos”.

Na primeira conversa em grupo, ao ser questionado sobre o seu distanciamento do PSDB, ele afirmou que o distanciamento não é só do PSDB. Ele afirmou estar distante da política de um modo geral e apontou o motivo desse distanciamento:

[...] é aquele negócio, sai *daquele lugar* numa forma típica *daquele lugar* [o nome do lugar foi removido para dificultar a identificação do sujeito], né? Aí bicho... aí você... mais ou menos como o Marcelo eu peguei e me dediquei a um *hobby*, né?... que é a música, né? Virei DJ, dançarino e professor de dança de salão.

Em outro momento da primeira conversa em grupo Miguel explicou melhor o episódio de sua saída de um dos cargos públicos que ocupou

[...] a minha saída lá *daquele lugar* [novamente o nome do lugar foi removido para dificultar a identificação do sujeito] foi traumática né, porque foi contra tudo aquilo que eu penso, né? Que é o correto, que é justo... me promoveram numa semana, não quero discutir caso pessoal aqui, mas é importante pra mostrar como é que é feita a política no Brasil, me promoveram numa semana, me deram um trabalho complicado pra fazer que era tirar 40% do salário de metade de um grupo de 40 pessoas. Eu fiz, escolhendo os piores... os piores são os que mais tinham influência política, foram nos *chefes* [o cargo foi trocado para dificultar a identificação do sujeito], reclamaram... apesar da decisão, eu não tinha poder pra decidir um troço desses, a decisão era da direção geral, mas quem eles escolheram como bode expiatório pra acalmar os ânimos, pra dizer assim: 'olha não... esse é o culpado!'

O episódio da saída de Miguel daquele cargo comissionado foi importante para a construção da representação negativa que ele possui da política no Brasil, o que constitui um importante indicador da configuração subjetiva de sua participação política gerando como consequência o seu afastamento da vivência política. O fato de ele considerar sua saída do cargo uma saída “traumática” fornece uma pista da distância existente entre o reconhecimento que ele esperava dos políticos por um trabalho bem feito e aquilo que ele obteve, neste caso a sua demissão. Seu sentimento em relação a isto foi explicitado em outro momento da primeira conversa em grupo: “[...] não tem meritocracia, não tem justiça... essa desilusão que Marcelo tava ostentando aí, é exatamente a desilusão que eu senti”.

Sua “desilusão” com a política não poderia deixar de se estender ao PSDB. Já no questionário Miguel afirmou que: “[...] o partido não vem exercendo o seu papel de oposição como deveria”. Ao ser questionado sobre o momento político que o PSDB/ES vem atravessando, ele afirmou que isso está acontecendo pelo fato de o PSDB “[...] não assumir claramente seu papel de governo ou oposição e por permitir a ocupação de seus quadros por políticos sem afinidade com o credo original do partido”. Na conversação grupal, Miguel foi mais incisivo e afirmou que:

[...] o PSDB se deixou infiltrar aí por... bom, a gente teve o caso da Yeda Crusius lá no Rio Grande do Sul que foi bastante emblemático, né? E também quando o partido começa a defender coisas que não deveria defender, como... se houve o mensalão lá em Minas Gerais, se começou lá, o partido deveria ser o primeiro a colocar o dedo na cara, né? Entendeu? Agora não... não bota o dedo na ferida...

começa a querer defender... ahhh pelo amor de Deus... aí não funciona. Ou seja... o discurso é um e a prática é outra.

Em outro momento da conversação em grupo, Miguel afirmou em tom de desabafo que existe uma distância entre aquele partido que ele ingressou em 2000 e o PSDB de hoje. Em suas palavras

[...] estava ingressando num partido que tava em nível federal, com Fernando Henrique, em nível estadual e municipal, aqui, mostrando que tava querendo dar uma nova cara pro Brasil... Só que no meio do caminho essa coisa desvirtuou, né?... e aí, por isso o meu afastamento.

Mas, apesar de sua desilusão pela política e pelo PSDB, Miguel ainda possui alguma disposição para militar, até por conta da admiração que ele possui pelo partido. Segundo ele

O PSDB curou um câncer, que acabava com esse país, especialmente com os mais pobres, que era a inflação... o imposto inflacionário matava os mais pobres... curou um câncer nesse país, fez a maior reforma social que esse país já fez pela via econômica [...]

A admiração e o respeito pela história do PSDB e pelo que o partido representou reflete-se na esperança por um partido melhor no futuro. Na redação que foi pedida no final do questionário aos participantes da pesquisa, Miguel escreveu que:

[...] o PSDB é aquele tem ainda bons quadros, podendo assim vir a contribuir para a construção de um futuro cada vez mais auspicioso para o ES, tarefa essa em que terei grande prazer de me engajar caso para isso venha a ser convidado.

Neste trecho de informação é possível observar o interesse de Miguel em voltar a participar politicamente do PSDB. Este interesse voltou a aparecer na conversa em grupo. Segundo ele: “agora quando o Luiz Paulo se candidatou, eu atuei na campanha... subi morro com ele, desci morro... nem tanto quanto eu queria, mas subi... porque ele me dava condição pra subir com ele, chegar com ele lá”. Este trecho reafirma essa sua vontade espontânea de militar, de fazer campanha e de participar, sendo que a única condição necessária para isto é que o líder “dê condição” de chegar com ele lá.

O fato de Miguel não se considerar um político parece revelar seu constrangimento em fazer política no Brasil, dadas as condições adversas à participação política em um partido político, descritas na parte inicial deste trabalho, além da decepção que ele teve com a forma com que foi exonerado de um dos cargos públicos que ocupou. Soma-se a isto o fato do grupo político que dirigia o PSDB em Vitória na época de sua filiação não ser mais o grupo majoritário no partido, fazendo com que ele não se sinta mais um dirigente partidário, apesar de dar demonstrações claras de que quer voltar a militar precisando apenas ser convidado a participar.

A sua capacidade de mobilizar um comportamento mais participativo no PSDB deriva de suas oportunidades para esta participação. A boa disposição de Miguel em participar da pesquisa e as emoções manifestadas nos momentos empíricos são evidências de que participar, para ele, é uma demanda subjetiva que exige a geração de emoções para que a participação aconteça e esta demanda seja satisfeita.

5.7. Sentir-se ou não dirigente: o modelo teórico da participação política de Juliana no PSDB/ES

Juliana tem 24 anos, é solteira e não tem filhos. Considera-se branca, possui curso superior completo e é funcionária pública. Está filiada ao PSDB há seis anos, admira figuras ilustres do PSDB como Mario Covas, Serra, mas tem uma admiração especial pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, onde na conversa individual ela afirmou sobre ele: “sempre gostei”. É o único sujeito da pesquisa que não alega ter se filiado ao partido por causa do programa partidário. Na conversa individual ela justificou a sua escolha: “gosto das lideranças nacionais, gosto da ideologia e não vejo tanto escândalo de corrupção”.

Essa admiração de Juliana pelas lideranças nacionais do partido se manifestou em diversos momentos da pesquisa. No questionário ela afirmou: “porque desde a minha adolescência eu admiro as figuras e lideranças do partido, principalmente do Estadista Fernando Henrique Cardoso”. Afirmou ainda que “o eleitor tucano se

sente bem representado pelos seus quadros e sente confiança na capacidade de gerir, tendo em vista a qualificação das lideranças”. Na conversa individual ela explicou: “juntando com as lideranças que eu admirava, que eu admiro ainda, Mario Covas, Fernando Henrique, Serra, sempre gostei do jeito, da gestão PSDB, o jeito de administrar”. Em outro momento da pesquisa, na primeira conversa em grupo, quando conversávamos sobre o último artigo publicado por Fernando Henrique Cardoso, ela disse: “ele falou que o PSDB tá precisando de um projeto”, demonstrando o seu interesse em conhecer a opinião do ex-presidente por quem ela possui tal admiração.

Na conversa individual, após cinco minutos de conversa, quando explanava sobre os motivos de sua filiação ao PSDB, ela afirmou acreditar que: “nunca vai existir um partido 100% limpo, porque o partido é feito de pessoas e as pessoas erram”. Este trecho evidencia sua admiração pelas lideranças do PSDB, mas essa admiração não a conduziu a uma fé cega nestas pessoas. Na conversa em grupo, outro trecho de informação nos permitiu perceber as representações negativas de Juliana sobre a sua participação política no PSDB. Segundo ela: “como eu não tenho pretensões de me candidatar, eu vou seguir uma ideologia que eu acredito, mesmo não militando, me decepcionando com algumas coisas”.

No entanto, foi na conversa em grupo que a sua atitude passou predominantemente a ser outra. Apesar de toda a admiração que Juliana possui pelas lideranças do partido, ela passou a concordar com a maior parte das críticas que surgiam ao longo da conversa. Quando Guilherme se queixava que o Conselho de Ética da direção estadual do partido só foi acionado uma única vez, Juliana disse: “aí vai ver se é interessante... se é conveniente...”. Neste momento, Juliana demonstrou uma descrença nos dirigentes do PSDB, principalmente nos dirigentes regionais do partido, que para ela agem de acordo com a conveniência do momento para levar temas polêmicos para o debate no Conselho de Ética.

As críticas de Juliana não foram dirigidas apenas ao PSDB, mas a todo o sistema político. Em uma dessas passagens, na terceira conversa em grupo, ela disse:

[...] a política como um todo em qualquer grupo, qualquer junção de pessoas vai haver decepções... dentro do futebol você vê corrupção, dentro da igreja, na política... dentro de empresa privada o cara é roubado pelos funcionários... é o ser humano, e eu vejo muito mais isso no Brasil... tá na cultura mesmo... sempre dar um jeitinho, passar a perna.

A admiração de Juliana pelos dirigentes nacionais vem acompanhada de uma crítica incisiva aos dirigentes regionais. E neste ponto, merece destaque o fato de que ela não se sente dirigente do partido. Em suas palavras: “diante de greves fora do normal e uma corrupção descontrolada, o dirigente partidário não aproveita para inserir debate nos grupos organizados para disseminar a ideologia social democrata”. O fato dela se referir ao dirigente em terceira pessoa e ainda desferir contra ele uma crítica que não a atinge conduz a tal conclusão. Isso porque no questionário, Juliana alega que sua participação no PSDB é nota 10 justamente por disseminar a ideologia social democrata. Em suas palavras:

Porque pratico a política no meu dia a dia. Levo a ideologia social democrata em qualquer lugar que eu vá, participo das reuniões, das ações políticas de debate da minha cidade, do meu Estado e do meu país. E o mais importante, não é em troca de cargo público, me dedico pela causa, pois acredito que o PSDB tem a melhor gestão e melhor atuação.

Neste trecho também é possível perceber a motivação de Juliana em participar politicamente de um partido político, motivação que é possível perceber também em outros momentos da pesquisa. Na conversa individual, por exemplo, ela narra sobre a sua quase filiação ao Partido Socialista Brasileiro – PSB quando ainda morava em outro município. Apesar de ter manifestado o seu interesse em se filiar ao PSB para um dirigente daquele partido, nada foi feito por ele. Ela se queixou: “[...] passou um tempo e eu ficava cobrando: ah, eu quero participar, quero participar”. A rejeição de Juliana ao Partido dos Trabalhadores – PT também foi um dos motivos que a levaram a escolher o PSDB para militar. Em suas palavras: “[...] eu sempre gostei de política. Sempre li muito jornal, muita revista e sempre me interessei... e sempre tive antipatia, nunca tive muita simpatia com o PT”. Em outro momento da pesquisa, no questionário, suas críticas ao PT foram mais incisivas:

Eram contra tudo e todos com o fim da Ditadura. Fizeram oposição irresponsável e leviana contra o PSDB entre 1994 a 2002. Conquistaram o poder com o discurso

revolucionário e emocionante e na oportunidade que atingiram o poder com um Plano de Poder para 20 anos, entraram em contradição com os valores ideológicos. Institucionalizaram a corrupção, não fez nenhuma reforma política, não investiu na modernização da infraestrutura do país e se viu refém da privatização como solução, o que foi tema de oposição ao governo PSDB. A visão que tenho é que é um partido que se diz maior que um país, que eleva a bandeira do partido acima da bandeira do Brasil. Que quer ser amado e clamado pelos brasileiros, assim como os partidos socialistas dos países ditatoriais, onde o representante sai do poder com recorde em popularidade. Não gosta do debate. Não aceita posição contrária e acha que o seu modo de fazer política é único.

É interessante como a influência da Igreja Católica é um importante elemento para a formação dos sentidos subjetivos da participação política de Juliana, principalmente a sua participação no grupo de jovens da Paróquia São Francisco de Assis, que é motivo de orgulho para ela. Em um determinado momento da primeira conversa em grupo, quando conversávamos sobre o processo de renovação de quadros nos partidos, ela ilustrou seu ponto de vista da seguinte forma: “[...] é o mesmo pensamento da igreja. Você tem lá aquela igreja metódica, aí vem a renovação carismática”. Percebe-se que é na igreja que Juliana busca uma ilustração para discutir o processo de renovação nos partidos. Sua vivência religiosa a conduz a aceitar os erros que acontecem no partido porque os partidos erram mesmo, “eles são feitos de homens”.

Os relatos de Juliana oscilam entre: a admiração que nutre pelos dirigentes nacionais do partido, e a descrença nos dirigentes regionais; entre assumir-se e não assumir-se como dirigente do PSDB. Seus relatos são marcados por uma grande motivação para a participação política no PSDB; pela rejeição ao PT; pela forte influência da Igreja Católica e pela pouca importância da família na construção de sua participação política no partido.

Apesar de Verba (2003), Bordenave (2007) e Gonçalves (2008) darem à família o *status* de agente fundamental de socialização política, a iniciativa de Juliana de participar politicamente do partido não teve esta influência. Em suas palavras: “[...] não tive influência nenhuma, por ninguém da minha família ou amigo pra entrar na política”. Ela sente orgulho dessa participação política justamente por ser uma construção dela e esse orgulho contribui para que ela se sinta motivada a participar politicamente do PSDB.

Também é relevante o fato de que a influência cristã leva Juliana a enxergar o partido como “feito por homens” e, portanto, sujeito a erros. Tal visão empresta a Juliana, neste momento de sua vida, uma maior tolerância aos interesses de grupos e outros problemas do PSDB/ES tratados ao longo do trabalho. Tal assertiva está fundamentada em sua afirmação de que o Conselho só discutiu um único caso até hoje, não porque o PSDB/ES não tenha problemas éticos, porque tem. O PSDB não discute os problemas éticos porque o grupo dominante não tem interesse em acionar tal conselho.

Também é relevante o fato de que Juliana não se sente dirigente do partido porque o dirigente do partido não dissemina a ideologia social-democrata, o que ela assume fazer cotidianamente. Sua crítica dirige-se a uma visão utilitarista do partido, predominante entre os dirigentes partidários que participam das decisões partidárias sem levar em conta os fatores ideológicos. Sua crítica é coerente com as representações predominantes sobre os partidos políticos. São estas representações diferenciadas que, somadas às suas representações sobre o partido, que constituem os modelos teóricos da participação política de cada um em um dado espaço histórica e culturalmente construído, neste caso o PSDB no Espírito Santo.

6. Considerações finais

Este trabalho buscou compreender a participação política de dirigentes do PSDB/ES utilizando a metodologia e a epistemologia qualitativa propostas por González Rey (2003, 2003b, 2005). A metodologia permitiu uma aproximação entre os estudos organizacionais e a psicologia, abrindo campos de inteligibilidade sobre as configurações subjetivas da participação política de dirigentes partidários. Foi observado que cada dirigente partidário teve a sua participação política marcada por características como o constrangimento em assumir sua participação política, a perda de referenciais de esquerda e de direita, entre sentir-se e não sentir-se dirigente do partido, dentre outras características descritas caso a caso. Estas observações foram viabilizadas pela metodologia utilizada, já que elas não podem ser verificadas na expressão direta e consciente dos participantes da pesquisa.

Nos relatos foi possível observar configurações subjetivas inerentes às relações com a família, às relações com a igreja, às relações pessoais dentre outras configurações que influenciam e são influenciadas pela participação política. A forma como cada dirigente percebe o seu trabalho à frente do PSDB/ES também foi discutida aqui, de modo a dar resposta aos objetivos específicos. A partir daí, depreende-se que o objetivo principal de compreender as configurações subjetivas que se organizam na participação política dos dirigentes partidários no PSDB/ES foi atingido a partir da sua compreensão e de que como se situam em um dado momento da experiência do sujeito.

No que diz respeito ao modo como o dirigente percebe a sua participação política no PSDB/ES, o constrangimento e a decepção não formam configurações subjetivas isoladas. Formam uma mesma configuração já que as representações hegemônicas sobre os partidos políticos na subjetividade social produzem experiências, e estas se entrelaçam às configurações subjetivas já existentes influenciando outras áreas da vida do sujeito. Esse constrangimento é algo que está acontecendo agora e é efeito colateral da experiência da participação política

no PSDB/ES, um efeito indesejado e que vem carregado de um forte sentido de alteridade: nós os dirigentes e eles que nos criticam.

A perda dos referenciais de esquerda e de direita está relacionada, nos relatos de Marcelo e de Juliana, a uma crítica de que o PSDB não é capaz de fazer oposição, que por sua vez relaciona-se com a decepção que eles sentem com o partido. Russell (2007), como já foi mencionado neste trabalho, argumentava que a mídia está criando políticos cada vez mais parecidos, derrubando por terra tais referenciais, que são balizados pela história de cada um, seja por ter vivido ou por ouvir falar. Tratam-se, neste caso, de sentidos subjetivos que emergem na configuração da participação política dos sujeitos. As configurações subjetivas não são estáticas, razão pela qual a maneira como as pessoas produzem sentidos subjetivos do referencial de esquerda e de direita vem mudando.

A admiração que os dirigentes do PSDB/ES possuem por seus líderes partidários, tais como Fernando Henrique Cardoso, Luiz Paulo Vellozo Lucas e Mario Covas, remontam as vitórias obtidas por eles logo após a retomada da democracia no Brasil: controle da inflação, geração de superávit primário, crescimento econômico, dentre outras no plano nacional, além da urbanização da região noroeste da Ilha de Vitória no plano local. Remontam uma época em que o presidente da república, o governador do Espírito Santo e o prefeito da capital Vitória eram filiados ao PSDB, enquanto o PT estrilava o seu sectarismo no Congresso Nacional sem ameaçar a hegemonia obtida pela aliança PSDB-PFL.

Cada um desses sentidos assumiu um papel ativo na relação dos sujeitos com o partido e influenciou a história de vida de cada um no momento em que emergiram ao longo da pesquisa. Também foi possível observar a capacidade, de cada sujeito, de gerar alternativas no curso de suas experiências de participação política: evitar conversar sobre política com os amigos (Guilherme), afastar-se do partido sem se desfiliar (Marcelo), ou curvar-se aos interesses de grupos (Juliana). Esta capacidade gerar alternativas conduz a uma reflexão sobre o valor heurístico das teorias que sugerem alguns poucos níveis de participação ou mesmo alguns poucos níveis de participação política. Cada sujeito construiu a sua

participação política em um processo singular que não está isolado de outras áreas da vida, e irá produzir imensuráveis tipos e níveis de participação política ao longo de sua história. Convém ressaltar que a metodologia proposta, por estar centralizada em uma postura reflexiva do pesquisador, permitiu compreender as configurações subjetivas dos sujeitos sem as categorias pré-estabelecidas onde estas configurações teriam que ser encaixadas. Isso reforça o valor desta espontaneidade nas metodologias que tenham a finalidade de ir além da objetividade, buscando compreender sentidos e configurações subjetivas.

Assim, o dirigente partidário não deve ser encaixado em nenhum perfil ou estereótipo, já que não existe nenhuma fonte motivacional que determine a participação política de alguém. Essa participação política é uma configuração subjetiva que se entrelaça às diversas áreas da vida de cada um e às múltiplas escolhas que cada um faz no seu cotidiano, constituindo espaços de vivência que produzem novos sentidos subjetivos. Estes também vão se integrar a diferentes configurações subjetivas, superando assim a visão de um partido político somente controlador de subjetividades e trazendo à tona um partido político que é capaz de produzir também novas subjetividades e novos modos de participação política, corroborando a proposta de Paes de Paula e Palassi (2007).

Guilherme assume a sua militância política, assumindo um caráter ativo na construção de sua participação. Marcelo divide-se entre a decepção e a esperança nos partidos e no sistema político. Miguel, apesar de não se sentir dirigente partidário, está disposto a voltar a militar caso venha a ser chamado para isso. E, por fim, apesar da admiração que Juliana nutre pelos dirigentes do partido, ela tem consciência dos erros cometidos por alguns dirigentes e assume uma tolerância aos interesses de grupos quando se refere à atuação do Conselho de Ética do PSDB/ES. Através desta breve descrição de importantes elementos dos modelos teóricos é possível compreender como cada um dos participantes da pesquisa enxerga a sua participação política no PSDB/ES.

Configurações subjetivas que se entrelaçam à participação política dos sujeitos foram observadas: o constrangimento de participar politicamente, a perda dos

referenciais de esquerda e de direita e a admiração por figuras ilustres do partido são configurações que se relacionam com as configurações subjetivas da participação política do dirigente do PSDB. Em relação aos processos subjetivos implicados na percepção dos dirigentes sobre a direção do partido, o constrangimento em participar politicamente do PSDB/ES, efeito do momento de crise que os partidos políticos em geral estão atravessando, constitui um dos processos subjetivos que implicam na percepção dos sujeitos sobre suas funções como dirigentes. Em alguns momentos, como no caso de Miguel, eles nem se sentem dirigentes do partido, apesar de constituírem a direção estadual do PSDB/ES. A maneira como o dirigente percebe as suas funções constitui um elemento que aumenta ou diminui a motivação em continuar sua militância no partido, como se pode constatar nos relatos de Miguel que está disposto a voltar a participar caso venha a ser chamado para isso.

Na participação política de cada participante da pesquisa foi possível observar as configurações subjetivas de outras áreas de suas vidas em uma relação recursiva com a construção de sua participação política. Esta relação é que vai configurar a percepção de cada um sobre o seu trabalho. Dessa maneira, os objetivos secundários se articulam de modo a fazer emergir as configurações subjetivas, demonstrando como elas atuam para esta construção. Assim, entende-se que o objetivo geral deste trabalho foi atendido.

Os diálogos revelaram a existência de dirigentes partidários que não se sentem como tais, o que evidencia processos de tomada de decisão restritos a pequenos grupos dos quais alguns sujeitos não participam. Ao privilegiar a tomada de decisões em *petit comitée*, evidencia-se a estrutura de partido delineada por Roma (2006), onde a militância não é capaz de criar obstáculos para que os parlamentares executem suas estratégias. Neste caso, fica a sugestão de reunir o Diretório Regional do PSDB/ES um maior número de vezes para que o debate seja ampliado para mais pessoas e para que o poder não fique centralizado nas mãos dos poucos membros da Executiva do Diretório Regional.

Assim, o partido avançaria no sentido de levar mais pessoas a sentirem-se dirigentes, o que contribuiria sobremaneira na produção de sentidos subjetivos mobilizadores de uma maior participação política. Cabe aqui ressaltar, que o fato de não reunir o diretório regional do PSDB/ES frequentemente, fazendo com que alguns dos seus dirigentes se sintam distantes das decisões, conduz a uma reflexão sobre a construção de representações inerentes ao comportamento do partido quando este alcançar o poder. A centralização das decisões importantes do partido em nível de direção executiva permite indagar: se o partido voltar a conquistar o poder ele também centralizará as decisões governamentais? Neste caso, convém ao partido promover uma profunda reflexão sobre suas práticas gestão e do envolvimento das pessoas no processo de tomada de decisões.

Outro ponto diz respeito à ativação do Instituto Teotônio Vilela – ITV no Espírito Santo. Trata-se do órgão do partido responsável pela formação política dos dirigentes e dos militantes. Educação e participação possuem uma relação recursiva que produz benefícios a ambos os aspectos dos sujeitos, contribuindo para gerar novas lideranças e novas ideias. Este trabalho traz avanços na compreensão das configurações subjetivas dos sujeitos pesquisados, na sua relação com o partido e na construção da sua participação, mas algumas interrogações surgem e tornam-se sugestões para novas pesquisas que podem vir a complementar esta pesquisa: Qual é a natureza da pressão dos colegas dirigentes por uma participação menos contestadora e mais submissa, como a que pode ser percebida no relato de Juliana? Que influência essas pressões exercem sobre os outros dirigentes do partido? Que influência essas pressões exercem na criação de um espaço simbólico, relacional e emocional?

As considerações feitas neste trabalho não devem ser generalizadas. Como em qualquer pesquisa qualitativa, elas possuem a limitação de se referir a casos específicos que foram analisados dentro de um contexto. Esta análise ganha legitimidade no desenvolvimento progressivo de zonas de sentido em relação ao problema estudado, e na forma com que as novas categorias se articulam para aumentar a capacidade heurística do modelo diante dos desafios que aparecem na pesquisa. Dessa maneira este trabalho passa a ser uma contribuição para que

não só o PSDB/ES, mas as organizações partidárias em geral, compreendam que a construção da participação política não depende apenas de fatores objetivos, mas de complexas configurações subjetivas de outras áreas da vida que se entrelaçam à configuração subjetiva da participação política de cada um. Tais resultados devem ser vistos como subsídios para a criação de um novo momento no PSDB/ES, que pense mais no dirigente como elemento gerador de novas subjetividades, que possibilitem novas modalidades de participação, já que trazem em si a enorme vontade dos sujeitos pesquisados de ver o partido do qual fazem parte novamente no poder. A utopia é que o trabalho contribua para tornar o PSDB/ES um partido com uma gestão mais participativa.

Para o campo dos estudos organizacionais, este trabalho contribui para superar a visão de que a motivação possa ser coisificada como um constructo, medido através de questionários e outros instrumentos diretos (MONTEIRO; ALMEIDA; VASCONCELOS, 2012; PICCOLI; GODOI, 2012). Não existe nenhuma fonte ou grupo limitado de fontes motivacionais que determine a participação política de alguém, razão pela qual a motivação é vista aqui como um sistema de necessidades que integra diferentes configurações subjetivas de distintas áreas da vida do sujeito, e que definem novas configurações associadas ao seu funcionamento integral. Também é necessário esclarecer que o conceito configuração subjetiva não aspira encontrar a configuração subjetiva final de uma ação ou condição humana, mas evidenciar como a organização subjetiva de toda atividade humana é diferente e impossível de se padronizar, o que tem implicações profundas para a discussão do tema da motivação nas ciências humanas e nas ciências sociais aplicadas.

7. Referências

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2004. Disponível em <http://migre.me/80RQP>. Acessado em 22.fev.2012.

ARAUJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 24, n. 0, p. 195-215, 2005. Disponível em <http://migre.me/81PUu>. Acessado em 23.fev.2012.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa nacional, 2005. Disponível em <http://migre.me/dswwb>. Acessado em 28.fev.2013.

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Disponível em <http://migre.me/81PY8>. Acessado em 23.fev.2012.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n.26, p. 133-165, 1992. Disponível em <http://migre.me/7L8z5>. Acessado em 01.fev.2012.

BAQUERO, M.; GONZALEZ, R. S. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011. Disponível em <http://migre.me/d6ZPB>. Acessado em 04.fev.2013.

BLATRIX, C. Devoir débattre, les effets de l'institutionnalisation de la participation sur les formes d'action collective. **Politix**, Paris, v. 15, n. 57, p. 79-102, 2002. Disponível em <http://migre.me/81Q3g>. Acessado em 23.fev.2012.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

BONELL, A. G. Oligarchy in Miniature? Robert Michels and the Marburg Branch of the German Social Democratic Party. **German History**, Oxford, v. 29, n. 1, p. 23-35, 2011. Disponível em <http://migre.me/7W6aj>. Acessado em 15.fev.2012.

BORDENAVE, J. E. D., **O que é participação**, 8ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007.

BRACERAS, L.; BRACERAS, F. Participação local na formulação do Plano de Desenvolvimento Sustentável: Um caso de prática social no Estado de Rio Grande do Norte. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2003. CD-ROM.

BRAGA, M. S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454-485, 2008. Disponível em <http://migre.me/81Q5U>. Acessado em 20.fev.2013.

BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 02, p. 271-303, 2011. Disponível em <http://migre.me/dkWT7>. Acessado em 20.fev.2013.

CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004. Disponível em <http://migre.me/81Q8e>. Acessado em 23.fev.2012.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008. Disponível em <http://migre.me/8pTcg>. Acessado em 25.mar.2012.

CASTRO, L. R.; PÉREZ, B. C.; SILVA, C. F. S. “Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 109-124, 2010. Disponível em <http://migre.me/8tJJz>. Acessado em 30.mar.2012.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 6.^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHRISTIANO, R. **De volta ao começo!** Raízes de um PSDB militante que nasceu na oposição. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003. Disponível em <http://migre.me/dwExu>. Acessado em 21.fev.2012.

CONGE, P. J. The concept of political participation: toward a definition. **Articles Review**, Nova Iorque, v. 20, n. 2, p. 241-249, 1988.

COSTA, M. S.; FERREIRA, M. R. L. Desenvolvimento Local e Participação Popular: a Experiência do Pacto do Novo Cariri. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Resumo dos Trabalhos**. Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 269-301, 2003. Disponível em <http://migre.me/80S1t>. Acessado em 22.fev.2012.

CUPOLILLO, M. V.; FREITAS, A. B. M. Diferença: condição básica para a constituição do sujeito. **Psicologia escolar e educacional**. Maringá, v. 11, n. 2, p. 379-389, 2007. Disponível em <http://migre.me/87H74>. Acessado em 01.mar.2012.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. 4.^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELLA PORTA, D. **Introdução à ciência política**. Lisboa: Editorial Estampa, 2003. Disponível em <http://goo.gl/6PSu9>. Acessado em 14.fev.2012.

Deputados avaliam que crescimento recorde do PSDB demonstra sintonia com a sociedade. **Rádio PSDB**, Brasília, 25.out.2011. Disponível em <http://migre.me/80MQS>. Acessado em 22.fev.2012.

DREIER, O. Personal trajectories of participation across contexts of social practice. **Outlines: Critical Practice Studies**, Copenhagen, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em <http://migre.me/7L9ny>. Acessado em 17.fev.2012.

DUVERGER, M. **Political parties**. Londres: Science Editions, 1963. Disponível em <http://migre.me/dwElo>. Acessado em 15.fev.2012.

ELSTER, J. **Deliberative democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FADUL, E. M.; MAC-ALLISTER, M. Governança urbana, governabilidade e participação: uma análise da experiência de revisão do PDDU no município de Salvador. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2006. CD-ROM.

FRANKLAND, E. G.; LUCARDIE, P.; RIHOUX, B. **Green parties in transition: the end of grass-roots democracy?** Union Road: Ashgate Publishing Limited, 2008. Disponível em <http://migre.me/7W67g>. Acessado em 15.fev.2012.

FREITAS, A. B. M. O espectro autista no contexto institucional: aspectos constitutivos do desenvolvimento. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 75, n. 76, p. 49-61, 2008. Disponível em <http://migre.me/87N06>. Acessado em 01.mar.2012.

G1. Marcelo Santos tem 27% e Juninho 17,7%, diz Futura em Cariacica, ES. 05.ago.2012. Disponível em <http://migre.me/bG0Hn>. Acessado em 12.nov.2012.

GAZETA ON LINE. Neucimar Fraga e Max Filho estão empatados na disputa pela prefeitura de Vila Velha. 28.jul.2012. Disponível em <http://migre.me/bG4aC>. Acessado em 12.nov.2012.

GATTAI, S.; ALVES, L. R. Gestão de Cidades: a participação na construção de políticas públicas e o processo de aprendizagem individual e coletiva. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Resumo dos Trabalhos**. Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005. Disponível em <http://migre.me/8mStu>. Acessado em 21.mar.2012.

GONÇALVES, B. D. **Identidade feminina e a inserção no mundo do poder: uma análise psicopolítica**. Curitiba: Juruá, 2008.

GONZÁLEZ, A. M. **Psicología comunitaria: Fundamentos y aplicaciones**. Madri: Editorial Síntesis, 1998.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemologia cualitativa y subjetividad**. São Paulo: Educ, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003b.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. In: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. p. 29-44. Campinas: Ed. Átomo e Alínea, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Subjetividade e saúde**: superando a clínica da patologia. São Paulo, Cortez, 2011.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, 1995. Disponível em <http://migre.me/7W08j>. Acessado em 16.fev.2012.

HAZAN, R. RAHAT, G. **Democracy within parties**: candidate selection methods and their political consequences. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

IASULAITIS, S.; SILVA, E. C. Descentralização do Processo Decisório por meio da Participação Popular: estudos de caso sobre a gestão local de recursos públicos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2006. CD-ROM.

IBÁÑEZ, T.; IÑIGUEZ, L. El poder y los sistemas políticos. In: SEOANE, J.; RODRIGUÉZ, A. **Psicología política**. p. 331-358. Madrid: Editorial Síntesis S.A, 1996.

JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. “Para não ser bandido”: trabalho e adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de psicologia social do trabalho**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 95-110, 2007. Disponível em <http://migre.me/87EXO>. Acessado em 01.mar.2012.

JEHÁ, P. R. **O processo de degeneração dos partidos políticos no Brasil**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009. Disponível em <http://goo.gl/iT2fe>. Acessado em 23.fev.2012.

JIMÉNEZ, A. M. R. Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain. **Análise social**, Lisboa, v. XLIV, n. 191, p. 235-263, 2009. Disponível em <http://migre.me/8jKav>. Acessado em 17.mar.2012.

KATZ, R.; MAIR, P. **How parties organize:** change and adaptation in party organizations in western democracies. London: Sage Publications, 1994. Disponível em <http://migre.me/7Xuv2>. Acessado em 17.Out.2010.

KERBAUY, M. T. M.; ASSUMPÇÃO, R. P. S. Análise organizacional do PSDB-SP: a estrutura relacional e o capital político. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 213-244, 2009. Disponível em <http://migre.me/813ab>. Acessado em 22.fev.2012.

KONITZER, A. Federalism and Political Recentralization in the Russian Federation: United Russia as the Party of Power. **The journal of federalism**, Nova Iorque, v. 36, n. 4, p. 503-522, 2006. Disponível em <http://migre.me/81Qhc>. Acessado em 23.fev.2012.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos Arquivos Edgard Leuenroth**, Campinas, v. 8, n. 14, p. 56-92, 2001. Disponível em <http://migre.me/dwEQC>. Acessado em 21.fev.2012.

LAMOUNIER, B. A democracia brasileira de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia decisória. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. p. 62-96. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

LAMOUNIER, B. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **O Brasil e as reformas políticas**. p. 23-49. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA JR, O. B. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. **Novos estudos**, São Paulo, n. 81, p. 49-67, 2008. Disponível em <http://migre.me/80Sp4>. Acessado em 22.fev.2012.

LUNA, J. P. Segmented party voter linkages in Latin America: the case of the UDI. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 42, n. 2, p. 325-356, 2010. Disponível em <http://migre.me/d70IS>. Acessado em 04.fev.2013.

MADRID, R. L. Ethnic proximity and ethnic voting in Peru. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, n. 43, p. 267-297, 2011. Disponível em <http://migre.me/8NzLN>. Acessado em 23.abr.2012.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Disponível em <http://migre.me/7VgUT>. Acessado em 14.fev.2012.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Hedra, 2009. Disponível em <http://migre.me/6eFgh>. Acessado em 24.nov.2011.

MARQUES, F. P. J. A. Sobre a comunicação político-partidária na Internet: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 10, p. 129-146, 2005. Disponível em <http://migre.me/80QH9>. Acessado em 22.fev.2012.

MARTINS, A. F. Modelo organizacional de partidos políticos na internet: um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: 2011. Disponível em <http://migre.me/7W6rj>. Acessado em 15.fev.2012.

MARTINS, C. E. Vinte anos de democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 64, p. 13-38, 2005. Disponível em <http://migre.me/88G2P>. Acessado em 02.mar.2012.

MAYER, R. **Os partidos como organizações**: um estudo comparado do PSDB & PT. 2011. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Curso de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em <http://migre.me/dwFFu>. Acessado em 04.mar.2013.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 63-81, 2007. Disponível em <http://migre.me/dt8mb>. Acessado em 23.fev.2012.

MENEGUELLO, R. Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994. In: DAGNINO, E. **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. p. 151-172. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MICHELS, R. **Political parties**. Nova Iorque: Free Press, 1949.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2009. Disponível em <http://migre.me/81Qmn>. Acessado em 23.fev.2012.

MONTEIRO, S. C.; ALMEIDA, L. S.; VASCONCELOS, R. M. C. F. Abordagens à aprendizagem, autorregulação e motivação: Convergência no desempenho acadêmico excelente. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 2, p. 153-162, 2012. Disponível em: <http://migre.me/dcpwg>. Acessado em 11.fev.2013.

MONTERO, M. **Introducción a la psicología comunitária**: Desarrollo, conceptos y procesos. 1.ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MORGENSTERN, S. **Latin America**: Factions, Parties and Alliances in theory and practice. Dissertação de Ph.D. San Diego: University of California. 1996. Disponível em <http://migre.me/7Xoey>. Acessado em 18.Out.2010.

MORI, V. D.; GONZÁLEZ REY, F. L. Reflexões sobre o social e o individual na experiência do câncer. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. esp., p. 99-108, 2011. Disponível em <http://migre.me/f99BW>. Acessado em 23.jun.2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOURÃO, R. F.; MARTÍNEZ, A. M. A criatividade do professor: a relação entre o sentido subjetivo da criatividade e a pedagogia de projetos. **Psicologia escolar e educacional**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 263-272, 2006. Disponível em <http://migre.me/87Ry1>. Acessado em 01.mar.2012.

NAVES, R. Entre mortos e feridos: novos estudos e CEBRAP de 1987 a 1995. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 75, p. 15-21, 2006. Disponível em <http://migre.me/dt8Bq>. Acessado em 21.fev.2012.

NEUBERN, M. S. Hipnose e dor: proposta de metodologia clínica e qualitativa de estudo. **Psico-USF**, Itatiba, v. 14, n. 2, p. 201-209, 2009. Disponível em <http://migre.me/87TkQ>. Acessado em 01.mar.2012.

NEVES, S. Coligações: reflexão da aliança “informal” entre PSDB e PT em Belo Horizonte. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 61-74, 2010. Disponível em <http://migre.me/80Roc>. Acessado em 22.fev.2012.

NORRIS, P. **Democratic déficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Disponível em <http://migre.me/7WgLu>. Acessado em 15.fev.2012.

PAES DE PAULA, A. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo Organizacional no Brasil**. p. 199-228. São Paulo: Atlas 2007.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. T. P. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião pública**. Campinas, v. 13, n. 2, 2007, p. 388-408. Disponível em <http://migre.me/9bXBh>. Acessado em 23.mai.2012.

PAIVA, M. G. M. V. Análise do programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste (Prodetur-NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 197-213, 2010. Disponível em <http://migre.me/81QpN>. Acessado em 23.fev.2012.

PALASSI, M. P.; SILVEIRA, R. Z. Produção Científica sobre Participação Cidadã na Administração Pública: Uma Análise a partir dos Artigos Publicados nos Principais Eventos e Revistas Nacionais de Administração (1997-2008). In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 2009. CD-ROM.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos**. Ed. Martins Fontes, São Paulo: 2005.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C.; OLIVEIRA, K. D. Profissionalização de psicólogos para atuação em casos de abuso sexual. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 211-218, 2008. Disponível em <http://migre.me/87ULj>. Acessado em 01.mar.2012.

PERROT, M. La cause du peuple. **Vingtième Siècle**, Paris, v. 60, n. 60, p. 4-13, 1998. Disponível em <http://migre.me/7VQ0p>. Acessado em 15.fev.2012.

PERSSON, L. F. A social democracia e o welfarestate: a construção de um modelo social democrata no Brasil. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 90-104, 2010. Disponível em <http://migre.me/80Rvk>. Acessado em 22.fev.2012.

PICCOLI, P.; GODOI, C. K. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **O & S**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 399-415, 2012. Disponível em: <http://migre.me/dcqKF>. Acessado em 11.fev.2013.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lideranças e bancadas. Disponível em <http://migre.me/80Nwr>. Acessado em 22.fev.2012.

PORTAL SENADORES. Senadoras e senadores em exercício ordenados por seus nomes. Disponível em <http://migre.me/80NKp>. Acessado em 22.fev.2012.

PROST, A. Changer Le siècle. In: **Vingtième Siècle**, Paris, v. 60, n. 60, p. 14-26, 1998. Disponível em <http://migre.me/7VQkV>. Acessado em 15.fev.2012.

PSDB-ES. Vitória. Disponível em <http://migre.me/80KKg>. Acessado em 22.fev.2012.

PSDB. Brasília. Disponível em <http://migre.me/80KKP>. Acessado em 22.fev.2012.

PSDB. Programa Partidário. Brasília, 2007. Disponível em <http://migre.me/80MH1>. Acessado em 22.fev.2012.

RANINCHESKI, S.; CORDEIRO, N. Democracia processual ou participativa: a visão do PSDB e PT na Câmara dos Deputados do Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 213-244, 2008. Disponível em <http://migre.me/81fdJ>. Acessado em 22.fev.2012.

REIS, A. A campanha caiu na rede: um estudo de caso dos sites de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB) e Cristovam Buarque (PDT) em 2006. **Revista Aurora**, São Paulo, n. 4, p. 180-190, 2009. Disponível em <http://migre.me/80R35>. Acessado em 22.fev.2012.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002. Disponível em <http://migre.me/81Qs7>. Acessado em 23.fev.2012.

ROMA, C. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006. Disponível em <http://migre.me/dwFNh>. Acessado em 21.fev.2012.

RUSSELL, A. Political Parties as Vehicles of Political Engagement. **Parliamentary affairs**, Nova Iorque, v. 3, n. 58, 2007. Disponível em <http://migre.me/77aKf>. Acessado em 17.fev.2012.

SABUCEDO, J. M. C. Participación política. In: SABUCEDO, J. M. C. **Psicología Política**. p. 85-97. Madri: Editorial Síntesis, S.A, 1996.

SABUCEDO, J. M.; ARCE, C. Types of political participation: a multidimensional analysis. **European Journal of Political Research**, Exeter, n. 20, p. 93-102, 1991. Disponível em <http://migre.me/7V9Xc>. Acessado em 14.fev.2012.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a co produção do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 25, p. 97-120, 2009. Disponível em <http://migre.me/81QzJ>. Acessado em 23.fev.2012.

SANI, G. Participação política. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/23439680/DICIONARIO-DE-POLITICA-NORBERTO-BOBBIO>. Acessado em 12.fev.2012.

SCOZ, B. J. L.; MARTÍNEZ, A. M. A zona muda das representações sociais: uma aproximação a partir do jogo de areia. **Revista interamericana de psicologia**. Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 432-441, 2009. Disponível em <http://migre.me/87REj>. Acessado em 01.mar.2012.

SEGALL, S. Political participation as an engine of social solidarity: a skeptical view. **Political Studies**, Nottingham, v. 53, n. 2, p. 362-378, 2005. Disponível em <http://migre.me/81QBx>. Acessado em 23.fev.2012.

SERPA, A. S. P. Gestão participativa do espaço público em Plataforma, Salvador. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 8., 1999, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, 1999. CD-ROM.

SILVA, G. P.; OLIVEIRA, R. R. Planejamento estratégico participativo: fonte de capital social - o caso do Pró-criança. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Resumo dos Trabalhos**. Curitiba: Anpad, 2004.

SLOAM, J. Rebooting democracy: Youth Participation in Politics in the UK. **Parliamentary affairs**, Nova Iorque, v. 4, n. 60, p. 548-567, 2011. Disponível em <http://migre.me/77alG>. Acessado em 23.fev.2012.

SOUZA JUNIOR, C. S. **Consenso e democracia constitucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

TERRA. Ibope: PSDB sai à frente na disputa pela prefeitura de Vitória . 19.ago.2012. Disponível em <http://migre.me/bG4ID>. Acessado em 12.nov.2012.

TESTI, A. **Trionfo e declino dei partiti politici negli Stati Uniti, 1860–1930**. Turin: Otto, 2000.

TRE-ES. Disponível em <http://migre.me/823yl>. Acessado em 23.fev.2012.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://migre.me/bMpgL>. Acessado em 12.nov.2012.

VALLE, M. I. M. Participação Social e Governança: a Experiência dos Planos Diretores participativos em Municípios Mineiros. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Anpad, 2008. Disponível em <http://migre.me/81MqD>. Acessado em 23.fev.2012.

VEIGA, L. F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007. Disponível em <http://migre.me/80Sav>. Acessado em 22.fev.2012.

VEIGA, L. F.; SOUZA, N. R.; CERVI, E. U. As estratégias de retórica na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 51-73, 2007. Disponível em <http://migre.me/80Qh4>. Acessado em 22.fev.2012.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1987. Disponível em <http://migre.me/7Tvp>. Acessado em 12.fev.2012.

VERBA, S. Unequal at the starting line: Creating participatory inequalities across generations and among groups. **American Sociologist**, Nova Iorque, v. 34, p. 45-69, 2003. Disponível em: <http://migre.me/77aMX>. Acessado em 17.fev.2012.

WALZER, M. **Spheres of justice: a defense of pluralism and equality**. Nova Iorque: Basic Books, 1983. Disponível em <http://migre.me/7VgmF>. Acessado em 14.fev.2012.

WEBER, M. **Economy and society**. Berkeley: University of California Press, 1978. Disponível em <http://migre.me/6eFqB>. Acessado em 24.nov.2011.

WHITELY, P.; SEYD, P. **High-intensity participation: the dynamics of party activism in Britain**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002. Disponível em <http://migre.me/77qhj>. Acessado em 17.fev.2012.

ANEXO A

Dirigentes partidários do PSDB-ES

DIRETÓRIO REGIONAL - Efetivos

1. Ademar Valani
2. Adson Azevedo Salim
3. Aloízio da Cunha Ramaldes
4. Aluízio Filgueiras
5. Antonio José Coutinho de Jesus
6. César Roberto Colnaghi
7. Cláudia Martins Bastos
8. David Mozdzen Pires Ramos
9. Edival José Petri
10. Eduardo Rios Santos
11. Emílio Mameri Neto
12. Francisco Alcemir Rosseto
13. Francisco Mauro Fornaciari
14. Frederico de Almeida Daher
15. Gessiléa da Silva Sobreira
16. Idivarcy Alves Martins
17. Iracy Carvalho Machado Baltar Fernandes
18. Jander Nunes Vidal
19. Jarbas Ribeiro de Assis Junior
20. Joadir Lourenço Marques
21. João Batista Motta
22. João dos Santos Pires Filho
23. Jorge Duffles Andrade Donati
24. José Alberto Valiati
25. José Tadeu Marques Batista
26. José Teófilo Oliveira
27. Júlio César de Oliveira
28. Lastênio Luiz Cardoso
29. Luiz Paulo Vellozo Lucas
30. Luiz Temóteo Dias Vieira
31. Marcos Antônio Mansor
32. Marcos Geraldo Guerra
33. Marcos Guerra
34. Mário Luiz Spinassé
35. Michel Minassa Junior
36. Milton Simon Baptista
37. Nelson Morghetti Júnior
38. Nilton Basílio Teixeira
39. Ricardo Ferreira dos Santos
40. Ricardo Wagner Viana Pereira
41. Rita de Cássia Paste Camata
42. Romário Celso Bazilio de Souza
43. Ruy Marcos Gonçalves
44. Sebastião Pereira Viana Filho
45. Valber José Salarini

46. Valdez Ferrari
47. Valter Grobério
48. Walter Luiz Dalla Bernardina
49. Wesley Goggi
50. William Galvão Lopes

DIRETÓRIO REGIONAL - Suplentes:

1. Adilson Gonçalves Ferreira
2. Ângela Merícia Cavati
3. Celso José de Vasconcelos
4. César Ronchi Júnior
5. Elias Dal Col
6. Ivelyse Lucas Campos
7. João Calmon Soeiro
8. José Anthero Bragatto
9. José Roque Oliveira
10. Luciano Manoel Machado
11. Luiz Antonio Murad
12. Luiz Sergio Aurich
13. Sebastião Pereira da Cunha Neto
14. Valério Nunes Bastos
15. Wilson Totola Filho

CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA

Titulares:

1. Izabela Vasconcelos Grassi
2. Milton Herzog de Oliveira
3. Cícero José de Souza Moura
4. Eduardo Rios Santos
5. Edival José Petri

Suplentes:

1. Dalmo Nogueira da Silva
2. José Mauri
3. Nádia Dorian Machado
4. Thiago JahelBoreli
5. Ilson Ronchi Júnior

APÊNDICE I
QUESTIONÁRIO COM QUESTÕES FECHADAS E ABERTAS

- 1) Nome: _____
- 2) Qual a sua idade: _____
- 3) Qual o seu estado civil? _____
- 4) Você tem filhos? (1) – Sim. Quantos?____ (2) - Não
- 5) Qual a sua escolaridade?
(1) - 1º grau incompleto (2) – 1º grau completo (3) – 2º grau incompleto
(4) - 2º grau completo (5) – superior incomp. (6) – superior completo
(7) – especialização/MBA (8) – mestrado (10) – doutorado
- 6) Qual a sua área de atuação profissional?
(1) – Comércio (2) – Serviços (3) - Indústria
(4) – Serviço público (5) – Terceiro setor
- 7) Qual a sua etnia?
(1) Branco (2) Negro (3) Asiático
(4) Pardo (5) Indígena (6) Outro: _____
- 8) Qual a sua renda pessoal mensal?
(1) – Abaixo de R\$ 2.000,00 (2) – Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.500,00
(3) – Entre R\$ 3.500,00 e R\$ 5.000,00 (4) – Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.500,00
(5) – Entre R\$ 7.500,00 e R\$ 12.000,00 (5) – Acima de R\$ 12.000,00
- 9) Há quanto tempo é filiado ao PSDB?
(1) – A menos de 4 (quatro) anos (2) – Entre 4 (quatro) e 8 (oito) anos
(3) – Entre 8 (oito) e 12 (doze) anos (4) – Entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos
(5) – Entre 16 (dezesesseis) e 20 (vinte) anos (6) – Acima de 20 (vinte) anos
- 8) Porque você escolheu o PSDB? _____
- 9) Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 a menor nota e 10 a maior nota, que nota você dá para a sua participação política no PSDB? _____ Por quê? _____
- _____
- 10) Já exerceu cargo comissionado?
(1) – Sim. Onde você exerceu cargos comissionados? _____
- Quais os cargos exercidos? _____
- Foi indicação do PSDB? () Sim () Não
- Em que ano exerceu tal (is) cargo (s)? _____
- (2) – Não
- 11) Assinale os grupos sociais nos quais você considera que possui participação ativa:

- (1) Grupo religioso. Qual? _____
- (2) Grupo comunitário. Qual? _____
- (3) Grupo sindical. Qual? _____
- (4) Grupo esportivo . Qual? _____
- (3) Voluntariado social. Qual? _____

12. Justifique sua participação no grupo social assinalado na questão 11.

13. Os referenciais de esquerda e de direita são claros hoje no Brasil? Justifique.

14. O que é ser neoliberal no Brasil?

15. Você acha que o PSDB é neoliberal? Justifique.

16. O que é um partido de massas? E um partido de quadros?

17. Você acha que o PSDB é um partido de massas ou um partido de quadros? Por quê?

18. Sobre a criação do PSDB, o partido foi criado por questões ideológicas ou por questões pragmático-eleitorais? Por quê?

19. Como você caracteriza o trabalho do dirigente partidário no PSDB?

20. Como você avalia o eleitor tucano?

21. O que são idéias inovadoras na política brasileira nos dias de hoje?

22. As ideias do PSDB podem ser consideradas inovadoras nos dias de hoje? Justifique.

23. Alguns críticos afirmam que o PSDB é um partido de usurpação do poder público do qual se apropriam para instrumentalizá-lo para garantir sua autoperpetuação político-eleitoral. Como você enxerga essa crítica?

24. Alguns críticos argumentam que a democracia brasileira promove o esvaziamento político e ideológico. O que fazer para mudar este cenário?

25. Como você avalia o Partido dos Trabalhadores?
26. Como você avalia o partido Democratas (Dem ou D25)?
27. Que opinião você tem dos petistas?
28. E dos membros do Partido Democratas (Dem ou D25)?
29. Como você enxerga a terceirização da militância através da contratação de cabos eleitorais?
30. Alguma força política é portadora do nosso eventual futuro democrático? Qual? Justifique.
31. O processo de privatização conduzido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi bem conduzido?
32. O partido sempre participou de coligações vitoriosas no ES agora está fora da estrutura do Governo do Estado do Espírito Santo. O PSDB é situação ou oposição no Espírito Santo? A posição é boa ou ruim para o PSDB-ES?
33. Redução de bancadas, redução no número de prefeitos, baixa votação dos seus candidatos no primeiro turno são evidências de que o PSDB vai mal no Espírito Santo ou tais fenômenos são consequências do atual momento político? Justifique sua resposta.
34. O fracasso de José Ignácio Ferreira (1999/2003) à frente do Governo do Estado atrapalha o PSDB? Justifique.
35. Como você enxerga o Espírito Santo daqui a dez anos?
36. Como você avalia seus filhos?
37. Você admira alguém de forma particular?

APÊNDICE II

REDAÇÃO

Faça uma redação com o tema “Por que sou militante do PSDB?”, com no máximo duas páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples.

APÊNDICE III

Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa integra a dissertação de mestrado de Everton Faria Meira, aluno do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação da Prof. Dra. Márcia Prezotti Palassi.

A referida dissertação tem como objetivo geral analisar a influência de aspectos subjetivos no processo de participação política dos dirigentes partidários do PSDB/ES, buscando compreender os processos de produção de sentidos subjetivos que estariam sobrevivendo desse contexto.

Com vistas a alcançar o objetivo propomos, como instrumentos de pesquisa: realização de dinâmicas de conversação grupal e individual; observação participante nas reuniões e elaboração de redação. Cabe esclarecer que os encontros poderão ser gravados ou filmados.

As informações produzidas serão tratadas de forma confidencial, garantido o anonimato de cada participante. O pesquisador se compromete, ainda, a prestar, a qualquer tempo, os esclarecimentos que se façam necessários.

Vale ressaltar que sua participação nesta pesquisa é voluntária, sendo resguardada a liberdade de recusar-se a participar ou dela retirar-se em qualquer fase, sem prejuízo algum.

Agradeço pela atenção e, antecipadamente, pela valiosa colaboração que poderá vir a dar ao desenvolvimento da pesquisa.

Everton Faria Meira
(27) 9806-0615 – evertonmeira@hotmail.com

Eu, _____,
abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa desenvolvida por Everton Faria Meira, mestrando em administração pela UFES. Declaro que estou ciente de que minha identidade será mantida em sigilo e que minha colaboração é voluntária, sendo resguardados todos os procedimentos éticos de pesquisa.

Declaro, ainda, ter recebido todas as informações necessárias à minha participação, bem como estar ciente dos objetivos e procedimentos do estudo em questão.

Vitória/ES, ___ de _____ de 2012.

Assinatura do Participante

APÊNDICE IV

INDICADORES DO QUESTIONÁRIO, DA REDAÇÃO E DA CONVERSA INDIVIDUAL PARA A PRIMEIRA CONVERSA EM GRUPO

Tempo de filiação

Marcelo está filiado há mais tempo (entre 16 e 20 anos), seguido por Guilherme e Miguel (entre 12 e 16 anos) e por Juliana (entre 04 e 08 anos).

Como enxerga os seus filhos

Juliana, que não tem filhos, não respondeu a pergunta. Marcelo os considera bons e encaminhados, Miguel os considera éticos e Guilherme simplesmente os avalia muito bem.

Cargos comissionados que já exerceram

Juliana responde que nunca exerceu cargo comissionado, enquanto Marcelo, Guilherme e Miguel já exerceram cargos comissionados no serviço público municipal e estadual.

Referenciais de esquerda e de direita

Tanto Marcelo quanto Guilherme e Miguel entendem que no Brasil esses referenciais não são claros, enquanto Juliana entende que teoricamente esses referenciais são claros, enquanto na prática não o são.

O PSDB é um partido de massas ou de quadros

Para Marcelo, Miguel e Juliana o PSDB é um partido de quadros, enquanto para Guilherme, o Brasil não tem nem um e nem outro.

Como cada um avalia o eleitor tucano

Guilherme o considera informado, Miguel o considera difuso, Juliana o considera fiel e Marcelo não respondeu a pergunta.

Ideias inovadoras na política brasileira

Guilherme não vê nada de inovador, enquanto Marcelo destaca os investimentos em educação, Miguel destaca o retorno ao bom e velho conceito de democracia e Juliana destaca as políticas voltadas à sustentabilidade, o combate à homofobia e ao racismo.

As ideias do PSDB são inovadoras

Marcelo e Guilherme acham que não, enquanto Miguel entende que as de alguns líderes, como as idéias de Luiz Paulo, são inovadoras e Juliana acha que as ideias são inovadoras.

O PSDB instrumentaliza o poder para garantir sua perpetuação política e eleitoral

Marcelo e Miguel veem o Partido dos Trabalhadores - PT dessa forma. Guilherme simplesmente discorda da crítica e Juliana discorda por causa de coisas que se perpetuaram como o Plano Real, por exemplo.

Como avaliam o PT

Juliana não responde a pergunta, enquanto Miguel remonta a crítica da instrumentalização do poder para garantir sua perpetuação política e eleitoral. Marcelo vê o PT como a causa de grandes problemas para o Brasil e Guilherme os chama de “um grupo de petralhas que querem uma república sindical e totalitária no Brasil”.

O impacto do fracasso do governo de José Inácio Ferreira (1999/2003) sobre o PSDB

Marcelo assumiu uma postura de defesa do ex-governador, já que ele próprio era do PSDB nesta época, chegando a culpar a confiança que o ex-governador depositou na família e nos amigos pelo fracasso de seu governo. Para Marcelo, este fracasso é responsável pela criação de uma “unanimidade bonapartista” na política capixaba e esta unanimidade não exclui o PSDB. Guilherme não tinha contato com o ex-governador dentro do PSDB quando se filiou. Sua filiação ao partido se deu pela via de outro grupo político, acha que José Inácio foi líder há muito tempo e que isto é indiferente. Miguel, que sentiu mais de perto os efeitos da derrota de Paulo Hartung na convenção partidária de 1998, que acabou por lançar José Inácio Ferreira como candidato a governador, acha que a imagem do ex-governador atrapalha o partido, pois este devia ter sido expulso ainda na época daquela convenção. Juliana optou por não responder, já que em 1998 ela tinha apenas nove anos de idade.

O futuro do Espírito Santo

Marcelo não vê perspectiva de grandes mudanças por causa do interesse dos grandes grupos econômicos que continuam prevalecendo. Guilherme e Miguel são mais otimistas e enxergam um futuro mais promissor por razões econômicas e políticas.

APÊNDICE V
INDICADORES PARA A SEGUNDA CONVERSA EM GRUPO EXTRAÍDOS DO
QUESTIONÁRIO, DA REDAÇÃO, DA CONVERSA INDIVIDUAL E DA
PRIMEIRA CONVERSA EM GRUPO

Guilherme

- Buscar a referência da família e querer superar essa mesma referência
- Entender a educação como um facilitador para a participação política e como um fator que dificulta esta participação
- Entre não confiar nos jovens e depositar neles a esperança de um futuro
- Entre envergonhar-se de sua participação e assumi-la publicamente.

Marcelo

- Entre a decepção e a esperança nos partidos políticos e no sistema político
- Entre significações positivas e negativas de sua experiência profissional
- Pela perda dos referenciais de esquerda e de direita que norteou a forma como ele enxergou a política ao longo de sua vida

Miguel

- Não se considerar um político parece revelar seu constrangimento em fazer política no Brasil
- Decepção que ele teve com a forma com que foi exonerado da Assembleia Legislativa.
- O grupo político que dirigia o PSDB em Vitória na época de sua filiação não ser mais o grupo majoritário no partido, fazendo com que ele não se sinta mais um dirigente partidário, apesar de dar demonstrações claras de que quer voltar a militar precisando apenas ser convidado a participar.

Juliana

- Admiração que nutre pelos dirigentes nacionais do partido e a descrença nos dirigentes regionais
- Entre assumir-se e não assumir-se como dirigente do PSDB
- Grande motivação para a participação política no PSDB
- Rejeição ao PT
- Forte influência da Igreja Católica
- Pouca importância da família na construção de sua participação política no partido.

Com uma atenção especial aos seguintes itens:

- A origem da participação
- Nenhuma experiência vivida é portadora de uma significação psicológica universal pelo seu caráter objetivo. Toda experiência toma sentido subjetivo a partir de seus EFEITOS COLATERAIS (DA EXPERIÊNCIA) sobre uma PESSOA OU GRUPO. Efeitos que não estão na experiência, mas aquilo que se produz ao viver aquela experiência. Esses efeitos se organizam nas configurações subjetivas que emergem nesse processo.

- A capacidade de gerar alternativas no curso da experiência.
- Sobre o quê o sujeito assume um caráter mais ativo?
- O partido aparece como cenário gerador de que?
- Nosso posicionamento numa área da vida é apenas um momento de uma configuração subjetiva que de forma simultânea toma formas diferentes em várias áreas da vida.
- A expressão aberta e espontânea do sujeito tem grande valor metodológico para a produção de uma resposta carregada de sentidos. Evitar perguntas diretas sobre o que se quer atingir para que as respostas sejam espontâneas.